

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLin)**

EVANGELINE FERRAZ CABRAL DE ARAÚJO

**ANÁLISE (SOCIO)FUNCIONAL DA PREPOSIÇÃO *EM* E DA VARIANTE *NI*: UM
ESTUDO DA FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2017

EVANGELINE FERRAZ CABRAL DE ARAÚJO

**ANÁLISE (SOCIO)FUNCIONAL DA PREPOSIÇÃO *EM* E DA VARIANTE *NI*: UM
ESTUDO DA FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Viana Sousa

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2017

Araújo, Evangeline Ferraz Cabral de.

A688a Análise (Sócio)funcional da preposição em e da variante ni: um estudo fala de Vitória da Conquista. / Evangeline Ferraz Cabral de Araújo; orientador: Jorge Augusto Alves da Silva; coorientadora: Valéria Viana Sousa. -- Vitória da Conquista, 2017. 120f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin. Vitória da Conquista, 2017.

Inclui referência F. 111 – 116.

1. Sociolinguística. 2. Sociofuncionalismo. Variação lingüística – Em/ni. 3. Preposição. I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin. T. III.

CDD: 401

Catálogo na fonte: Cristiane Cardoso Sousa – CRB 5/1843
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Sociofunctional analysis of the prepositon *EM* and the variant *NI*: a study of the speech from Vitória da Conquista

Palavras-chave em inglês: Proposition *em*. Variant *ni*. Sociofunctionalism

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-Orientador); Profª Drª Cristiane Namiuti Temponi (UESB); Profª Drª Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS)

Data da defesa: 21 de Fevereiro de 2017

Programa de pós-graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística

EVANGELINE FERRAZ CABRAL DE ARAÚJO

ANÁLISE (SOCIO)FUNCIONAL DA PREPOSIÇÃO *EM* E DA VARIANTE *NI*: UM
ESTUDO DA FALA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 21 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: _____

Profa. Dra. Cristiane Namiuti Temponi
Instituição: UESB

Ass.: _____

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Instituição: UEFS

Ass.: _____

Desista,
mas desista aos poucos
para dar tempo
de não desistir.
(Eu me chamo Antônio)

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é a memória do coração.” (Ditado francês)

Sim... é no meu coração que guardarei tudo o que foi vivido, todos os sentimentos e todas as pessoas que estiveram comigo durante o mestrado. E a emoção de estar escrevendo os agradecimentos transborda em meu peito por me lembrar do quanto eu aprendi em todo este tempo que me dediquei a isso.

Quero, primeiramente, agradecer a **Deus**, meu Pai espiritual, que só fez com que a minha fé aumentasse; a Ele, que me guiou em todos os caminhos, que me deu força nos momentos mais difíceis; a Ele, que me possibilitou viver dois anos de muita experiência. Enfim, a Ele...

Além da mão de Deus, que me sustenta, tenho, em minha vida, uma pilastra que me apoia e me ampara o tempo todo: a minha família. Agradeço a **Mainha (Dolores)** e **Painho (Antônio Robson)** por terem sido tão parceiros, tão confiantes e tão tudo para mim. Apesar de dizerem tanto que se orgulham de mim, quero, neste momento, afirmar que vocês são a representação mais real do que é o AMOR. Saibam que eu me orgulho muito mais de vocês!

Sou grata aos meus irmãos, **Mathias** e **Caio**, por, apesar de termos vidas diferentes, estarmos sempre um ao lado do outro, felizes com as nossas vitórias e firmes quando a vida não segue o rumo que queremos.

Deus me presenteou com um anjo, amigo, parceiro e marido. Agradeço a você, meu amor (**Uarley**), por andar sempre de mãos dadas comigo, por viver os nossos sonhos, por, pacientemente, ter estado ao meu lado durante estes dois anos.

Na vida acadêmica, fui apresentada com verdadeiros amigos de jornada, que, desde a graduação, viveram comigo nos mais diversos momentos. Juntos, **Eu, Lorena, Gabriela, Warley, Hayat e Caio** formamos um *Trio Parada Dura* (Eu, Lorena e Warley), um quarteto *Vegas!* (Eu, Lorena, Warley e Caio) e um quinteto *Nós!* (Eu, Lorena, Warley, Gabriela e Hayat). Somos assim: irreverentes e felizes! Agradeço, de coração, a todos vocês, meus amigos, por toda liberdade que temos, por rirmos escandalosamente, por nunca termos nos afastado e por sempre estarmos juntos pelos caminhos da vida.

E por falar na vida acadêmica... Ah, ela me trouxe muito mais gente! No grupo de pesquisa, costumamos dizer que ganhamos outra mãe e outro pai. A nossa mãe é **Valéria Viana**, agora, minha coorientadora. Mulher de uma energia incrível, que transborda confiança por onde ela passa. Com a luz que vem dela, todos os caminhos escuros são clareados e

elucidados; as dificuldades se tornam facilidades; e, quando não dá... não dá (rs). Quero te agradecer por tudo, Val, por sempre ter acreditado em mim, por ter me resgatado para o grupo e para perto de vocês.

O nosso pai acadêmico é **Jorge Augusto**, agora, meu orientador. A nossa aproximação foi acontecendo no último ano, e agradeço a Deus por ter me permitido isso. Jorge é um ser, assim como Valéria, iluminado por natureza; guiou-me pelos caminhos da pesquisa e, com nossas conversas maravilhosas e boas de risadas, guia-me nos caminhos da vida também. Obrigada, Jorge Augusto, por ser um orientador de excelência e uma pessoa admirável. Caminhar ao seu lado me faz crescer, não só na academia, mas como humana.

Em especial, quero voltar os meus agradecimentos aos membros da **Família Janus**. Agradeço a cada um de vocês por torcerem e ficarem felizes por mim. Obrigada por compartilharem conhecimento e experiências e por serem tão companheiros.

Dedico os meus sinceros agradecimentos aos professores **Vera Pacheco**, **Cristiane Namiuti** e **Silvana Araújo** por terem se disponibilizado a lançar outro olhar para meu estudo com todas as contribuições.

Agradeço aos **professores e funcionários do PPGLin/UESB** por toda disponibilidade e presteza que dedicam a nós, alunos. Vocês são fonte de conhecimento e luz!

Agradeço, também, a **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia** e a **Capes** pelo apoio institucional e financeiro.

Enfim, fico me perguntando: Quantos amores cabem em um só coração? Quantos sentimentos cabem na Gratidão? Não sei... só sei que o meu coração é grande e cabe cada sentimento que tenho por vocês. Muito Obrigada!

RESUMO

Objetivamos, neste estudo, analisar a variação *em/ni* na fala de informantes do português popular e culto de Vitória da Conquista-BA. O nosso intuito, com isso, é investigar se estes itens estão passando por um processo de variação e gramaticalização, com base nos postulados do (Sócio)funcionalismo. A hipótese desta pesquisa é de que fatores linguísticos e extralinguísticos condicionam o uso, tanto da preposição *em* quanto da variante *ni* na fala dos informantes conquistenses. Para tanto, tomamos, como aparato metodológico, os pressupostos da Sociolinguística Quantitativa Laboviana e analisamos os *corpora* do Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC) e do Português Culto de Vitória da Conquista (PCVC), constituídos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq – *Janus*. Os resultados obtidos apontam que, nas variáveis linguísticas, o uso do *ni* é favorecido pelo sentido Locativo e Textual e pelo contexto indefinido, tendo, como pesos relativos, os valores 0,620, 0,515 e 0,664 respectivamente. Em relação às variáveis sociais, o uso do *ni* foi favorecido na Faixa Etária III (0,617) e na fala dos informantes conquistenses menos escolarizados (0,725).

PALAVRAS-CHAVE

Preposição *em*. Variante *ni*. Sociofuncionalismo.

ABSTRACT

We aim, in this study, to analyze the variation between *em/ni* in the popular and cult people's speech from Vitória da Conquista – BA. Our aim with this issue is to investigate if this phenomenon is experiencing a variation and grammaticalization process, basing on the sociofunctionalism postulates. Our hypothesis is that extralinguistics factors can influence in the use of *em* and *ni* in the conquistenses people's speech. Therefore, we took as methodological system the quantitative aspects of the Laboviana Sociolinguistics and we analyze the *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista and the *Corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista, constituted by the Grupo de Linguística Histórica e Sociofuncionalismo. The results obtained indicate that, in the linguistics variables, the locative and textual meaning and the undefined context benefit the use of the *ni*, 0,620, 0,515 and 0,664, respectively. In relation to the social variables, the use of the *ni* was favored in the third age group (0,617) and in the less educated conquistenses people's speech (0,725).

KEYWORDS

Preposition *em*. Variant *ni*. Sociofunctionalism.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Representação configurativa do esquema proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer, (1991). 74
- Figura 2: Localização da cidade de Vitória da Conquista no mapa da Bahia. 83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informantes do Português Popular de Vitória da Conquista - BA.	84
Quadro 2: Informantes do Português Culto de Vitória da Conquista - BA.	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: A preposição <i>em</i> e a variante <i>ni</i> nos <i>corpora</i> PCVC e PPVC em dados percentuais	91
Gráfico 2: Variável <i>Funções da Unidirecionalidade</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais.	94
Gráfico 3: Variável <i>Definitude do SN</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais	98
Gráfico 4: Variável <i>Natureza sintática do SN</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em termos percentuais	102
Gráfico 5: Variável <i>Faixa etária</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais	103
Gráfico 6: Variável <i>Nível de escolaridade</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais	105
Gráfico 7: Variável <i>Sexo do informante</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais.	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A preposição <i>em</i> e a variante <i>ni</i> nos <i>corpora</i> PCVC e PPVC em dados percentuais	90
Tabela 2: Variável <i>Funções da Unidirecionalidade</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo	93
Tabela 3: Variável <i>Definitude do SN</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo.	98
Tabela 4: Variável <i>Natureza sintática do SN</i> em dados percentuais	101
Tabela 5: Variável <i>Faixa etária</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo	102
Tabela 6: Variável <i>Nível de escolaridade</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo	105
Tabela 7: Variável <i>sexo dos informantes</i> nos <i>corpora</i> PPVC e PCVC em dados percentuais	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A PREPOSIÇÃO EM NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	17
2.1 BREVE INCURSÃO NA LÍNGUA LATINA	17
2.1.1 Do latim às línguas românicas: o caso do português	20
2.2 O PORTUGUÊS ARCAICO	24
2.3 O PORTUGUÊS MODERNO	26
2.3.1 Crioulos: São Tomé e Cabo Verde	29
2.3.1.1 O Crioulo de São Tomé	29
2.3.1.2 O Crioulo de Cabo Verde	31
2.4 DA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	33
2.5 A PREPOSIÇÃO NO PORTUGUÊS CULTO: CONCEITOS E USOS	40
2.6 ESTUDOS RECENTES SOBRE A VARIAÇÃO EM/NI	47
3 O (SOCIO)FUNCIONALISMO	54
3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	54
3.1.1 Variação e mudança	57
3.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO	63
3.2.1 Principais conceitos do Funcionalismo	66
3.2.1.1 A Gramaticalização.....	67
3.3 A TEORIA (SOCIO)FUNCIONALISTA	77
4 METODOLOGIA	81
4.1 A COMUNIDADE LINGUÍSTICA: VITÓRIA DA CONQUISTA – BA	82
4.2 A COLETA DOS DADOS	83
4.3 AS ENTREVISTAS.....	85
4.4 A VARIÁVEL DEPENDENTE	85
4.5 AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES	85
4.5.1 As variáveis linguísticas.....	86
4.5.1.1 Funções da Unidirecionalidade.....	86
4.5.1.2 Definitude do SN	86
4.5.1.3 Natureza sintática do SN.....	87
4.5.2 As variáveis sociais.....	87
4.5.2.1 O sexo do informante.....	88
4.5.2.2 A faixa etária.....	88

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	90
5.1 RESULTADOS RELACIONADOS À VARIÁVEL DEPENDENTE NOS CORPORA ...	90
5.2 RESULTADO DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS.....	93
5.2.1 Funções da Unidirecionalidade	93
5.2.2 Definitude do SN	97
5.3 RESULTADO DA VARIÁVEL LINGUÍSTICA NÃO SELECIONADA.....	101
5.3.1 Natureza sintática do SN	101
5.4 RESULTADO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS.....	102
5.4.1 Faixa Etária	102
5.4.2 Nível de escolaridade	104
5.5 RESULTADO DA VARIÁVEL SOCIAL NÃO SELECIONADA	106
5.5.1 Sexo do informante	106
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	117
ANEXO A – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA	117

1 INTRODUÇÃO

Diante da notória aparição do item *ni* na fala dos habitantes de Vitória da Conquista que nossa motivação para estudá-lo, juntamente com a preposição *em*, surgiu, uma vez que o *ni* ocorre em contextos cuja preposição também é utilizada. Algumas pesquisas já assinalaram essa variação, inclusive, na própria cidade de Vitória da Conquista (PAES, 2013), em Feira de Santana (SOUZA, 2015) e em Salvador (BAXTER; LOPES, 2006).

Ao compararmos esses estudos com este, percebemos que a variante *ni* está presente na fala dos baianos, visto que todos eles são de cidades da Bahia. Além disso, por esta variante ser ainda estigmatizada, conforme afirma Paes (2013), ela ainda é mais frequente na fala popular dos informantes conquistenses. Porém, nosso estudo mostra que é possível encontrá-la, também, no discurso dos falantes cultos, mas em menor frequência.

A partir disso, pressupomos que ainda não se efetuou um processo de mudança linguística em relação à preposição *em* e à variante *ni*, dado que ambos os itens coocorrem na fala dos indivíduos conquistenses. Ademais, conjecturamos que os dois itens estejam passando por um processo de gramaticalização e que a alternância de uso de ambos os itens seja correlacionada a fatores de ordem linguística (estrutural) e extralinguística (social).

Na perspectiva linguística, lançamos as seguintes hipóteses: i) os falantes do português popular e culto de Vitória da Conquista utilizam esses elementos fazendo menção a ESPAÇO > TEMPO > TEXTO/PROCESSO, apresentando, o uso da preposição *em* com o valor locativo, uma tendência a sero mais recorrente na fala desses indivíduos, pois este item é considerado como a forma canônica da norma padrão, sendo, portanto, utilizado, habitualmente, na função também canônica, ou seja, a locativa.; ii) os contextos mais definidos favorecem o uso da preposição *em*, ao passo que o *ni* seria favorecido por contextos indefinidos e iii) por a preposição ser um item reclassificador, pressupomos que o *em* e o *ni* ocorram como introdutores de objeto indireto, complemento adverbial e adjunto adnominal nos *corpora* do Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC) e do Português Culto de Vitória da Conquista(PCVC).

Do ponto de vista social, pressupomos que: i) a mulher tende a usar mais a forma padrão do que a variante não padrão; ii) os jovens propendem a utilizar mais o *ni* por ser uma forma inovadora e iii) os falantes do português culto tendem a utilizar mais a preposição *em* por ela estar inserida nas normas gramaticais.

A fim de respondermos nossas indagações, traçamos como objetivo principal investigar evidências da variação entre a preposição *em* e a variante *ni* e quais contextos

(extra)linguísticos favorecem o uso de uma ou da outra. A importância desta pesquisa reside no fato de contribuímos para a descrição do vernáculo conquistense, além de conhecermos mais a preposição *em* e a variante *ni*.

Para isso, estruturamos o estudo em 5 seções. Nesta seção 1, delimitamos as hipóteses e os objetivos da pesquisa. A seção 2, intitulada *A preposição EM no tempo e no espaço* dedica-se a tratar sobre o percurso histórico feito pela preposição *em*, desde a tradição latina até o português moderno. Para isso, buscamos algumas gramáticas históricas que dessem conta desses estudos e nos amparamos em autores como Fischer (1999 [2009]); Kerlouégan, Conso e Bouet (1975); Lindsay (1936 [1907]); Poggio (2002); Ragon (1949).

Na seção 3, nomeada como *O (SOCIO)Funcionalismo*, tratamos sobre a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo Linguístico, pois ambas as teorias servem de suporte para o (Socio)funcionalismo). Em seguida, abordamos os principais pontos que, juntos, dão origem a esta teoria.

Na seção 4, *Metodologia*, apresentamos a comunidade linguística observada, como se deu a coleta de dados e as entrevistas, além de descrevermos os *corpora* analisados. Em seguida, deixamos evidentes quais foram as variáveis (in)dependentes controladas para a execução da análise. Tudo isso teve base no modelo de análise da Sociolinguística Quantitativa e nos pressupostos metodológicos da Sociolinguística laboviana.

Na seção 5, por fim, expomos os resultados obtidos da rodada no *GoldVarb X*. Primeiramente, apresentamos os resultados da variável dependente, seguidos das variáveis linguísticas e extralinguísticas. Enfim, nas *considerações finais*, retomamos algumas conclusões da pesquisa com o intuito de comprovar que a preposição *em* e a variante *ni* estão passando por um processo de gramaticalização na língua.

2 A PREPOSIÇÃO *EM* NO TEMPO E NO ESPAÇO

Para entendermos as alterações sofridas pela preposição *em* ao longo da história da Língua Portuguesa, torna-se necessário fazermos uma investigação que verse sobre forma e função desse item linguístico, considerando a passagem de tempo. Dentro dos limites teórico-metodológicos da Linguística Histórica, sempre se julgou pertinente recorrer a documentos, em sentido lato, que dessem testemunhos datados da ocorrência dos fenômenos em estudo. Para tanto, a fim de compreendermos como se deu a constituição da preposição *em* no Português do Brasil, traçamos uma trajetória de estudos, a qual se inicia por uma abordagem diacrônica do Latim ao Português, perpassando pelo Português Arcaico¹ e pelo Moderno, por meio de estudos que se referem ao tema entre os séculos IX ao XXI, bem como discutimos variedades da língua portuguesa em terras africanas.

O nosso intuito principal, portanto, foi investigar como a preposição *em* era empregada e, se nas fases sucessivas da Língua Portuguesa, já havia a ocorrência da variante *ni*. Na subseção que segue, fazemos uma abordagem sobre o funcionamento da preposição na língua latina.

2.1 BREVE INCURSÃO NA LÍNGUA LATINA

Kerlouégan, Conso e Bouet (1975), em *Initiation au système de la langue latine*, afirmam, de forma contundente, que duas tendências do latim vulgar “triunfaram” no “latim merovígio²”: a tendência de restringir o papel das desinências casuais e a tendência a desenvolver sentenças em construção direta. A nosso juízo, ambas influenciaram as alterações por que as preposições latinas sofreram no curso do latim como uma língua viva e, posteriormente, haveriam de deixar marcas na reconfiguração do uso das preposições nas línguas neolatinas.

Possuidor de um forte sistema de casos, o Latim Clássico fazia usos das preposições como elementos coadjuvantes na especialização de noções casuais. Nessa perspectiva, o estudo e a descrição das preposições associavam-nas aos casos ditos oblíquos, auxiliando no processo de “regência”.

¹ Paul Teysier segue a divisão “Arcaico e Moderno”, enquanto Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), por exemplo, seguem a divisão em Antigo (PA) e em Clássico (CL), para maiores detalhes veja o texto “Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa” http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/d/d5/GALVES_Cetal-2006a.pdf (acesso em 02 de Fevereiro de 2017).

² Termo empregado para se referir ao latim falado na Gália.

Historicamente, Lindsay (1936 [1907]) nos informa que a preposição latina *in* seria o resultado da apócope de uma preposição mais antiga: *indo* ou *endo*. *Endo* teria sido encontrada em um documento oficial (uma lei do senado, séc. III), o que se supõe ter sido a mais antiga; *Indo* fora encontrada em um texto de Ênio (239 – 169 a.C.). Plauto (230 – 180 a. C.) já não empregaria as formas mais antigas.

Em latim, *en* possuía a acepção de ‘em’ e ‘dentro de’” (POGGIO, 2002, p.189). Recorrendo a Lindsay (1936), Poggio (2002) afirma que a preposição *indo*, correspondente ao latim arcaico, originou o *ind-* e, posteriormente, *in* que caiu em desuso. No que concerne à forma *in*, autores como Ernout e Meillet (1951) atribuem-lhe a função espacial e temporal quando se referem a coisas em movimento.

A gramática latina afirma que dois casos “exigem” a preposição *in*, mas seu emprego está condicionado a “nuances” semânticas e estilísticas cujos contornos são, muitas vezes, difíceis de distinguir na prática, isto é, na escrita da literatura clássica, depois do desaparecimento do locativo: com o declínio do uso de locativo e do seu conseqüente desaparecimento, a ideia de **lugar onde** e **lugar aonde** começou a ser expressa pelo ablativo e pelo acusativo, respectivamente³. Saraiva (1896) elenca dez sentidos e empregos possíveis para *in* + ablativo e igualmente dez sentidos e empregos para o *in* + acusativo. Curiosamente, há situações para as quais o dicionarista não conseguiu uma definição precisa ao que ele denominou “10. Phrases diversas” (SARAIVA, 1896, p. 586).

Sem nos determos às minúcias apontadas pelo estudioso, podemos resumir a principal diferença que há entre o uso do *in* com ablativo ou *in* com o acusativo da seguinte forma: no caso do ablativo, não há ideia de movimento, mas, no caso do acusativo, a ideia de movimento se faz presente. Nesse ponto de vista, segundo Émile Ragon, *Gramática Latina*, 1949, quando o *in* era seguido por um acusativo, o sentido remetia à ideia de “movimento”, opondo-se ao *in* quando seguido de um ablativo em que a ideia de movimento não se fazia mais expressa: “eo in urbem” vs “sum in urbe”⁴. Para esclarecermos melhor a questão, vamos recorrer à Gramática Latina de João Ravizza (1940) para quem *in*+ acusativo poderia possuir três empregos mais comuns: a) como auxiliar na representação do locativo; b) como representação do *terminus* (isto é, indicando o término temporal ou espacial de algo) e c) no sentido de “amigável ou hostil”, equivalendo a “para com”. Por outro lado, ao ser empregada

³ Para maior aprofundamento na questão, sugerimos a leitura de “Questões de Gramática Latina” de Raul Machado, 1941.

⁴ Vou à cidade vs Estou na cidade.

com o ablativo, a preposição *in* transmitia ao substantivo a ideia de a) lugar-onde; b) tempo e c) causa.

Podemos observar que os gramáticos dedicam-se a tentar reunir os diversos usos da preposição *in* e dos variados sentidos que ela assume ao ser empregada. Ademais, sob a ótica de Kerlouégan, Conso e Bouet (1975), devemos destacar que, no Latim, na Era Cristã, o uso da preposição *in* tornou-se mais frequente com o ablativo, indicando a ideia de **lugar onde**, além disso a distinção clássica de movimento e sem movimento se perdeu, havendo a variação no emprego dessas formas (KERLOUÉGAN; CONSO; BOUET, 1975, p.104).

Ao tratar da questão da “Afinidade entre casos e preposições”, Rubio (1981), em seu *Introducción a la sintaxis estructural del latín*, reconhece que as preposições no latim fizeram o papel de propiciar “transferências linguísticas⁵”, gerando “complementos circunstanciais”. Tal leitura de Rubio (1981), claramente, espelha a tendência do caráter mais analítico que vicejaria no latim vulgar, mas que já era prenunciada no clássico, já que o autor para demonstração extrai excertos de Cícero.

Ainda devemos destacar que a preposição *in* e a preposição *ad* foram reinterpretadas pelas línguas românicas⁶, a exemplo do que fez o francês que conservou usos da preposição latina *in*, mas “transferiu” alguns sentidos para a preposição *ad* como nos informa Arsène Darmasteter (1924, p.183). Além disso, a preposição *en* (*en>in*) conservou, no curso da língua francesa, formas que seriam inteiramente desconhecidas pelo francês moderno, ou seja, usos latinos foram conservados no francês antigo, mas quase não deixaram vestígios na fase moderna da língua. A esse respeito diz o autor:

En vient du latin *in* qui signifiait “à l’intérieur d’un objet et sur la surface d’un objet”. Ces deux sens son continués dans l’ancien français qui dit non seulement être, aller en prison, mais s’asseoir en cheval. Ce dernier sens a disparu dans la langue modern qui n’en conserve plus que quelques traces: Jésus est mort en croix, c.-à-d. sur la croix.⁷ (DARMASTETER, 1924, p.194).

⁵ Ou melhor “transferencias linguísticas” e “complementos circunstanciales”, no original.

⁶ Fischer (1999) aponta que “línguas irmãs apresentam inovações compartilhadas de uma língua-mãe e esta mãe ou protolíngua pode ser, na verdade, uma área linguística onde duas ou mais línguas separadas se combinaram.” (FISCHER, 1999, p. 143)

⁷ Emtem origem no latim no qual significava "dentro de um objeto ou sobre o objeto". Ambos os sentidos continuaram na antiga língua francesa que tanto dizia “estar na prisão”, “ir em [à] prisão”, mas também “assentar-se no cavalo”. A última acepção desapareceu da linguagem moderna que preserva apenas alguns vestígios como em: Jesus morreu na cruz, ou seja, na [sobre] cruz. (DARMASTETER, 1924, p. 194).

Do excerto de Darmasteter (1924), podemos observar que a preposição do latim *in*, ao transformar-se em *en*, inicialmente, conservou alguns dos valores (espaço interior), os quais foram aos poucos sendo suplantados por outras preposições, como *dans*, conforme nos informa Dauzat, Dubois e Mitterand (1993, p.252). Documentos do século IX, segundo os autores, como nos *Juramentos de Estrasburgo (Serments de Strasbourg)*, demonstrariam os estertores do *in* no francês, logo sendo suplantado pelo *en* como atestam escritos como na *Cantilena de Santa Eulália (Cantilène de Sainte Eulalie)*.

Temos de reconhecer, contudo, que valores da preposição *in* permaneceram em formas cristalizadas, isto é, formas que passaram intactas às transformações temporais, já que incorporaram o jargão de determinados grupos profissionais. A esse respeito, Caldas (1978), *Como traduzir e empregar o latim forense*, apresenta diversas fórmulas jurídicas que conservam a oposição *in vs ad*, explicitando que elas são “naturalmente” antagônicas, como “jus in re” vs “jus ad re⁸” (CALDAS, 1978, p.115).

Nesse sentido, pudemos observar que o gradativo desaparecimento do locativo (como caso independente) fez com que sua função fosse compartilhada por outros dois casos, a saber, o acusativo e o ablativo. Tal situação favoreceu o recrudescimento das preposições *in* e *ad*, as quais incorporaram as noções que já representavam a ideia do locativo. Por outro lado, fórmulas cristalizadas, especialmente em línguas de uso especial, como o latim jurídico, mantiveram formas consagradas remetendo aos usos primeiros da língua latina.

2.1.1 Do latim às línguas românicas: o caso do português

As gramáticas históricas do português descrevem as mudanças por que as preposições latinas passaram até assumir as atuais formas e usos na Língua Portuguesa, ou seja, desde sua origem no latim até os sentidos assumidos por meio de uma abordagem diacrônica. Porém, é raro encontrar nelas explicações sobre formas e usos, matéria que é um dos aportes do Funcionalismo. Então, como guia de nossa abordagem, vamos recorrer a gramáticas históricas bem como ao trabalho realizado por Rosauta Poggio (2002) e com base nessas duas linhas de frente, procuramos delinear um percurso diacrônico das preposições latinas ao português, obviamente dando destaque à preposição *em*, alvo desse estudo.

No caso de línguas do “tronco” indo-europeu, como o grego e o latim, cujos sistemas linguísticos eram compostos de morfemas aglutinados, o caráter sintático das palavras era

⁸ “O direito a favor” vs “O direito contra”, isto é, aquilo que é permitido e aquilo que não é permitido.

indicado por morfemas especiais, que se agrupavam em declinações, mas havia a subordinação de uma organização “lógica” de dependência, caracterizando-se, portanto, “língua de casos”. Nesse sentido, qual seria o papel das preposições em línguas de caso? As preposições são elementos relacionais de uma língua, fundamentais para a sua estrutura e mostram-se variadas nos quesitos de qualidade e quantidade, dependendo de como se caracteriza cada sistema linguístico. No entanto, há divergências sobre a existência de sentido nas preposições, já que por definição elas foram tratadas inicialmente como elementos correlacionais em uma dada estrutura sintática (ILARI, 2008).

Seguindo a linha de raciocínio de Poggio (2002), vamos observar que Moignet (1981) e Pottier (1977) consideram que as preposições são elementos que estabelecem a relação sintática de uma sentença, apresentando sentidos acentuadamente abstratos. Tal ideia é novamente reforçada por Pottier, Audubert e Pais (1972) os quais consideram as preposições como “relacionantes”, exprimindo relações não integradas. No caso da preposição *em*, Pottier, Audubert e Pais (1972) propõem uma equivalência entre as estruturas com termos relacionantes e as estruturas como modificadores, por meio do recurso da prefixação imediata: “Paulo põe algo no barco” vs “Paulo embarca algo”. Tal proposta descritiva serve para explicar como as preposições latinas configuraram o quadro das preposições portuguesas.

Ademais, Poggio (2002, p. 101) afirma ter ocorrido uma lenta passagem no uso concreto da flexão casual das preposições, indo em direção à abstração. Nesse caso, o sistema linguístico latino, que era formado por casos e preposições, foi substituído apenas por preposições, na constituição dos romances e das línguas românicas. Com base nos estudos realizados por T. Riiho (1979), cuja leitura foi feita com base em Brea (1985), Poggio (2002) continua assegurando que:

Acentuam-se [...] o desaparecimento dos casos morfológicos e a importância das preposições, mas, em geral, não se procura fazer uma distinção clara, nem semântica, nem tipológica entre os elementos que assumiram as principais funções casuais e os que seguiram correspondendo às preposições latinas (POGGIO, 2002, p.151).

Um dos fatos inquestionáveis apontados por Poggio (2002) está relacionado o desaparecimento da morfologia de casos, ou sua restrição a vestígios como no caso dos pronomes, que sobrelevou-se o papel das preposições. Acerta ainda a pesquisadora ao afirmar que com a nova reconfiguração do sistema seriam necessários estudos que viessem a descrever as novas funções, a conservação das antigas, a redistribuição semântica bem como a comparação entre os elementos novos e os antigos, enfim, um mapeamento de formas e

funções. No entanto, tal realidade não vingou entre os primeiros romanistas, o que só veio a ocorrer com o recrudescimento dos estudos históricos a partir do século XX.

Seguindo a exposição feita por Poggio (2002), por um período, a Linguística Histórica, representada pelo pensamento de J. Vendryes (1950), A. Secheyaye (1950, p.77, 83) e C. de Boer (1926) afirmava que as preposições são elementos dependentes do contexto, ou seja, vazias, sendo que A. Secheyaye as separou em dois grupos, a saber: fracas [faibles], que correspondiam às preposições dos casos das línguas sindéticas; fortes [fortes], que tinham sua correspondência nas posposições.

Para Câmara Jr. (1975), *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, as preposições são formas dependentes já que se realizam plenamente dentro de um sintagma e se caracterizam como lexemas gramaticais, constituindo uma classe de palavras. No que se referem ao eixo sintagmático, elas servem como elementos indicadores de funções, uma vez que mostram a sua natureza sintática ao estabelecerem as relações. Tal ideia de Câmara Jr (1975) estaria em consonância com outros eminentes linguistas e historiadores de línguas como J. Vendryes (1950), *Le langage introduction linguistique a l'histoire*, e A. Secheyaye (1950).

A Linguística Histórica também se ocuparia de responder a um questionamento acerca das preposições: ora, considerando que o sentido das preposições está ligado ao termo que as acompanha, seriam elas vazias de sentido? Guillaume [s.d.], por exemplo, rejeitou contundentemente o uso do termo “vazias” associado às preposições com base na premissa de que não só as preposições, mas outros tipos de morfemas, também, são polivalentes no uso. Então, há sentido sim nesses elementos. Tal afirmação de Guillaume [s.d.] encontra apoio em W. von Warburg (1969, p.105⁹). Vejamos o que nos diz Poggio (2002) a esse respeito:

Desse modo, alguns autores agruparam preposições e casos, fixando sua atenção nas preposições que A. Secheyaye, em 1926, chama “débeis”, C. de Boer, 1926, “preposições casuais” e W. von Wartburg, em 1958, “preposições incolores”, como as preposições **a** e **de**. Por outro lado, outros autores separaram preposições e casos, concentrando-se nas preposições chamadas “fortes”, “plenas” [...] Quanto ao latim, não há preposições “causais”, “dessemantizadas” e “gramaticalizadas”, como nas línguas românicas. Todas elas são “fortes”, “não-causais” e, semanticamente, “plenas” (POGGIO, 2002:102-103).

⁹ Para cotejo, usamos a edição inglesa intitulada *Problems and methods in Linguistics*, traduzida por Reid. W. von Wartbur nos remete a estudos de Fahlin e Gougenheim aos quais, infelizmente, não tivemos acesso.

Voltando o nosso olhar para as gramáticas históricas de Língua Portuguesa, podemos observar que a tradição, do ponto de vista da história externa, restringiu-se a somente resolver a equação metacrônica: in> em (NUNES, 1945); “em /en < in (HUBES, 1986, p.264).

Epiphânio Dias (1954), por exemplo, na *Syntaxe histórica portuguesa*, inicia a seção sobre preposição apresentando como se deu a substituição dos casos latinos, dativo e acusativo, pelas preposições *a* e *para*, sendo que, conforme o autor, o primeiro caso se conservou nos pronomes pessoais e reflexivos. Por outro lado, o caso acusativo, com o sentido de localização, também, foi substituído pelas mesmas preposições.

Após uma breve introdução sobre o conteúdo, Dias (1954) apresenta uma lista das preposições, classificando-as como simples (*a*, *com*, *em* etc.), compostas (*para*, *dês*, *deante* etc.) e locuções prepositivas (*a cabo de*, *em cima de* etc.).

Nessa lógica, o sistema era formado pelo uso de desinências que marcavam a função da palavra e, por meio de tal sistema, a ordem das palavras não influenciava o sentido da sentença, pois cada elemento ali presente teria, a despeito da ordem, uma função específica. Como o latim clássico era uma língua de casos, o que não obedecesse às regras seria considerado uma variável *extra muros* [fora dos muros, alheio] da urbanidade e, portanto, vulgar¹⁰; assim, as preposições isoladas ficavam em segundo plano de utilização, mas, como afirma Cândido Jucá (1945), algumas das preposições portuguesas, em sua origem, já apresentavam funções sintáticas no latim, sendo elas: *a*, *ante*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *dês*, *em*, *entre*, *para*, *per*, *por*, *pós*, *sem*, *sob*, *sobre* e *trás*. Tal situação demonstrava que a suposta rigidez do sistema de casos não era categórica.

Por esse ângulo, podemos ver que os estudos históricos tradicionais do Português pautaram-se em fazer menções à evolução do latim ao nosso vernáculo, dando poucas informações sobre os usos e as funções. Exceção se faça aos casos em que filólogos se dedicaram a estudar autores específicos, como Othoniel Mota que teceu comentários sobre textos de D. Duarte (MOTA, 1937).

Na subseção seguinte, tratamos dos usos e funções do *em* no Português Arcaico.

¹⁰ “Latim vulgar, latim corrente ou familiar são denominações da modalidade falada não-culta da língua, à qual os romanos convencionaram chamar de *sermo vulgaris*, e da qual o português originou-se. Contido por muito tempo em suas expansões por influência da ação dos gramáticos e da literatura, o latim vulgar se expande livremente após a queda do Império Romano, momento em que ocorre o fechamento de escolas e o desaparecimento da aristocracia, espaços e pessoas que cultivavam as boas letras” (OLIVEIRA, 2009).

2.2 O PORTUGUÊS ARCAICO

Como fonte histórica para analisarmos a funcionalidade da preposição *em* no Português Arcaico, vamos lançar mão de um estudo de fôlego apresentado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, transformado em livro há quase trinta anos, denominado *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Por meio dele, a autora aborda aspectos relativos ao período denominado Português Arcaico, analisando documentos escritos de autores, tradutores e copistas. Assim, esta espécie de *corpus*, segundo a autora, adota um caráter, que antes era unificado, diversificado ao atravessar séculos e passar pelas mãos de vários informantes de natureza distinta. Nas palavras da autora,

Adoptamos o termo *corpus* e o consideramos como bem-vindo para definir o conjunto diversificado de documentos-informantes que poderão ser analisados para que deles, consideradas explicitamente as suas individualidades, se possa depreender uma gramática do português arcaico (MATTOS E SILVA, 1989, p. 16).

Diante disso, a obra de Mattos e Silva (1989) torna-se referência de um período da Língua Portuguesa que retrata a consolidação não só da língua, mas dos valores da vernaculidade que será sedimentada por Camões. Da obra, desenvolvida à luz do Estruturalismo, extraímos elementos que ilustram a nossa discussão. Agora, passemos a investigar como se deu a abordagem da preposição no *corpus* analisado pela renomada linguista.

Primeiramente, Mattos e Silva (1989) apresenta um breve comentário acerca da tradicional definição de preposições simples, formadas por um só elemento, e as que são formadas por duas ou mais, isto é, preposições compostas. É com base nessa categorização que a autora elenca as preposições encontradas nos documentos investigados, a saber:

- Preposições simples: *de; en; a; pera; per; por; ata; após; empós; antre; com; contra; des; salvo; segundo; sem; sô; sobre e tirado*¹¹.
- Preposições compostas: *ante a ~ de; a preto de ~ preto de; arredor de ~ derredor de; a cabo de ~ cado de; acerca de; de/ en/ per/ a cima de; depós ~ depois ~ depois de; dentro en/a; fora de; en fundo de; longe de.*

¹¹ Mattos e Silva (1989) ressalta a não ocorrência de algumas das preposições que hoje encontramos no português, *até, entre, desde, para, sob*, pois eram grafadas de forma diferente, respectivamente, *ata, antre, des, pera e sô*.

Após enumerar as preposições (simples e compostas) representativas nos documentos analisados, a autora explora “as relações expressas pelas preposições” (MATTOS E SILVA, 1989, p.622), visto que podem estabelecer uma possibilidade polissêmica grandiosa, sendo que “muitas vezes [...] a relação expressa pela preposição está condicionada também pela natureza semântica do sintagma nominal circunstancial que introduz ou do elemento do enunciado a que se relaciona a circunstância expressa” (MATTOS E SILVA, 1989, p.622), o que nos permite concluir que é no uso que a funcionalidade se revela, pois na prática discursiva é que se determina a variedade semântica das preposições inseridas na gramática de usos do indivíduo, perspectiva que muito se assemelha à adotada por nós nesse estudo.

Diante das relações que as preposições expressaram nos documentos analisados, Mattos e Silva (1989) as cataloga com base em seis circunstâncias:

1. Origem;
2. Direção;
3. Percurso;
4. Associação;
5. Situação;
6. Adequação.

Além disso, essas relações podem se enquadrar em três classes de significação: Espacial (E), Temporal (T) e Nocional (N).

Neste momento, faremos um salto na categorização dessas relações para focalizar somente a que nos interessa no âmbito do nosso estudo: 5. *Situação*. Realizamos isso porque, segundo Mattos e Silva (1989), as ocorrências da preposição *en* encontradas se enquadram somente neste campo relacional, uma vez que ela exprime a “situação em geral” e pode vir acoplada de outras preposições, como *de* e *a*, desempenhando as funções espacial, temporal e nocional. Vejamos, agora, alguns excertos que a autora utilizou como forma de constatação das ocorrências encontradas:

- (1) Espacial: “Non cuido eu que **en** toda terra de Italia aja homens de gram virtudes.” (MATTOS E SILVA, 1989, 637);
- (2) Temporal : “E porque **en** outro dia avia de parecer ante o juiz sobre feito do moesteiro[...].” (MATTOS E SILVA, 1989,637);

(3) Nocional¹²: “Ca días **en** grego quer dizer **en** nosso linguagem dous e lagos **en** grego quer dizer **en** nosso rimaço paravra.” (MATTOS E SILVA, 1989, 637).

O que foi notório nos documentos foi a utilização do *en* com verbos que, geralmente, eram regidos pela preposição *a*. Porém, isso não quer dizer que ela tenha sido excluída, pelo contrário, as duas formas coocorreram, legitimando um processo de variação linguística. Seguem os excertos em que houve a presença das duas preposições:

(4) En: “Alçou os olhos **no** aar.” (MATTOS E SILVA, 1989, 637);

(5) A: “Alçoo as mãos **ao** ceo”. (MATTOS E SILVA, 1989, 637).

Observemos que a questão está posta fora da jurisdição do regime verbal, argumento muitas vezes utilizado para justificar a escolha da preposição. Nos dois exemplos, o verbo é o mesmo: alçar¹³. Ademais, comparando as duas estruturas, vemos que ambas são construídas com objetos diretos, logo o emprego da preposição “em”, na forma contrata *no*, e o emprego de *a*, na forma combinada *ao*, demonstra a coexistência dos empregos com *a* e *em*.

Após essa análise, a autora trata das possibilidades de especificações que a relação *situação* pode expressar. Não nos debruçaremos sobre isso, pois não é o foco do estudo. O que, nesse momento nos interessa, é registrar que, em suma, vemos que, no Português Arcaico, já se verificava o aumento funcional das preposições vindas do latim. Hoje, contudo, as preposições são empregadas sintaticamente de maneira ainda mais diversificada, enquadrando-se em usos distintos como veremos na seção 2.5.

Para tratarmos de questões referentes ao Português Moderno, vamos recorrer aos estudos de Said Ali (1964), Ferrari (1994) e Castro (2001), além de tratarmos, brevemente, o crioulo. Todas as abordagens seguem os enfoques da Linguística Histórica.

2.3 O PORTUGUÊS MODERNO

Para se conhecer a língua falada no território português, a partir do século XVI, é necessário recorrer, também, aos estudiosos que se dedicaram a analisar documentos, literários e não-literários, datados dessa época.

¹² Em nosso estudo, associamos à categoria “nocional”, proposta por Mattos e Silva (1989), a categoria “texto/processo”. Explicitaremos melhor sobre isso na subseção *Gramaticalização*, onde tratamos sobre a UNIDIRECIONALIDADE.

¹³ Segundo Celso Pedro Luft (1987), o verbo alçar só admite a possibilidade de aparecer com as preposições *a*, *em* ou *por* na acepção de elevar no sentido de promover, como em: “Alçaram-no ao posto de capitão. Alçaram-no por chefe. Alçaram-no (em) rei.” (LUFT, 1989, p. 48)

No nível lexical, o português a partir do século XV lança mão de empréstimos feitos do latim literário e do grego latinizado, logicamente influenciado pelo Renascimento. De acordo com Castro (2001):

O contraste com o mesmo pedido de empréstimo feito no século anterior por autores como o Infante D. Pedro é bastante nítido. Enquanto D. Pedro, por exemplo, na tradução que fez do *De Officiis* de Cícero [...] tentou frequentemente substituir a forma latina por uma forma vernácula portuguesa, quando a identidade do conceito não era duvidosa, Luís de Camões limitou-se a adaptar à morfologia portuguesa uma fila interminável de palavras latinas [...] (CASTRO, 2001, p. 255).

Entre os principais textos referentes à sintaxe histórica do português figura a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de Manuel Said Ali, cujo objetivo, assim como outros textos, foi o de analisar a enumeração de estruturas lexicais que foram ganhando e perdendo propriedades sintáticas e semânticas. Esse trabalho, ao ser comparado com estudos do português moderno, é fundamental para o conhecimento da evolução da Língua Portuguesa e sua sintaxe, e para a observação do que mudou e do que permaneceu na língua.

Dando prosseguimento ao estudo das preposições, o autor apresenta uma aparente relação entre as preposições e os advérbios, lembrando que as preposições latinas foram, previamente, advérbios. E, apesar de os advérbios juntarem-se aos verbos e adjetivos com a função de modificá-los, as preposições são combinadas a substantivos, artigos e pronomes, desempenhando as funções de lugar, instrumento, meio, posse etc. Assim, algumas preposições surgiram da união delas com advérbios, por exemplo, a partir da preposição *de*: *de + pois, depois; de + ante, diante* etc. (SAID ALI, 1971, p.233).

Segundo Said Ali (1964), entre as preposições que vieram da língua mãe e permaneceram no português, sem nenhuma modificação de forma, estão *ante, contra, de e per*. Ao contrário, as preposições que sofreram mudanças nas formas foram *ad > a; post > pos; cum > com; inter > antre/entre; sine > sem; trans > tras; pro > por; secundum > segundo; in > en, em; sub > sob, so*. Em síntese, o autor analisa que:

Algumas destas partículas continuaram a usar-se como em latim; outras tiveram novas aplicações além das antigas [...] Cada preposição teve originariamente um sentido delimitado; mas a associação de ideias tornou possível o alargamento do domínio semântico de algumas a ponto de invadirem umas o domínio das outras e se confundirem por vezes as partículas na aplicação pratica (SAID ALI, 1964, p. 234).

Antes de prosseguirmos, julgamos necessário discutir a grafia da preposição *em* no português arcaico, uma vez que alguns autores a mencionam com a escrita *en*, e outros com *em*. Mattos e Silva (1989), ao longo de todos os textos analisados, só faz menção, apenas, à forma *en*, ao contrário de Said Ali (1964) que, como foi mostrado anteriormente, utiliza as duas formas de escrita, *en* e *em*, referindo-se à preposição. Essa alternância de escrita se deu pelo fato de, segundo Ferrari (1994), a preposição *em*, em sua forma arcaica, ter o valor fonético de *in* e, também, *ni*¹⁴(do arcaico *eno* >*ene*?). Desse modo, a variação na escrita ocorreu, permanecendo, no Português Moderno, a forma *em*¹⁵.

Retornando às definições, dadas pelo autor, à preposição *em*, encontramos que esse elemento, ao referir-se a Espaço e Tempo, exerce a função de interioridade em alguns contextos discursivos, podendo, também, denotar ação de superposição (*pôr pé em terra*), estado de alguma (*árvore em flor*), coisa ou divisão (*obra em dous tomos*)¹⁶. É interessante a abordagem que Said Ali (1964) faz em relação ao que ocorre no momento do discurso sobre a preposição em análise:

Ocorre a cada momento no discurso para significar o lugar onde as cousas se passam. Menos conspícuo é o emprego de *em* accepção directiva; mas é justamente esta tão importante que sem o seu conhecimento não saberíamos explicar a presença de *em* em bom numero de locuções (SAID ALI, 1964, p. 244).

Quando o autor menciona a função “lugar para onde”, ele ressalta que, geralmente, neste caso, o *em* é utilizado com as preposições *a* e *para*, o que nos faz lembrar aos achados de Mattos e Silva (1989) sobre a junção das preposições *em* e *a*. Além disso, há uma série de verbos que se complementam com a preposição *em*, significando “lugar onde”, cujo complemento expressa o ponto em que a ação se realiza, e não a movimentação de algo que se encaminha.

No caso de verbos que possuem uma carga semântica de “transposição” (*transformar*, *converter*), ou seja, passar de um lugar para outro, além de serem transitivos diretos, podem vir acompanhados de um complemento preposicionado, nesse caso, tendo sua origem em construções latinas. Segundo o autor, “a construcção latina a que este complemento se filia é

¹⁴ Abordaremos, mais profundamente, sobre isso na seção direcionada à origem da preposição *ni*.

¹⁵ Como vimos, a forma da preposição *em* se tornou estrutura padrão do Português Moderno e passou a ser propagada pela tradição gramatical, a qual é a principal representante da “modernidade” do Português. Retomaremos a questão quando tratarmos do Português Culto e, para tanto, vamos utilizar gramáticas e suas abonações como exemplos para discutir os usos da preposição *em* no Português Moderno.

¹⁶ Exemplos do próprio autor.

in com acusativo, usando-se este caso, por significarem tais verbos movimentos encaminhados em determinado sentido [...]” (SAID ALI, 1971, p. 245).

Dispostos a investigar a ocorrência das preposições *em/ni* em algumas línguas de base portuguesa, na subseção que segue, abordamos, brevemente, sobre os crioulos de São Tomé e Cabo Verde.

2.3.1 Crioulos: São Tomé e Cabo Verde

Nesta subseção, apresentamos breves considerações sobre o uso da preposição *em* e sua variante *ni* no Português falado em África e num crioulo de base portuguesa. Para tanto, servimo-nos de estudos realizados em São Tomé e Príncipe e no Crioulo de Cabo Verde. Por questões de apresentação, fizemos um breve relato sócio-histórico daquelas línguas para, em seguida, discutir o fenômeno linguístico alvo de nosso estudo.

2.3.1.1 O Crioulo de São Tomé

São Tomé e Príncipe é um país africano localizado no Golfo da Guiné, no oceano Atlântico. Por conta de sua localização, esse país não possui nenhuma fronteira terrestre, sendo que os países¹⁷ mais próximos dele ficam a mais de 300 mil metros de distância.

São Tomé faz parte das comunidades que foram colonizadas por Portugal, tendo como idioma oficial a Língua Portuguesa. Por volta de 1470, Portugal iniciou o seu processo de colonização neste ambiente que estava, praticamente, desabitado. De acordo com Ferraz (1979), apesar de as primeiras tentativas do processo de colonização portuguesa não terem tido tanto sucesso, o período que se refere à primeira nomeação do capitão da ilha, João de Paiva, em 1485, até o período de nomeação de Álvaro de Caminha, em 1493, podem ser considerados como significativos para a construção linguístico-histórica do crioulo São Tomense. Ao se pensar no desenvolvimento do crioulo de São Tomé, esse período pode ter sido crucial para o começo do *pidgin* ou crioulo original do Golfo da Guiné, pois, nessa época, houve um primeiro contato entre os falantes da Língua Portuguesa e os falantes de outras línguas africanas.

No decorrer dos anos de colonização, alguns escravos do Golfo do Benim e do Reino do Congo foram levados para São Tomé, mas não com a proposta de permanecerem por lá.

¹⁷Gabão, Guiné Equatorial e Camarões.

Na verdade, a intenção inicial era de que eles fossem transportados para a Costa da Mina. Porém, ao invés de serem enviados para tais comunidades, alguns permaneceram nas terras São Tomense para trabalharem. Como consequência disso, já podia se notar o surgimento de uma pequena população na ilha de São Tomé, onde portugueses e africanos começavam a interagir por conta dos serviços que deveriam ser prestados.

Outra coisa que evidenciava um notável aumento da população de São Tomé naquele período foi, segundo Negreiros (1805), conforme pudemos ler em Ferraz (1979), o processo de venda e troca de terras, cuja condição principal para que isso ocorresse era que os beneficiários deveriam cultivar a terra no período de cinco anos ou, caso contrário, perderiam o contrato. Em consequência disso, São Tomé tornou-se um porto bastante produtivo, sendo que, diante de todo o progresso e das relações comerciais que ocorreram, o crioulo do Golfo da Guiné começou a ser desenvolvido. Nas palavras de Ferraz (1979, p.15), “[...] as indicações são que o número de pessoas portuguesas que estavam lá na ilha, fornecendo uma base portuguesa ao crioulo, retiveram alguns dos escravos passando lá das áreas do Congo e de Benim, que forneceram a língua de substrato”¹⁸.

Após o período de colonização, São Tomé entrou em uma fase de declínio social e político, tendo, como consequência, a saída de muitos portugueses da ilha. Após isso, o crioulo já não sofria mais tanta influência da Língua Portuguesa e começou a ganhar sua maturidade e independência. Além disso, o “afastamento” de lusofalantes possibilitou o aumento da influência africana no léxico, na fonologia e na gramática do crioulo são tomense.

Isto posto, Ferraz (1979) faz uma análise da estrutura linguística do crioulo de São Tomé. Como foi dito anteriormente, pautamo-nos em verificar, apenas, o que o autor aborda sobre preposições. Então, em uma subseção denominada *Pronome disjuntivo em uma frase preposicional*¹⁹, o estudioso atesta que a 3ª pessoa do singular em frases preposicionais, em São Tomé, não ocorre da mesma maneira que no português. O tipo de frase preposicional ocorre disjuntivamente no sentido de que o pronome se refere de volta ao objeto que está no começo da sentença. Em relação a isso, as construções mais frequentes nesse tipo de frase envolvem a preposição *ni* + pronome *e* (*n* → *e*) que, na língua inglesa, é o mesmo que *in* ou *on it*. Para exemplificar este tipo de caso, o autor traz alguns exemplos mostrados a seguir:

(6) kɛ kũ sa ‘n-e (inglês: the house I am in) {português: a casa em que eu estou}.

¹⁸ “[...] the indications are that a number of Portuguese people were there, providing a Portuguese base for the Creole, and the island must have retained some of the slaves passing there from the Congo and Benin areas, who provided the substratum.” (FERRAZ, 1979, p. 15)

¹⁹ “Disjunctive pronoun in a preposition phrase” (FERRAZ, 1979).

O excerto (6) evidencia a ocorrência da preposição *ni* no crioulo de São Tomé com o sentido locativo. Semelhantemente, encontramos indícios de que essa preposição funcione da mesma forma no PB, mas, também, apresenta outros sentidos que serão trabalhados posteriormente.

Para corroborar a discussão, trazemos, ainda, outros autores que, da mesma maneira, perceberam uma notável presença do *ni* no PB e investigaram isso no português dos Tongas de São Tomé. Baxter e Lopes (2006), ao investigarem esse elemento na fala dos Tongas de São Tomé, constataram o uso em tal variedade do Português. Abrindo um parêntese, os Tongas, segundo os autores, são povos descendentes de trabalhadores africanos que aprenderam a Língua Portuguesa por meio do contato com os portugueses, concretizando um processo de transmissão linguística irregular. Vale ressaltar que o português dos Tongas não se enquadra na categoria de crioulo, sendo considerada como um dialeto que se distanciou do português e apresenta características variáveis de outras variedades do português (LOPES; BAXTER, 2011).

No Português dos Tongas, é possível notar a presença da preposição *ni* em contextos que caberiam a utilização da preposição *em* para indicar a noção de lugar, como é constatado nos exemplos de Baxter e Lopes (2006):

(7) ñõ pode entra *ni* empresa ñão.

(8) eu vive aqui *ni* sede

Em suma, para os referidos autores, em épocas passadas, a preposição *ni* era utilizada com mais frequência pelos Tongas. Porém, ao longo do tempo de contato com os portugueses, a preposição *em* foi ganhando seu espaço e tornou-se a de maior uso entre este povo.

Espelhando-nos na mesma metodologia usada no âmbito de nosso estudo, passamos a um sucinto estudo do crioulo de Cabo Verde.

2.3.1.2 O Crioulo de Cabo Verde

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas na segunda metade do século XV, em 1460. Porém, há uma imparcialidade em relação ao descobridor oficial dessas ilhas, uma vez que as discussões em relação a isso divergem a depender do historiador que se dedica a contar esta história. Almada (1961) admite que os nomes mais ou menos aceitos são os de Diogo Gomes e António de Noli e, posteriormente, o nome de Alvise Cadasmoto foi postulado também.

Ao que tange à questão territorial, Cabo Verde, a princípio, foi dividida em dois grupos: Sotavento, cujas ilhas que faziam parte eram Santiago, ilhas do Fogo, Maio e Brava; Barlavento, formado pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista. Concernente à questão populacional, na época do descobrimento, Cabo Verde se constituía como um arquipélago desabitado, sendo que a origem habitacional dessas ilhas se deu a partir do momento em que os portugueses começaram a trazer africanos para serem escravizados (DIAS, 2002).

Ao mesmo tempo em que a expansão portuguesa crescia nas ilhas de Cabo Verde, a Língua Portuguesa também tomava o seu espaço linguístico, mesmo que ainda fosse ininteligível para os povos de outras origens. Então, via-se o surgimento de uma língua de contato, o crioulo, pois, como não havia uma língua nativa no arquipélago, era quase impossível manter a comunicação. Diante disso, a Língua Portuguesa forneceu a base lexical em contato com as outras línguas africanas que faziam parte do ambiente para que o crioulo se formasse (DIAS, 2002).

Ao tentar entender como se dava o processo de comunicação entre negros e brancos no arquipélago de Cabo Verde, Almada (1961) supõe que, em um primeiro momento, o mecanismo de linguagem utilizado era por meio de sinais. Depois, sucedeu a imposição da língua dominadora, pois ela era tida como a língua nacional que deveria ser adotada pelos colonizados. Sobre o processo de imposição do português, a autora ainda afirma que “os Negros tiveram, pois, de abandonar a sua própria língua para falarem a dos seus conquistadores. E abandonaram-na tão completamente que não aparecem no crioulo cabo-verdiano vestígios de qualquer língua africana [...]”. E mais, “como o que interessava era que os dois povos se entendessem, o povo dominado limitou-se a apreender da língua do povo dominador apenas o indispensável a uma mútua compreensão. Da simplificação resultante é que nascem os crioulos” (ALMADA, 1961, p.17-18).

Em relação a algumas características do crioulo de Cabo Verde, a autora afirma que a noção de conceitos abstratos do português só foi adquirida posteriormente pelos indivíduos, mas com traços da cultura cabo-verdiana. Primeiramente, por conta da gramática reduzida que os falantes adquiriam somente conceitos relacionados a objetos concretos eram expressos. Ademais, concomitantemente às mudanças fonéticas e morfológicas, surgem, também, as alterações sintáticas acompanhando os novos caminhos da língua que se encontra em processo de formação. Como exemplo disso, Almada (1961) cita a supressão da preposição *a*, gerando a construção sintática *dar menino comida*, ao invés de *dar comida ao menino* como é comum no português.

Enfim, chegamos ao ponto principal que auxiliará esta pesquisa, ou seja, pretendemos analisar como as preposições *em/ni* trabalhavam nessa língua com base nos estudos de Almada (1961).

Pautando-se na descrição de como algumas preposições funcionavam no crioulo cabo-verdiano, a referida autora traça alguns detalhes da preposição *a*, que, por sinal, não existe de forma isolada nessa língua, sendo que ela só funciona quando se junta com outras preposições. Para o nosso estudo, focalizamos nessa preposição quando ela, em junção com a preposição *em* forma o item *na*. Segundo Almada (1961), isso ocorre no momento em que os complementos relativos de lugar regido da preposição *a* passam por um processo de substituição pelo complemento regido do *na*. Vejamos um excerto extraído da autora: “[logo elə ta na sidada] <> (logo ele vai à cidade)”

Em seguida, Almada (1961) ressalta que, quando a construção apresenta a forma *né*, que, no PB, é o mesmo que *ni*, ela é caracterizada como vulgar, principalmente, em Ceilão. E no que se refere à preposição *em*, podemos encontrá-la sendo regida pelas preposições *desde* e *até* em contração com o artigo feminino *a*, resultando, novamente, em *na*. Observemos mais de perto outro excerto: “[ele ba te na rua] <> (ele foi até à rua)”.

Como pudemos observar, nas línguas crioulas em análise, há a presença das preposições *em/ni*, indicando lugar. O que mais foi possível destacar nessas análises foi a questão de ambas as línguas estudadas terem a base portuguesa, sendo que elas se originaram por meio do contato entre os portugueses europeus e os povos africanos.

2.4 DA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O Português Brasileiro apresenta uma bipolaridade em relação à classificação linguística que o torneia. Por um lado, temos o português classificado como culto (trataremos disso na subseção 2.5); por outro, temos o português popular, definido por Silva (2005), em sua tese, como aquele português falado por falantes, cujo letramento foi pouco ou não foi adquirido. Nessa subseção, julgamos oportuno tecer considerações sócio-históricas acerca da origem e formação do Português Popular. Nosso objetivo é caracterizar essa variedade da Língua Portuguesa que vem sendo, nos últimos anos, sistematicamente estudada pela Linguística. Ademais, o estudo do Português Popular não se faz apenas como contraponto ao Português Culto, mas como elemento de caracterização de nossa realidade linguística, considerada, por exemplo, bipolarizada por Dante Lucchesi (2015). Nessa lógica, seguimos a linha de raciocínio de Mattos e Silva (2003) em seu livro *O português são dois: novas*

fronteiras, velhos problemas, para quem a história da Língua Portuguesa deve ser contada considerando-se as duas realidades sócio-históricas da formação do povo brasileiro.

Entre os séculos XVI e XVII, a participação indígena nas terras da Colônia do Brasil foi bastante notável, principalmente, no quesito linguístico, uma vez que os portugueses que se instauraram no Novo Mundo tiveram que aprender a língua dos tupinambás, que era a dominante na época, para que houvesse uma comunicação satisfatória entre os dois povos, criando uma situação de bilinguismo e até de multilinguismo (MATTOS E SILVA, 2003). Porém, após o declínio da população indígena, o Português Europeu (PE) tomou lugar e se sobrepôs à língua dos índios, por força das armas e por imposição legal.²⁰ Já no que diz respeito aos africanos, a presença deles perdurou por mais tempo, pois, no quesito relação comercial, lidar com o negro africano, na condição de escravo era mais fácil. Os africanos viviam sob um regime de *plantation*²¹, facilitando, assim, os projetos agroexportadores dos europeus. Desse modo, eles se caracterizavam por serem mais fáceis em relação à exploração, isto é, um investimento que tinha bastante retorno (ARAÚJO; ARAÚJO, 2009).

A partir de 1549, o tráfico negreiro foi oficializado no Brasil, iniciando, dessa forma, uma relação comercial intensa entre África e Brasil. Foi, também, a partir disso que a miscigenação brasileira começou a construir uma nação.

Assim, segundo informa Hasenbalg, a predominância da etnia negra no Brasil foi notável, principalmente no século XVIII, de forma que, em 1700, a população total do Brasil era de trezentas mil pessoas, das quais cem mil eram brancos e cento e setenta mil, escravos de origem africana. Essa grande concentração de africanos no espaço brasileiro continua no período de 1700-1800 com as descobertas auríferas no estado de Minas Gerais, acarretando a necessidade de mão de obra, para além do que havia sido necessário com a cultura de cana de açúcar [...] (ARAÚJO; ARAÚJO, 2009, p.98).

Como o número de africanos no Brasil superou o número de indígenas, as influências linguísticas daquele povo contribuíram muito mais para a caracterização do português como, de fato, brasileiro, inclusive, entre os séculos XVII e XIX, os afrodescendentes ocupavam a base da pirâmide populacional brasileira. No século XVIII, mais especificamente, atraídos pela incessante busca do ouro, muitos portugueses vieram para o Brasil e isso colaborou para

²⁰ D. José I, rei de Portugal, faz publicar sob a influência do Marquês de Pombal uma lei denominada Diretório (posta em prática em 1757). Aos índios se concederam benefícios: um lugar fixo para morar, uma escola, uma língua, uma vestimenta. A mestiçagem foi desestimulada como forma de enrijecer os costumes e arregimentar o indígena para o trabalho. Revogada em 1798, os índios foram equiparados aos brasileiros, mas os reflexos da Lei deixaram suas marcas danosas pelas gerações seguintes. Disponível em: http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm (acesso em 10 de Outubro de 2016).

²¹ Termos em inglês que representa as atividades relativas à agricultura excluindo aquelas comuns à subsistência.

que o português fosse moldado com características bastante peculiares, tornando-se divergente do PE (ARAÚJO; ARAÚJO, 2009).

As diferenças encontradas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu são evidentes a ponto de se postularem a existência de duas gramáticas distintas, inclusive uma que tentasse dar conta das mudanças linguísticas do PB. As discussões em torno da origem do PB tomaram maiores proporções quando surgiu a preocupação, a partir dos movimentos emancipatórios políticos e culturais, cujos exemplos podemos ver na onda de mudanças propostas por intelectuais da segunda metade do século XIX e do início do século XX. Uma das mais proficuas questões levantadas foi sobre a origem e consolidação da variedade do Português falado no Brasil (PINTO, 1977)

Recentemente, entre o último decênio de XX e o primeiro de XXI, duas teorias tentam explicar de onde vieram as influências linguísticas que afetaram a constituição do Português do Brasil, sendo elas a hipótese de uma língua com base crioula, Transmissão Linguística Irregular (doravante TLI) e (LUCCHESI; BAXTER, 2009) e a hipótese da Deriva Secular (NARO; SCHERRE, 1993, 1999). No âmbito de nosso estudo, apresentamos algumas considerações sobre a Deriva Secular e a Transmissão Linguística Irregular, a fim de podermos entender não só como a Língua Portuguesa se consolidou no Brasil, mas como algumas alterações gramaticais ocorridas em outras variedades do Português podem ter correspondência com os fenômenos linguísticos observados.

Mormente falemos da Deriva Secular. Embora a Deriva tenha sido um conceito cunhado por Sapir (1921), foi Silva Neto (1957) quem o primeiro aplicou para explicar a origem das diferenças entre o PB e o PE. Como explicar à luz da Deriva as diferenças entre o Português Culto e o Popular do Brasil? Silva Neto (1988) afirma que a Deriva secular, ou seja, as forças previstas no latim que se consolidaram nas línguas românicas teriam sofrido um incremento por conta da ação dos aloglotas. Nesse sentido, os portugueses teriam “elaborado um denominador comum” (SILVA NETO, 1988 [1957], p.595); entretanto, longe do poder das forças conservadoras, as inovações surgiram mais rapidamente. A Deriva, então, teria agido em dois sentidos: na conservação de usos e na alteração de usos.

Naro e Scherre (1993) retomam, do ponto de vista linguístico, a discussão sobre a Deriva Secular na formação e consolidação do PB, especialmente, ao tratarem da história do Português Popular. Os renomados autores reconhecem que o PE já trazia o “embrião” das transformações que seriam desenvolvidas em terras brasileiras. Para tanto, procuram mapear fenômenos que já estavam previstos no PE e compará-los aos que estão em desenvolvimento pelos falantes da variedade brasileira.

Voltando ao fenômeno por nós estudado, vamos observar o caso do francês em que a preposição *en* teve seu uso compartilhado com outras formas como *dans* (do lat. *de intus>dedans>dans*). Tal fato à luz da Deriva se deu pela paulatina necessidade de expressar tempo-espaço que já se enfraquecia na forma vinda do latim como preposição (latim *in>* francês *en*). Nesse ponto de vista, a Deriva refletiria tendências de mudanças que marcariam a fase de uma língua para outra ou até de uma variedade de língua para outra: no caso do francês, do arcaico para o moderno, e, no caso do português, no surgimento da variante popular.

Por outro lado, numa abordagem social, a TLI é definida como “os processos históricos [do ponto de vista linguístico] de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciados, entre os séculos XVI e XIX” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.101) como os ocorridos devido ao colonialismo europeu exercido na África, Ásia, América e Oceania, sendo diferente do processo de crioulização. Quando os contatos ocorrem, a língua do grupo dominante, intitulada língua de superstrato ou língua-alvo, é imposta pelos colonizadores aos colonizados, sendo que a língua falada pelos falantes daquela terra começa a passar por um processo de substituição para que a língua “nova” seja inserida na comunidade de fala. Em consequência disso, novas variedades vão surgindo, pois o falante não adquire completamente a nova língua e começa a mesclar elementos dos dois sistemas linguísticos. Ademais, posteriormente, essas variedades servirão de modelo “para a aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.101).

No âmbito da crioulística (COUTO, 1996; HOLM, 2000), pressupõe-se a existência de uma fase de contato em que ocorre a erosão de estruturas que posteriormente podem ser recompostas na nova forma de língua. À língua resultante de erosão, convencionou-se chamar de pidgin. Por ora, abriremos um parêntese para tratarmos sobre a definição do que é pidgin.

No momento em que uma língua é imposta a alguma população, os falantes são obrigados a adquirir um sistema linguístico novo, isto é, uma segunda língua (L2), uma vez que a língua falada, tanto pelo colonizador quanto pelo colonizado, fica ininteligível, causando, assim, dificuldades para que haja relações comerciais e de dominação. Porém, a variedade que forma a língua-alvo (LA) desenvolve-se com uma série de problemas estruturais, pois os falantes tendem a encaixar no novo sistema linguístico somente os elementos essenciais para que a comunicação se dê de forma satisfatória. Lucchesi e Baxter (2009) associam esses problemas aos contratempos que os falantes de outras línguas encontram ao tentarem ter acesso à LA, principalmente quando o grupo de falantes de outras

línguas é, numericamente falando, superior ao grupo dominante. Além disso, se esse grupo for, em sua maioria, composto por adultos, a chance de se obter os dispositivos inatos de aquisição da linguagem torna-se escassa. Por fim, um último problema que influencia na má formação da estrutura da nova língua é a carência de normas que regularizem o processo de aquisição da LA, uma vez que o principal objetivo desse processo é a comunicação.

Como consequência disso tudo, os autores afirmam que “[...] o resultado desse contato linguístico massivo e abrupto é a coletivização de um conjunto reduzido de itens lexicais que cada falante das outras línguas manipula com base da sua competência nativa, o jargão [...]” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.102).

Segundo Couto (2009), a língua veicular que se forma quando um povo dominador se desloca para uma zona onde há a presença de diferentes línguas e começa a habitá-la é chamada de *pidgin*, que é gerada a partir de um processo de *pidginização*. Em consonância com Lucchesi e Baxter (2009), o autor afirma que uma população que contem aspectos culturais fortes, como política, língua e economia, ao entrar em contato com um povo mais fraco, instaura uma língua para que haja intercomunicação entre ambos os povos, pois o sistema linguístico de cada um é ininteligível. No que concerne à estrutura linguística do *pidgin*, os autores afirmam que ela é bastante simplificada, tanto gramaticalmente quanto no vocabulário, pois, como afirmado por Lucchesi e Baxter (2009), não havia uma norma que regesse a estrutura linguística do *pidgin*. Couto (2009) opta por falar em “otimização linguística” para tratar sobre a redução linguística do processo de *pidginização* e, em relação aos itens lexicais desta língua, ele advoga que ela é formada por itens lexicais polissêmicos e polifuncionais.

O processo de formação do *pidgin* sucede quando mecanismos particulares de comunicação começam a serem repetidos e passados adiante. Nesse caso, os mecanismos socializados dão origem a uma espécie de gramática, que, posteriormente, suscitará no surgimento da língua crioula. Souza (2015) ressalta que, nem sempre, um *pidgin* proverá o nascimento de uma língua crioula, mas o formato pode permanecer o mesmo. Enfim, a característica principal do *pidgin* é de que ele não possui falantes nativos, sendo, assim, tido como uma aprendizagem imperfeita de uma L2. Sobre essa língua, Couto (2009) conclui que ela pode ser considerada como língua franca também, pois serve para a intercomunicação entre povos que não se compreendem linguisticamente. Nesse caso, o autor utiliza como exemplo a Língua Inglesa, que é, internacionalmente, uma língua franca.

Retomando, em relação ao fato de que a transmissão linguística ocorra de maneira irregular se dá justamente pela forma como as crianças adquirem os primeiros dados

linguísticos, pois eles provêm de um sistema de segunda língua desenvolvido no meio adulto inserido nas outras línguas que, por sinal, já passaram por um reajuste linguístico adaptado às necessidades linguísticas da comunidade de fala.

Como resultado de um processo de crioulização, pode ocorrer a erosão de elementos o que levaria a uma nova reconfiguração da estrutura da língua alvo.

Assim, algumas características encontradas no Português Popular poderiam ter a explicação de sua origem relacionada a um processo de crioulização, o que levou linguistas (BAXTER; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009) a fazerem uma incursão em outras variedades da língua portuguesa faladas em África e que sofreram um processo de crioulização.

Como costumava ocorrer no início do século XX, os estudiosos que se dedicaram ao estudo do Português Popular, considerando o papel dos aloglotas africanos, deram pouca atenção à morfologia e à sintaxe. Um exemplo disso é o pioneiro trabalho de Jacques Raimundo (1933), o qual fez estudo exaustivo da fonética, dos processos fonológicos e do léxico, mas pouca atenção deu à morfossintaxe.

Neste estudo, não tomaremos parte da polêmica suscitada pelos defensores da Deriva ou da TLI. Nosso objetivo em trazer a discussão à baila apoia-se no fato de que os estudos que postulam a explicação da origem e formação do Português Popular têm, nas duas últimas décadas, feito referência às teorias tratadas. Em nosso caso *in tela*, carecemos de evidências para assumirmos uma posição; por outro lado, julgamos que a discussão seria uma forma de resgatar historicamente o que tem sido feito para a compreensão da formação histórica do Português Popular. No âmbito deste estudo, tomamos como “português popular” a língua falada pelos informantes de Vitória da Conquista cujo letramento foi igual ou inferior a 5 (cinco anos) de escolaridade. Detalhamos mais sobre isso quando descrevemos a variável “nível de escolaridade” na seção 4.

Para não quebrarmos a linha do tempo por nós traçada, vamos recorrer aos dialetólogos, em especial a Amadeu Amaral²² (1920) e a Mário Marroquim (1945).

A obra intitulada *O Dialeto Caipira* (1920) traz poucas observações sobre as preposições, mas vamos elencar aquelas que destacamos do texto de Amaral, com base numa edição de domínio público. A primeira observação encontrada refere-se à “redução” da preposição *com*, a qual passaria a se contrair com os artigos: *com as > cum os > cos*, donde o exemplo “cos diabos”. Em segundo momento, Amaral (1920) considera o desaparecimento da

²²http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7381
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>

preposição *em* (e de outras preposições) quando antecede um pronome relativo: “A casa em que eu morei” vs “A casa que eu morei nela”.

Em terceiro momento, o autor observa que “nosso povo inculto” prefere o uso de “pra ele” em lugar de “a ele”. Em seguida, o autor revela que “[...] O lugar **para onde** é indicado com auxílio da preposição *em*: Eu fui im casa - Ia na cidade - Joguei a pedra n'agua - Chego na janela - Vortô no sítio.” (AMARAL, 1955 [1920]). Por fim, Amaral (1955 [1920], p. 38) ainda trata de questões como a omissão das preposições *a* e *em* quando se referem a tempo, atribuindo tal fenômeno ao uso oral, em que o povo se baseia para construir sua forma peculiar de falar, constituindo-se sua forma comum, em outros termos, sua norma.

Como tivemos oportunidade de ver, Amaral (1920) traz como forma variante de *em* a construção *im* (*em>im*), não fazendo referência à forma *ni*, nem tece considerações sobre outras formas de emprego, reservando-se o papel apenas de demonstrar as diferenças entre o falar caipira e a forma prestigiada de português.

A segunda obra que trata do português popular nos vem de Marroquim (1945), *A Língua do Nordeste*. Por meio dela, Marroquim nos informa que os falantes de Alagoas e Pernambuco, no tocante ao uso das preposições preferem usar a preposição *para* em construções como “pediu para ele ir”, em lugar do subjuntivo. Tal sintaxe, segundo o autor, teria contaminado outras construções como “de eu” (MARROQUIM, 1945, p.180) e “com nós” (MARROQUIM, 1945, p.180).

Para exemplificar o uso do *em* com pronomes pessoais do caso reto, Marroquim (1945) traz uma quadrinha: “Tanta fé, tanta fiança// Minha muié tinha n’eu”. Costumeiramente, os primeiros dialetólogos procuraram destacar em suas obras aquilo que eles consideram peculiar à língua local. Nesse seguimento, podemos, sem sombra de dúvida, perceber que a variante *ni* aparece como formadora da expressão “ter (con)fiança em”, ora, seria a contração de *ni eu> n’eu*.

Em síntese, podemos ver que os dialetólogos, Amaral (1920) e Marroquim (1945) fazem uma breve descrição do uso da preposição *em*, apontando as singularidades que ela apresenta em comparação com a variedade de prestígio. Apenas Marroquim (1945), em nossa abordagem, demonstra outra forma para a preposição ao comentar a construção “n’eu”. A contribuição dos dialetólogos, mesmo sem uma apurada sistematização, serve como pista para entendermos por que mudanças passou a preposição *em* no PB, apontando para a existência de sua variante *ni*.

2.5 A PREPOSIÇÃO NO PORTUGUÊS CULTO: CONCEITOS E USOS

Definir uma língua como heterogênea nos leva a reconhecer que ela não apresenta uma estrutura única e singular, havendo formas de identificar diferentes tipos de falares como é o caso da Língua Portuguesa. Uma diferença notável, nesse âmbito, é do português popular e culto. Segundo Meira (2015), essa dicotomia deixa evidente não só diferenças no modo de usar a língua, mas sinaliza traços da cultura e classe social pertencentes aos falantes de uma determinada comunidade linguística.

No que se refere ao português culto, o autor traça um pequeno histórico de onde surgiu tal denominação, afirmando que o fator primordial que influenciou as pessoas a falarem de maneira diferente foi a urbanização. As cidades apresentavam mais opções de lugares em que a norma culta poderia ser verificada na fala das pessoas, como escolas, teatros, além da facilidade de acesso aos livros e jornais por aqueles que possuíam um poder aquisitivo suficiente para obtê-los como bem cultural de uma classe. Além disso, esta tendência das pessoas mais escolarizadas de falarem o português culto sofreu influência de sociedades europeias, pois, no período do Brasil colonial, os indivíduos queriam, cada vez mais, seguir o modelo da metrópole.

Meira (2015) corrobora os postulados de Mattos e Silva (2008), uma vez que, para a referida autora, o português culto brasileiro começou a desenvolver-se na segunda metade do século XVIII, “quando, por força das diretrizes político-culturais pombalinas, a língua portuguesa passou a ser objeto de ensino sistemático no Brasil, embora precário, mas obrigatório” (MATTOS E SILVA, 2008, p.17). O principal objetivo desta imposição da língua portuguesa no ensino da época colonial era desfazer dos ensinamentos jesuítas, já que, nesse âmbito, a língua geral, ou popular, era, também, valorizada pelos catequistas, juntamente com a língua latina. Então, como somente a alta sociedade tinha acesso à escola daquela época, a autora reforça que estes segmentos eram os que mais faziam uso da modalidade culta do português. Porém, faz uma ressalva sobre as características desse português.

Quero deixar explícito que esse português europeu aqui chegado nesses séculos seria não só sociolinguística como dialetalmente diversificado – vieram letrados e iletrados, vieram portugueses de várias áreas regionais, talvez predominantemente do noroeste português por razões demográficas próprias a essas áreas –, mas também diacronicamente distinto, já que o português europeu continuou os seus processos de mudanças ao longo dos séculos referidos (MATTOS; SILVA, 2008, p.17).

Ademais, Meira (2015) advoga que o português culto brasileiro permaneceu por um bom tempo com características do português europeu, sem uma identidade própria do Brasil. Por outro lado, a imposição da norma lusitana não era aceita pacificamente por intelectuais, especialmente, no século XX. Foi, então, com a Semana de Arte Moderna, em 1922, que houve um início de desvinculação intelectualizada do português brasileiro em relação ao europeu, sendo que para o PB começou-se a exigir que traços tipicamente brasileiros fossem incorporados à realidade escrita, já que a língua viva corria na boca do povo, diferenciando-se dos atavismos lusitanos. Sobre as influências deste movimento da língua falada pelos brasileiros, o autor afirma que:

[...] a inserção de uma temática brasileira no contexto da produção literária moderna demandava a adoção de um comportamento linguístico que pudesse traduzir com mais fidelidade a realidade do país. Ora, considerando a autoridade intelectual dos escritores modernistas cuja farta produção literária pôs em evidência peculiaridades linguísticas brasileiras que, até então, eram ignoradas nos círculos linguísticos mais europeizados, não é de se espantar que o português culto brasileiro falado pelas pessoas mais escolarizadas tenha recebido forte influência dos modernistas (MEIRA, 2015, p. 36-37).

Retomando sobre a influência do processo de urbanização na modalidade culta do português brasileiro, o estudioso ressalta o grande movimento migratório que ocorreu no Brasil, no séc. XX, fazendo com que as pessoas buscassem os grandes centros urbanos com o intuito de melhorarem de vida. E junto com essas pessoas vinham diferentes formas de falar, intervindo no quadro linguístico dos brasileiros. Além disso, por conta do fluxo alto de pessoas, a organização do espaço geográfico se tornou difícil, sendo que os mais pobres foram procurando residência nas zonas periféricas e isso reconfigurou o quadro urbano dos grandes centros, promovendo um contato maior entre falantes nascidos nas cidades e os que passaram a morar nas cidades, mas trazendo consigo raízes rurais. Então, fica evidente que as pessoas que possuíam mais condições financeiras tendiam a ter acesso às melhores escolas e, conseqüentemente, utilizavam a variedade mais prestigiada da língua. Para Meira (2015), esta modalidade da língua é definida como *português culto brasileiro*, pois ela é a que mais se aproxima da norma padrão, definida pelas gramáticas normativas. Assim, “a melhor definição para ela é aquela que a relaciona aos níveis mais alto de escolarização” (MEIRA, 2015, p.37).

Envoltos na definição de português culto, passamos, nesse momento, a verificar como algumas gramáticas normativas abordam o conceito de preposição, averiguando quais são as possíveis funções que essas gramáticas prescrevem para a preposição *em* no uso considerado aceitável pelo ideal urbano.

Diante disso, analisamos, primeiramente, a *Nova gramática do português contemporâneo*, 2ª edição de 1985, cujos autores são Celso Cunha e Lindley Cintra. Escolhemos esta obra devido à importância dela e dos referidos autores para o estudo da Língua Portuguesa, sendo Cunha e Cintra filólogos e dialetólogos renomados, respectivamente, de nacionalidades diferentes, o primeiro é brasileiro e o segundo, lusitano. A obra, como o título evidencia, pretende ser contemporânea²³ porque procura trazer um estudo sobre o português na segunda metade do século XX, ao contrário de outros autores, que fazem estudos em clássicos do século XIX.

Na gramática de Cunha e Cintra (1985), o conceito de preposição está voltado para palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração. Esse conceito de relação estabelece a união de um termo antecedente com outro conseqüente, sendo que o segundo completa o sentido do primeiro. No exemplo que segue, os autores mostram como isso ocorre:

Antecedente	Preposição	Conseqüente
Vou	a	Roma

No que se refere à forma das preposições, os estudiosos afirmam que há duas: *simples* e *composta*. As preposições simples são formadas por apenas uma palavra, sendo que, dentro desta categoria, estão as seguintes: *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre* e *trás*. Abrindo um parêntese em relação a esses elementos, há, ainda, outra classificação que os diferem de algumas palavras que não são categorizadas como preposição. Assim, os elementos descritos fazem parte da categoria de *preposições essenciais*, pois divergem de outras preposições, as chamadas *acidentais*, que são palavras pertencentes a outras categorias gramaticais, mas, às vezes, podem funcionar como preposições. São elas: *afora, conforme, consoante, durante, exceto, fora, mediante, menos, não obstante, salvo, segundo, senão, tirante, visto* etc.

Voltando à forma das preposições, há aquelas que são formadas por duas ou mais palavras, sendo a última palavra da expressão uma preposição simples, chamadas, assim, de preposições *compostas* ou *locuções prepositivas*. Cunha e Cintra (1985) listam uma série de locuções prepositivas que existem na Língua Portuguesa. A seguir, apresentamos algumas delas: *abaixo de, embaixo de, apesar de, a respeito de, junto a, de acordo com, para com, em frente a* etc.

²³ No âmbito das Ciências Sociais, termos como “contemporâneo”, “clássico” e “atual” precisam ser bem definidos, já que alguns recortes podem confundir com outros usos tão comuns em nossa sociedade, tais como ocorre com a Música, a Pintura, a Literatura.

Passando a abordar sobre o significado das preposições, Cunha e Cintra (1985) adotam dois sentidos para elas: *movimento* e *situação*. No primeiro caso, as preposições estão inseridas em contextos que dão a ideia de movimento. Vejamos o exemplo dado pelos autores: “Todos saíram **de** casa”. O exemplo evidencia a ideia de movimento presente no contexto, uma vez que o verbo *sair* indica isso, ou seja, quem sai se locomove para algum lugar. O sentido de *situação* diz respeito a tudo o que não indica movimento. Nos próximos exemplos, percebemos que o uso da preposição está em contextos que indicam a falta de movimento: “Chorava **de** dor” e “Estive **com** Pedro”.

Ambas os sentidos definidos pelos autores podem ser considerados em referência ao ESPAÇO, TEMPO e NOÇÃO, visto que, dessa maneira, é possível analisar o sistema funcional das preposições em português sem que se dê uma importância às variadas nuances significativas que estes itens podem adquirir a depender do contexto em que estão inseridas. Nas palavras dos autores:

[...] sintetizando, podemos concluir que, embora as preposições apresentem grande variedade de usos, bastante diferenciados no discurso, é possível estabelecer para cada uma delas uma significação fundamental, marcada pela expressão de movimento ou de situação resultante (ausência de movimento) e aplicável aos campos espacial, temporal e nocional (CUNHA; CINTRA, 1985, p.544).

Neste momento, trazemos o que os autores versam sobre a preposição *em*, enquadrando-a nos sentidos de *movimento* e *situação*. Para exemplificar, selecionamos exemplos extraídos do *corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (PCVC), pois nosso intuito com isso é atestar se os sentidos apresentados pela gramática normativa, que está sendo analisada no momento, estão presentes na fala culta dos informantes conquistenses.

A preposição *em*, em relação ao sentido de movimento, apresenta as ideias de “superação de um limite de interioridade; alcance de uma situação dentro de” (CUNHA; CINTRA, 1985, p.556):

- (9) No **ESPAÇO**: Entro oito horas no meu trabalho, trabalho na prefeitura, *sô* auxiliar de dentista, aman... pela manhã. A tarde também trabalho **em** outro local, aqui mesmo também, um presídio e faço também a mesma coisa. Gosto muito do que eu faço, pois ajudo as pessoas que estão dependendo do meu *sêviço*. Eu tento *ajudá* essas pessoas. (A.C.M.G., mulher, 42 anos, PCVC);
- (10) No **TEMPO**: [...] Agora eh... [xô] vê o que mais... e tirando isso o que aparece... o que vem aqui em Conquista de vez **em** quando é um circo né, que isso não fica pra sempre vem mais saí de novo... eh... deixe-me ver... ah... parque também de diversões não é uma coisa que é fixa... que devia ter né, sempre, ou

seja aquela... o parque que ficasse ali permanente né, um parque de diversões permanente não só crianças mas nós também adultos... com certeza a gente iria gostar por que a gente tem uma criança interna né, que precisa disso também (R.F.V., homem, 37 anos, PCVC);

- (11) Na **NOÇÃO**: Olha só... as músicas de hoje em dia não tem... letra... é uma verdadeira *baxaria*... usam palavras... de duplo sentido, de baixo escalão né, eh... além de... de não... num ter... não tem... além de não ter a letra num tem também eh... o ritmo... das músicas... das músicas de antigamente né, ou seja nem se compara com as músicas... dos anos 80 né, infelizmente a música brasileira ela foi... *entranoem* decadência a partir dos anos 90 né, a partir dos anos 90... eh... a música brasileira foi entrano em decadência e hoje... ante disso nos anos 80, 70, 60 é claro que tinha música de qualidade, hoje em dia perdeu muito a qualidade... eu não sei por que não sei se é por causa das gravadoras... que investem... nesse tipo de... de música né, eu não sei por que dá mais dinheiro eu não sei por que só sei que... a cultura realmente musical ta deixano a desejar né, eu gostaria muito que os anos 80 voltasse {risos} (R.F.V., homem, 37 anos, PCVC).

No caso do sentido que está relacionado à *situação*, a preposição *em* apresenta os valores semânticos de “posição no interior de; dentro dos limites de; em contato com; em cima de”. Seguem os exemplos relacionados, também, a ESPAÇO, TEMPO e NOÇÃO:

- (12) No **ESPAÇO**: [...] eu acho injustiça uma coisa que me fere muito é uma coisa que, sei lá, que mexe comigo que me faz *ficá* muito indignado com a vida e com muita coisa, eu não gosto de forma alguma vê pessoas sendo destratasadas ou até animais eu acho muito ruim uma pessoa que não tem como se defender, sê destrataada por uma pessoa que tá lá **em** cima se pode se *dizê* assim, então acho injustiça uma coisa que me fere muito, muito mesmo (P.U.G.B., homem, 20 anos, PCVC);
- (13) No **TEMPO**: Tenho sim, foi **em** 2005... eu... viajei pra Lençóis... antes eu já tinha feito uma viagem foi em 200... no ano de 2000 eu fui... pra... Montes Claros só que... como são cidades muito diferente Montes Claros é Minas Gerais e... Lençóis era minha paixão eu tinha... muita vontade de conhecer Chapada Di'amantina [...] (R.F.V., homem, 37 anos, PCVC);
- (14) Na **NOÇÃO**: Ô... eu estou pensando... esse pensamento meu tenho... agora assim... eu não posso conciliar agora... por que eu não posso conciliar? Vice-direção, casa eh... sala de aula eu não posso não dá pra conciliar eu não tenho mais esse pique não ta? Mais... o meu pensamento é assim... Oi eu já vou só um minuto ... meu pensamento assim... quando eu... eh... eu tô preste a me aposentar... minha aposentadoria está **em** andamento então assim... a partir do momento que eu me aposentar aí então sim aí eu vou começar... aí a partir desse momento então eu preciso, provavelmente o ano que vem mais meados do ano que vem eu teja me engajando nisso... (S.S.R.S., mulher, 54 anos, PCVC).

Após o estudo que fizemos no texto de Cunha e Cintra (1985), notamos que os autores trazem as noções de ESPAÇO, TEMPO e NOÇÃO para os sentidos das preposições. Isso é considerado como bastante relevante para nossa pesquisa, uma vez que analisamos estes

aspectos voltados para a preposição *em* e a variante *ni*, mas ancorados nos postulados da teoria (Sócio)funcionalista, que, por sinal, utiliza uma categorização diferente, com base no processo de unidirecionalidade: ESPAÇO > TEMPO > TEXTO/PROCESSO. Isso será melhor tratado na seção 3.2.1.1. Dando continuidade à análise das gramáticas, investigamos como a preposição *em* é tratada na *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara.

Com intuito de fazer um estudo mais moderno sobre a preposição *em* em gramáticas normativas e compará-lo entre as gramáticas, escolhemos a reedição da *Moderna Gramática portuguesa*, sendo a primeira versão datada em 1961. Essa edição mais nova é de 2009, cujos postulados, segundo Bechara (2009), foram amadurecidos e atualizados com base na leitura de teóricos da linguagem. Evanildo Bechara, um importante filólogo e gramático brasileiro, contribui bastante para o estudo da Língua Portuguesa com seus estudos gramaticais e linguísticos.

Assim como Cunha e Cintra (1985), Bechara (2009) define a preposição como um elemento desprovido de independência, ou seja, ela depende de outros termos para funcionar gramaticalmente. Porém, no que se refere às relações que este elemento pode estabelecer, Bechara (2009) afirma que ele serve não só para ligar sentença, mas, também, na aglutinação de orações, diferente de Cunha e Cintra (1985), que só relacionam a preposição à função de ligar sentenças. Bechara (2009), também, admite que a preposição relaciona um termo *antecedente* a um *consequente*, sendo o primeiro grupo composto de substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio ou interjeição; o segundo grupo, por sua vez, pode ser formado por substantivo, adjetivo, verbo (infinitivo ou gerúndio) ou advérbio.

Como Bechara (2009) apresenta os mesmos postulados que Cunha e Cintra (1985) em relação à forma das preposições, realizamos um salto, neste momento, para nos debruçarmos sobre a preposição *em*.

Retomando, Cunha e Cintra (1985) apresentam apenas dois sentidos para a preposição *em* em sua gramática, a saber, *movimento e situação*, afirmando que eles não se atentam aos diferentes usos que surgem em contextos distintos. Em contrapartida, Bechara (2009) versa sobre os variados sentidos que o *em* apresenta nos diversos contextos em que está inserido, sendo eles:

a) lugar onde, situação, em sentido próprio ou figurado:

(15):²⁴“Formam-se mais tempestades *em* nós mesmos que *no* ar, *na* terra e *nos* mares”
[MM];

²⁴ Os exemplos trazidos agora são do próprio autor.

b) tempo, duração, prazo:

(16): “Os homens *em* todos os tempos, sobre o que não compreenderam, fabularam” [MM];

c) modo, meio:

(17): Foi *em pessoa* receber os convidados;

d) a nova natureza ou forma em que uma pessoa ou coisa se converte, disfarça, desfaz ou divide:

(18): “O homem de juízo converte a desgraça *em* ventura, o tolo muda a fortuna *em* miséria” [MM].

e) preço, avaliação:

(19): A casa foi avaliada *em* milhares de reais.

f) fim, destinação:

(20): Vir *em* auxílio. Tomar *em* penhor. Pedir *em* casamento.

g) estado, qualidade ou matéria:

(21): General *em* chefe. Ferro *em* brasa. Imagem *em* barro. Gravura *em* aço.

h) causa, motivo (geralmente antes do infinitivo):

(22): “Há povos que são felizes *em* não ter mais que um só tirano” [MM].

i) lugar para onde se dirige um movimento, sucessão, em sentido próprio ou figurado:

(23): Saltar *em* terra. Entrar *em* casa. De grão *em* grão.

j) forma, semelhança, significação de um gesto ou ação:

(24): “Resoluta estendeu os braços, juntando as mãos *em* talhadeira e arrojou-se d’alto, mergulhando...” [CN *apud* SS.1, § 506, 7].

Percebemos que alguns dos sentidos postulados por Bechara (2009) se assemelham com aqueles definidos por nós (ESPAÇO > TEMPO > TEXTO/PROCESSO). Por exemplo, o referido autor define o uso do *em* com sentido locativo, classificação *a)* e *i)*, sendo a primeira indicando movimento estático, e a segunda, lugar para onde e dirige um movimento. Outro fato que corrobora nossa discussão é o caso da classificação *b)*, que diz respeito a tempo que, assim como nos nossos estudos, engloba tudo que se relaciona com tempo, duração, período. Por fim, no que concerne às outras classificações, enquadrámos todas em TEXTO/PROCESSO, pois seguimos o parâmetro definido pela unidirecionalidade, conforme já foi informado anteriormente.

Na seção seguinte, vamos discutir como os estudos linguísticos trataram a forma e a função da preposição *em* e de sua variante *ni*.

2.6 ESTUDOS RECENTES SOBRE A VARIAÇÃO EM/NI

Nessa subseção, apresentamos 3 (três) estudos frutos de pesquisas acadêmicas que tratam de variação da preposição *em* e do *ni*. O primeiro estudo, intitulado *Variação Linguística e Redes Sociais no Morro dos Caboclos*, é de autoria de Lílian Ferrari. Nessa comunidade, situada no estado do Rio de Janeiro, Ferrari (1994) aponta a existência de variação entre a preposição *em* e a forma *ni*, a qual ela denomina de variante, partindo da concepção laboviana que advoga a existência de variação²⁵. Sob uma perspectiva voltada para a Linguística Cognitiva, Ferrari (1994) postulou em sua pesquisa que a forma *ni* ocorreria em contextos onde a preposição *em* poderia ser utilizada. Então, algumas observações a motivaram a iniciar tal pesquisa, sendo que, segundo as percepções da autora, não havia estudos sistemáticos, no Brasil, sobre a variação *em/ni*. Como resultado da variação, a autora advoga a existência de fatores semântico-discursivos que influenciavam o uso de cada uma das variantes.

Em relação à comunidade, Ferrari (1994) considerou bastante pertinente o controle sistemático da variação *em/ni* já que, por o Morro dos Caboclos ser uma comunidade relativamente isolada, o estudo desses elementos em variação seria facilitado, pois “poderia esperar uma maior consistência dos fatores que afetam a variação” (FERRARI, 1994, p.112).

Em seu texto, Ferrari (1994) dedica uma pequena subseção para tratar da preposição *em*. Retomando alguns postulados do português arcaico, que, por sinal, já foram por nós revisitados na subseção 2.2, a estudiosa afirma que, ao se comparar o Português do Brasil (PB) com o Português Arcaico (PA), foi possível perceber algumas semelhanças linguísticas²⁶, principalmente, em relação à preposição *em*, que era utilizada com verbos de movimento. Para tanto, Ferrari (1994, p.115) cita Nascentes (1992) que reproduz excertos do Cancioneiro da Vaticana. Vejamos o exemplo:

- (25) “... fuy **em** Compostela
 ... vay **no** ferido
 ... vay **no** fossado (NASCENTES, 1922, p.172).

²⁵Em termos labovianos (LABOV, 1972), duas formas encontram-se em variação quando preenchem dois requisitos básicos: precisam ser intercambiáveis no mesmo contexto e precisam manter a significação no mesmo contexto. No entanto, após a polêmica estabelecida entre Lavandera (1977) e Labov (1978), Labov afirma que o conceito de variação poderia ser alargado, considerando que os elementos em variação deveriam ter o mesmo significado representacional.

²⁶ Segundo Silva (2005), a ideia de que o PB, em sua norma popular, apresentava características do PA foi ponto de pauta para muitos estudiosos de nossa língua, tais como João Ribeiro (1898), José Veríssimo (1886), Herbert Palhano (1948) e Gladstone Chaves de Mello (1946).

No que se refere ao português do Brasil, a utilização da preposição *em* com verbos de movimento, conforme Ferrari (1994), era bastante comum na linguagem coloquial. O excerto de Marroquim (1945) corresponde ao que se encontra na página 221, 2ª edição de 1945, a qual utilizamos para o cotejo com esse trabalho:

- (26) “Eu não vou **na** sua casa
 você não venha **na** minha
 você tem a boca grande
 vai comer minha farinha.” (MARROQUIM, 1945. p.221).

Ferrari (1994), também, dedica uma subseção à variante *ni*, relatando, primeiramente, que, diferentemente da preposição *em*, são escassos os textos sobre a variante. Alguns autores abordam, ligeiramente, esse fenômeno, como, por exemplo, Nascentes (1922), em uma cantiga folclórica, mas o objetivo era ilustrar o uso do verbo “chamar”. Segue o exemplo de Nascentes (1922), apresentado por Ferrari (1994):

- (27) Você me chamou de feio//
 eu não sou tão feio assim//
 lá em casa tinha um feio//
 que pegou feio **ni** mim.

Em sua exposição, Ferrari (1994) cita José Aparecido Teixeira, eminente dialetólogo da primeira metade do século XX, o qual retratou as peculiaridades do falar de Goiás, *Estudos de Dialectologia Portuguesa: Linguagem de Goiás*, 1944. O estudo de Teixeira (1944) verificou a existência do *ni* nas cidades goianas de Jaraguá, Boa Vista, Urutai, Pirinópolis e Formosa. O exemplo (28) é de uma cantiga folclórica, da região de Jaraguá, mostrada por Teixeira (1944), mas que reaparece em seu livro *Folclore Goiano*, publicado em 1979:

- (28) Eu não vó mais **ni** pagode//
 Pruqui não sô interessado. (TEIXEIRA, 1979, p. 135)

Ferrari (1994) assinala que Teixeira (1944) postula uma suposta vinda do *ni* de um arcaísmo, porém, o autor não fornece postulados empíricos suficientes que comprovem essa hipótese. A pesquisadora, por sinal, não acredita que o uso do *ni* esteja ligado ao Português Arcaico, e sim ao crioulo, pois, segundo a autora, no século XVI, por conta do cultivo de cana-de-açúcar, muitos plantadores, que já haviam trabalhado no Golfo da Guiné, onde crioulos portugueses desenvolveram-se entre os escravos, vieram para o Brasil. Então, há uma hipótese de que os escravos tenham trazido muitos elementos linguísticos do crioulo para cá. Além disso, a língua crioula do Golfo da Guiné e a língua portuguesa do Brasil compartilham

de variados traços linguísticos, como a palatalização do fonema /t/ e /d/ em algumas comunidades de fala.

Em relação ao português brasileiro, a estudiosa afirma que não se pode dizer que a variante *ni* assume as mesmas funções que a preposição *em*. Para ela, o *ni* entrou no sistema linguístico do português brasileiro “provocando um refinamento das relações funcionais estabelecidas pela preposição, na medida em que há contextos semântico-discursivos específicos para o uso dessa variante” (FERRARI, 1994, p.119). Dando continuidade ao estudo do texto de Ferrari (1994) expomos os resultados da referida pesquisa.

No processo de análise do item *ni*, Ferrari (1994) encontrou alguns problemas de ordem metodológica, sendo o primeiro deles o fato de a variante *ni* nem sempre aparecer nas entrevistas gravadas. De 40 informantes selecionados, a autora só obteve 61 ocorrências de *ni* na fala desses indivíduos. Então, a estudiosa elaborou uma outra alternativa para ampliação dos dados e, como consequência, uma análise mais profícua. Nas palavras de Ferrari (1994), “Com o objetivo de aumentar o número de dados relativos ao uso de *ni*, passei a anotar a ocorrência dessa variante informalmente nos períodos de observação etnográfica da comunidade”. A partir dessas anotações realizadas, as ocorrências do *ni* aumentaram para 81. (FERRARI, 1994, p.120).

Para respaldar esta medida tomada por ela em sua pesquisa, Ferrari (1994) afirma que Mollica (1989) fez o mesmo ao estudar variações “dequeístas”. Assim sendo, a forma assistemática e informal de obtenção dos dados permitiu o aprimoramento dos possíveis fatores que influenciam o uso do *ni*.

Para análise, Ferrari (1994) selecionou dois *corpora*:

- *Corpus A* – Entrevistas – 61 cláusulas –*ni* e 551 cláusulas –*em*;
- *Corpus B* – Anotações de Fala espontânea – 82 cláusulas –*ni*.

Os dados provenientes do *Corpus A* foram analisados pelo programa estatístico *Varbrul*, pois, a partir dele, era possível obter os pesos relativos dos fatores linguísticos sobre o uso do *ni*. Após este procedimento, a autora voltou para os dados do *Corpus B*, objetivando verificar se “as tendências encontradas para o uso de *ni* seriam confirmadas nas cláusulas –*ni* anotadas informalmente” (FERRARI, 1994, p.121). Diante disso, passemos, então, ao relato da análise dos dados realizada pela autora.

Como variáveis linguísticas, a autora selecionou quatro tipos de contextos que poderiam favorecer o uso do *ni*, a saber: a) o tipo semântico do verbo; b) o gênero do SN subsequente à preposição; c) o tipo de SN subsequente à preposição e d) o tipo de referência estabelecida pela sequência prep. + SN. O *Varbrul* selecionou, como estatisticamente

relevantes, hierarquicamente os grupos de fatores: o tipo de referência estabelecida pela sequência prep. + SN, o tipo de SN subsequente à preposição e o gênero do SN subsequente à preposição.

Para a variável *Tipo de referência estabelecida pela sequência prep. + SN*, a autora definiu como fatores de análise as referências [-precisa] e [+precisa]. A primeira se refere à sequência *ni* + SN, funcionando como locativo posicional ou direcional. No caso da segunda referência, são categorizados desta forma os casos em que a relação entre o verbo e o SPrep. estabelecia uma referência definida. Então, com a hipótese de que quanto mais imprecisa fosse a relação entre a preposição e o SN, maior seria a probabilidade de uso de *ni*, a autora obteve os seguintes resultados. A referência [-precisa] foi a que mais favoreceu o uso do *ni*, com o peso relativo de 0.94. Para a estudiosa, isso ocorreu porque o falante já imagina que o ouvinte tenha conhecimentos socioculturais suficientes para entender o que ele está dizendo, não precisando, portanto, de uma definição precisa do termo.

No que concerne à variável *Tipo de SN subsequente à preposição*, a autora selecionou como fatores de análise: i) SNs próprios (de pessoa); ii) SNs próprios (de lugar) e iii) SNs comuns. Então, os resultados apresentados mostraram que houve uma preferência por uso do *ni* com SNs próprios de pessoa (0.99), seguido dos SNs comuns (0.63) e, por fim, os SNs próprios de lugar (0.12). Nas palavras da autora, “sugiro que o **ni** nesses contextos funciona como uma especialização do princípio que propõe a marcação formal daquilo que é mais marcado funcionalmente” (FERRARI, 1994, p.128, grifo no original).

Na variável *Gênero do SN*, os fatores definidos pela autora foram os seguintes: i) feminino; ii) masculino e iii) neutro. Então, a análise aponta que o SN subsequente de gênero neutro foi o que mais favoreceu o uso do *ni*. No entanto, a autora apresenta uma certa cautela ao interpretar esse resultado, pois a ocorrência do *ni* nos outros casos é maior do que no gênero neutro. Porém, entre os SNs definidos como neutros, há SNs próprios de lugar, SNs interrogativos e pronomes indefinidos, o que caracterizam a imprecisão desses SNs.

Neste momento, passamos a apresentar os resultados dos dados retirados de falas espontâneas da pesquisa de Ferrari (1994), que não foram submetidos ao programa *Varbrul*, pois só havia, para análise, a variante *ni*. Conforme afirma a autora, os resultados desse *corpus* confirmaram os resultados do primeiro *corpus* analisado. No que diz respeito às referências [-precisas] e [+precisas], o *ni* mostrou uma frequência de 72% em dados [-precisos], ao passo que, em casos [+precisos], o *ni* ocorreu em apenas 28%.

De acordo, também, com a análise do *corpus* A, os SNs próprios de pessoa foram os que mais ocorreram a presença do *ni*, sendo 47% dos itens encontrados. Em relação aos outros sintagmas, temos os resultados:

- SNs comuns: 27%;
- SNs próprios de lugar: 4%;
- Pronomes pessoais: 18%
- Outros: 4%.

Após toda essa análise, a autora conclui que o uso do *ni* é regido por um conjunto de fatores de natureza semântico-cognitiva, sendo que, entre todos os fatores estabelecidos, o *tipo de referência* foi o principal condicionador do uso deste item. Passemos, então, ao estudo do segundo texto.

O segundo texto a ser analisado é uma dissertação de mestrado, intitulada *A preposição Ni em Vitória Da Conquista: usos e avaliação do falante*, da autoria de Maria Bethânia Gomes Paes. Nesse texto, sob a ótica da Sociolinguística Variacionista, a referida autora procura descrever o uso da variante *ni* na fala de informantes de Vitória da Conquista, objetivando definir quais condicionamentos sociais e linguísticos influenciam neste processo. Para tanto, são feitos três tipos de análise: considerando-se a interferência das variáveis sociais na utilização da variante *ni*, a saber, *idade* e *escolaridade*; e a interferência de variáveis linguísticas na utilização da variante *ni*, como a *presença e tipo de elemento pré-nominal*, *valor semântico do sintagma*, *gênero do sintagma*, *função do sintagma*; e analisando a avaliação subjetiva dos falantes a partir de textos que contemplam a variante *ni*. Diante disso, como hipótese da pesquisa, a autora postula que há fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a escolha da variante *ni* nas realizações dos falantes nativos de Vitória da Conquista – BA.

Para Paes (2013), o que a motivou a tratar da variação *em/ni* foi uma notória ocorrência do *ni*, como variante da preposição *em*, em falantes nativos da comunidade de Vitória da Conquista, uma vez que essa variação ocorria mais nas produções orais dos habitantes desta cidade de diferentes grupos sociais. E, como relevância de seu estudo, a autora menciona o fato de ele possibilitar o conhecimento da comunidade linguística, “bem como apontar e compreender os elementos que favorecem as variações da preposição EM na população estudada” (PAES, 2013, p.14).

O *corpus* da pesquisa de Paes (2013) é constituído por 18 (dezoito) entrevistas, gravadas e transcritas, com duração média de 20 minutos, sendo que todos os informantes

eram do gênero feminino, naturais de Vitória da Conquista. Segundo a autora, a opção pelo gênero feminino por conta de tal gênero ser considerado mais conservador em relação ao masculino. Destarte, as variáveis linguísticas definidas pela estudiosa foram as seguintes: *i) presença e tipo de elemento pré-nominal; ii) valor semântico do sintagma preposicional; iii) gênero do sintagma preposicional e iv) função do sintagma*. As variáveis sociais controladas foram *i) escolaridade e ii) faixa etária*²⁷. Como resultados gerais, a autora afirma que, levando em consideração o tempo aparente, não foi possível afirmar que há uma mudança em curso em relação às variantes *em* e *ni*. Em relação aos fatores linguísticos, os sintagmas preposicionais sem elementos pré-nominais posteriores à posição da preposição são os que mais favorecem o uso da variante *ni*, assim como sintagmas com valor semântico de tempo e do gênero feminino. No que se refere aos aspectos sociais, os informantes mais escolarizados usam a variante *ni* em menor grau; os falantes da faixa etária 3, os que apresentam idade mais avançada, são os que mais utilizaram a forma *ni*, ao contrário das faixas 2 e 1, cujo uso do *ni* foi diminuído.

Um quesito importante na pesquisa de Paes (2013), que vale ressaltar, foi a parte que trata da avaliação e impressão dos sujeitos em relação ao uso do *ni*. Para a realização desta proposta, a autora aplicou um questionário, nos informantes, com letras de duas músicas, sendo que, em ambas, havia a presença do *ni*. Além disso, houve uma sequência de perguntas, referindo-se ao perfil do possível usuário da linguagem utilizada nas músicas. Com base nas respostas dos informantes, Paes (2013) mostra que os falantes não se dão conta que utilizam a variante considerada inovadora. Para comprovar isso, a autora comparou trechos de fala das entrevistas com as respostas dos próprios falantes. Ademais, os informantes julgaram que o possível usuário daquela linguagem exposta nas músicas pertenceria “a um grupo não privilegiado da sociedade, sem acesso à escola, moradores de bairros periféricos, assalariados e até mendigos” (PAES, 2013, p.89). Em conclusão, nas palavras da autora:

Parece, assim, que os usuários pensam utilizar uma forma prestigiada da língua, uma vez que mesmo aqueles informantes que têm consciência de que há uma forma linguística exigida para se ser valorizado, não se incluem como falantes de uma variante estigmatizada. (PAES, 2013, p.90)

O terceiro e último texto analisado é de autoria de Emerson Santos de Souza. Trata-se de uma dissertação de mestrado, defendida em 2015, cujo título é *A preposição ‘ni’ no*

²⁷ Os resultados dessa pesquisa serão apresentados na seção 5, onde comparamos tais resultados com os nossos.

continuum rural-urbano de comunidades baianas. Amparado na Sociolinguística Variacionista e na Linguística Histórica, o autor objetiva estudar a “permutação” da preposição *em* pela variante *ni* nas falas do português rural, popular e culto de Feira de Santana, a fim de perceber se há um *continuum* rural-urbano que tente explicar a difusão do *ni* no Português Brasileiro. Além disso, outro intuito de Souza (2015) é comparar os contextos de usos do *ni* em algumas línguas africanas e em variedades do português que mantiveram contato com essas línguas.

Por perceber que o *ni* é utilizado por falantes da zona rural e urbana de Feira de Santana-BA, o autor postula que haja um *continuum* rural-urbano, sendo que o uso do *ni* seja mais recorrente em falas de pessoas da zona rural do que na zona urbana por conta dos contrastes histórico-sociais destas áreas. Além disso, o estudioso levanta outra hipótese de que o uso do *ni* no Brasil tenha sido influenciado por línguas africanas que contribuíram na formação do PB.

Os *corpora* da pesquisa de Souza (2015) foram constituídos por entrevistas com informantes de duas áreas, sendo elas: Matinha, comunidade rural de Feira de Santana – BA, e Feira de Santana (português popular e culto). Para análise, foram controladas as seguintes variáveis linguísticas: i) *definitude do SN*; ii) *posição no espaço*; iii) *deslocamento no espaço*; iv) *traço de animacidade do SN*; v) *grau de concretude do SN*; vi) *traço semântico do SN* e vii) *natureza sintática do SN*.

Como variáveis sociais, o autor delimitou i) *faixa etária*; ii) *sexo*; iii) *comunidade linguística do informante* e iv) *nível de escolaridade*. Como resultados gerais, o autor obteve que o português rural e culto favorecem o uso do *ni*, apresentando pesos relativos de .65 e .52, respectivamente. O fator português popular teve um peso relativo de .33, indicando que essa variedade não favorece a aplicação do *ni*.

Os resultados dessa pesquisa, assim como a de Paes (2013), serão apresentados na seção 5, pois os utilizamos para comparar com os nossos resultados.

Finalizando o estudo específico sobre a preposição *em* e a variante *ni*, na seção seguinte, debruçamo-nos sobre a teoria que serve como base para esta pesquisa, o (Socio)funcionalismo.

3 O (SOCIO)FUNCIONALISMO

Nesta seção, debruçamo-nos sobre as teorias fundamentais que serviram como base para o surgimento do (SOCIO)funcionalismo linguístico, finalizando com a sintetização dos conceitos que regem esta corrente. Dessa forma, realizamos, inicialmente, um estudo sobre a Sociolinguística Variacionista e, em seguida, debruçamo-nos sobre a teoria funcionalista da linguagem.

3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Para projetar luz teórica em nossa discussão, tomamos como uma das teorias principais a Sociolinguística para quem a língua é entendida como objeto heterogêneo, uma vez que nela se dá prioridade ao estudo da língua em uso no seio social, investigando a relação existente entre língua e sociedade e, assim, fatores sociais influenciam o processo de variação e mudança linguística.

Willian Labov (1972), ao se referir ao uso do termo Sociolinguística (ingl. *Sociolinguistic*) como uma subcategoria da Linguística, reconhece que resistiu a isso, pois, segundo ele, seria inconcebível assumir uma teoria linguística bem sucedida que não fosse social. É possível perceber que a Sociolinguística, como seria óbvio acontecer para uma corrente linguística segue um caminho diferente ao que a corrente Linguística Estruturalista norte-americana postulava em meados do século XX, especialmente a “linguística bloomfieldiana” (ROBINS, 1983), considerada mecanicista²⁸.

Segundo Calvet (2002), foi na década de 60 que a Linguística norte-americana sofreu uma guinada, principalmente, após a conferência organizada por William Bright, em Los Angeles, na qual diversos autores²⁹ apresentaram suas pesquisas voltadas para algum aspecto social das línguas. Posteriormente, Bright se encarregou de apresentar as atas da conferência, sintetizando as principais contribuições desses trabalhos para os postulados para a consolidação dos estudos sociolinguísticos. Indubitavelmente, as contribuições daquele momento histórico serviram de subsídio para a concretização da Sociolinguística tanto como teoria quanto como aporte metodológico.

²⁸ Joaquim Mattoso Câmara Jr (1969) acrescenta à tradução que fizera da clássica obra de Sapir, *Language*, um apêndice no qual sintetiza a história da linguística norte-americana, numa visão do “estrangeiro”, até 1963.

²⁹ Henry Hoenigswald, John Gumperz, Einar Haugen, Raven William Samarin, Paul Friederich, Andrée Sjoberg, José Pedro Rona, Gerald Kelley e Charles Ferguson.

Nesse ponto de vista, a Sociolinguística teria como tarefa principal mostrar que a variação não é livre, pois se correlacionava às diferenças sociais sistemáticas. Como observa John Lyons (1988), não se podia esperar que um modelo teórico desse conta das múltiplas faces que envolvem as pesquisas linguísticas, havendo necessidade, portanto, de um recorte, de uma delimitação do campo de investigação. Quais seriam os aportes teóricos a que a Sociolinguística deveria se dedicar? Nas palavras de Calvet (2002):

As três primeiras dessas dimensões aparecem em resposta a uma pergunta: quais são os fatores que condicionam a diversidade linguística? E ele distingue três fatores principais: a identidade social do falante, a identidade social do destinatário e o contexto, situando-se assim no marco de uma análise linguística que tomou emprestadas noções-chave da teoria da comunicação (emissor, receptor, contexto) (CALVET, 2002, p.21).

Além dessas dimensões, William Bright (1966) aponta outras quatro diferentes. São elas:

- A oposição sincronia/diacronia;
- Os usos linguísticos e as crenças a respeito dos usos;
- A extensão da diversidade, com uma tríplice classificação: diferenças multidialetal, multilingual e multissocial;
- As aplicações da Sociolinguística, com mais uma classificação em três partes: a sociolinguística como diagnóstico de estruturas sociais, como estudo do fator sócio-histórico e como auxílio ao planejamento.

Em suma, Calvet (2002) finaliza ressaltando que o autor em questão previa um rápido desenvolvimento para a Sociolinguística, impactando, assim, as teorias da Linguística, Sociologia e Antropologia. Ademais, a partir deste texto, em 1964, a teoria sociolinguística marca o seu nascimento, mas, ainda, associada àquelas mencionadas. É com William Labov que ela se desvencilhará disso e passará a refletir sobre diferentes conceitos já instaurados.

Com os princípios sistematizados por William Labov e outros autores, a Sociolinguística Variacionista surgiu com postulados diferentes aos da Linguística estrutural, revendo algumas das dicotomias apresentadas por Saussure. Vale ressaltar que isso não significa que a Sociolinguística as baniu dos seus estudos, ao contrário, inseriu-as, como elementos passíveis de serem analisados, como, por exemplo, a fala, a sincronia e a diacronia, deixando, assim, ténue a linha divisória das dicotomias. Então, ao dar ênfase à heterogeneidade da língua, a Sociolinguística assumiu como objeto principal de estudo a variação linguística, compreendendo que ela é inerente a todas as línguas, obedecendo aos

seus sistemas, e, por isso, passível de ser analisada. Além disso, com essa teoria, entende-se que a variação nos usos é influenciada por fatores estruturais e sociais, sendo que “tais fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se sistemáticas e estatisticamente previsíveis” (MOLLICA, 2015, p.9-10).

Referente às áreas de interesse da Sociolinguística, temos o contato entre as línguas, o surgimento e a extinção de línguas, o multilinguismo, a variação e a mudança linguística. Diante da percepção da variedade, poderíamos afirmar que, se para alguns aportes linguísticos o estudo do sistema é focalizado, na Sociolinguística a prioridade é a importância social da linguagem, desde os pequenos grupos de indivíduos a grupos maiores. Logo, se a língua muda e podemos perceber isso, é fundamental que esse fenômeno seja investigado, considerando algumas propriedades linguísticas como, por exemplo, o *status* social, positivo ou negativo, que a língua apresenta, além do “grau de comprometimento do fenômeno variável no sistema”. Nesse meio, torna-se relevante, verificar, também, se as variantes em competição estão em processo de mudança, seja avançando ou recuando na língua (MOLLICA, 2015, p.10).

Para que tudo isso ocorra, segundo Sousa (2008), uma pesquisa sociolinguística deve investigar os fenômenos em processo de variação, registrando as falas de uma determinada comunidade, pois é, no conjunto de indivíduos, que a variação e a mudança ocorrem, uma vez que eles interagem em relação social e discursiva. Assim, é, na comunidade de fala, que a propensão de se investigar esses elementos se torna maior. Ainda, acrescenta a autora:

Uma comunidade de fala reflete o vernáculo utilizado pelos falantes, entendidos nessa teoria, como tipos sociais e não indivíduos, projetados e estratificados pelas variáveis sociais, de acordo com o as suas características de sexo/gênero, faixa etária, anos de escolarização, profissão etc. A comunidade de fala melhor subsidiará os estudos sociolingüísticos por espelhar, na mostra individual, a gramática de um grupo de falantes mais amplo do qual o indivíduo faz parte [...] (SOUSA, 2008, p.62)

De acordo com Labov (2008 [1972], p.188), “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todos [eles] as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”. A Sociolinguística, dessa maneira, ao trabalhar com este conceito de comunidade de fala busca precisar quais são as características em comum dos indivíduos de uma mesma comunidade e quais fatores influenciam no processo de variação e mudança linguística deste ambiente.

Além disso, há um mecanismo de busca pela definição das semelhanças e diferenças linguísticas entre grupos dessemelhantes, tentando identificar os traços distintos de cada um.

Em síntese, discutimos (em conformidade com o que será necessário para nossa análise) como a Sociolinguística (i) constituiu-se e firmou-se como teoria; (ii) qual seu principal objeto de estudo e (iii) os pressupostos teóricos que ancoram essa disciplina. Adiante, tratamos de alguns elementos básicos e pontos fundamentais de investigação da Sociolinguística, como o fenômeno da variação e mudança.

3.1.1 Variação e mudança

Diante do que foi apresentado por nós, a Sociolinguística toma como principal objeto de estudo a variação linguística, um elemento de caráter universal, constituído por formas linguísticas alternadas, denominadas *variantes*, que são descritas e analisadas a partir de uma comunidade de fala.

Mollica (2015) entende por variantes as diferentes formas de realização de um item, configurando, assim, uma *variável dependente*. O termo “dependente” refere-se a não aleatoriedade do emprego dos termos, porém, pode ser influenciado por fatores de natureza social e estrutural, denominados *variáveis independentes*. No que concerne às variantes, a autora advoga que elas podem permanecer estáveis no sistema por um período de tempo ou podem sofrer mudanças, nesse caso, uma das formas desaparece. Como consequência disso, há a substituição de uma forma pela outra, momento em que é concebida a mudança em progresso.

Mollica (2015) atribui, ainda, uma tarefa a essa área de estudos. Segundo a autora,

Cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático. Assim, compreende-se que a variação e a mudança são contextualizadas, constituindo o conjunto de parâmetros um complexo estruturado de origens e níveis diversos (MOLLICA, 2015, p.11).

Sintetizando, muitos são os fatores que condicionam os usos das formas variantes de uma língua que agem concomitantemente, vindos de dentro ou de fora do sistema linguístico, caracterizando as variantes extralinguísticas. Conforme afirma Amorim (2015), os fatores extralinguísticos são fundamentais no processo de descrição das variedades linguísticas, sendo classificadas como variações *diatópica*, *diastrática*, *diafásica*, *diacrônica* e *diamésica*. A

seguir, apoiados em Alkmim (2001) e Beline (2005), delimitaremos cada uma dessas variações:

- Variação diatópica ou geográfica: a variação diatópica diz respeito às variedades linguísticas observáveis em um determinado espaço físico, ocorrendo entre falantes geograficamente diferentes;
- Variação diastrática ou sociocultural: aqui, é levada em consideração a identidade social do falante e sua organização sociocultural da comunidade de fala, destacando alguns fatores que influenciam na análise: classe social, idade, sexo, situação ou contexto social;
- Variação diafásica: nesse caso, o que vai influenciar para que haja variação ou não é a situação de formalidade que o indivíduo se encontra. Em ambientes mais formais, ele tende a reformular a linguagem que será utilizada para se adequar ao contexto.
- Variação diacrônica: em relação a essa variação, a Sociolinguística propõe o estudo da língua em épocas diferentes, através de um *continuum* de variação.
- Variação diamésica: por fim, este processo se dá quando há a comparação da língua falada com a língua escrita.

Diante disso, podemos perceber que, com a delimitação dos tipos de variação linguística, a possibilidade de discutir sobre os padrões linguísticos de uma determinada sociedade torna-se maior, podendo demarcar características exclusivas de cada falante ou comunidade de fala. Adiante, continuaremos falando sobre uma das áreas de maior interesse da Sociolinguística, *a mudança*.

A mudança linguística sempre foi uma preocupação daqueles que se dedicaram a pensar sobre a linguagem. Das reflexões de Platão, em seu Crátilo, às mais recentes ideias sobre a mudança, como a Sócio-história, houve sempre o questionamento sobre que forças atuariam para que a língua não se mantivesse a mesma em relação com a passagem do tempo. A Sociolinguística não se furtou de tratar da questão, mas transformou a mudança em ponto basilar de sua investigação. As línguas mudam e as mudanças precisam ser compreendidas numa visão mais ampliada no interior das mudanças sociais.

Se é fato que as línguas mudam, nem todas as “inovações” candidatas a engatilharem a mudança são aceitas. De acordo com Tavares (2013), uma mudança só ocorre se inovações linguísticas foram aceitas e usadas, pelos indivíduos, como parte do sistema linguístico. A Sociologia (pioneira nas questões de mudança) já havia vislumbrado essa necessidade de aceitação empregando termos como sanção. Tal forma de controle social, segundo Galliano

(1988), *Dicionário de Sociologia*, seria exercido pela coletividade quando houvesse um desvio da norma do Direito. A sanção ratificaria o novo comportamento que passaria a ser aceito ou quando muito tolerado.

Do ponto de vista da Sociolinguística, uma variante inovadora poderia suplantar outra, sendo aceita, sancionada pela coletividade, suplantando a variante conservadora; no entanto, verifica-se a convivência de formas, mas mediante uma estratificação, uma hierarquização linguística. Observando a questão do ponto de vista da gramática, Lucchesi e Araújo (2002) advogam que falar em mudança linguística implica verificar se uma das variantes identificadas se generalizou, tornando-se contundente dentro da comunidade de fala, mas observam também pode haver a convivência entre as formas:

Nesse sentido, a grande questão é avaliar se um determinado cenário de variação tende a se resolver em função de uma determinada variante, efetivando-se a mudança linguística, ou se as variantes identificadas tendem a se manter no uso linguístico da comunidade, dentro de uma estratificação específica, o que caracterizaria a variação estável (LUCCHESI; ARAÚJO, 2002).

Além disso, a Sociolinguística postula que o tempo não seria um empecilho para se delinear as fases da mudança. E, para tanto, recorre novamente à Sociologia. Segundo Galliano (1988) a ideia de faixa etária estaria ligada a quatro concepções. Na que nos interessa particularmente, Galliano (1988, p. 321) observa que o fato de ter nascido em dada época ou arco temporal não implica necessariamente ter o mesmo comportamento social, mas indica pelo menos que o indivíduo está sujeito às forças sociais que podem determinar suas experiências de vida (de cultura, de classe, de percepção, de expectativa). Cada época histórica é formada por um conjunto de valores políticos, econômicos, psicológicos, religiosos, organizacionais, literários, educacionais, ingredientes formadores das sociedades e dos grupos sociais em cada época.

A partir dessa percepção, é possível inferir sobre o desenvolvimento que ocorre diacronicamente em dada língua através de análises sincrônicas, pois, ao depreender que a variação linguística é um processo sistemático, influenciado por fatores internos e sociais, observamos que a variação que ocorre sincronicamente “[...] em um determinado ponto da estrutura da gramática de uma comunidade de fala pode refletir um processo de mudança em curso na língua, no plano diacrônico”, ou seja, as pressões sociais agindo sobre os usos da língua bem como sobre as avaliações sobre os usos da língua. “Desse modo, busca-se

apreender o *tempo real* [...] no chamado *tempo aparente*”, sendo o tempo aparente entendido como uma projeção daquele (LUCCHESI; ARAÚJO, 2002).

No tocante a estas duas categorias consideradas pela Sociolinguística, Tavares (2013) argumenta que é inevitável perceber como a mudança evolui de geração em geração, passando de pai para filho ou, se for uma forma inovadora, ela pode aparecer somente na fala dos filhos. Além disso, uma forma linguística pode ocorrer menos na fala dos pais e com mais frequência na fala dos filhos ou netos. Assim, as gerações futuras tendem a utilizar mais as variantes inovadoras, eliminando, ou não, as mais antigas. Citaremos aqui a tradução de Chambers e Trudgill feita por Lucchesi e Araújo:

A validade do [tempo aparente] depende crucialmente da hipótese de que a fala das pessoas de 40 anos hoje reflete diretamente a fala das pessoas de 20 anos há 20 anos atrás e pode, portanto, ser comparada com a fala das pessoas de 20 anos de hoje, para uma pesquisa da difusão da mudança linguística. As discrepâncias entre a fala das pessoas de 40 e 20 anos são atribuídas ao progresso da inovação linguística nos vinte anos que separam os dois grupos. (CHAMBERS e TRUDGILL, 1980:165 *apud* LUCCHESI e ARAÚJO, 2002)

Na mudança em *tempo aparente*, o fator idade será primordialmente considerado, correlacionando-a a variável estudada, esquematizando as distinções nas frequências e os pesos relativos das variantes entre informantes que sejam mais jovens com os mais velhos pertencentes a uma mesma faixa sincrônica (TAVARES, 2013).

Concernente à mudança linguística no *tempo real*, Tavares (2013) postula ainda que, ao combinar uma análise linguística do *tempo aparente* com o *tempo real*, o estudo torna-se mais confiável e preciso, uma vez que uma pesquisa desta natureza requer um acompanhamento do processo histórico relativo à mudança, considerando diferentes épocas da língua, além de o pesquisador se valer de amostras orais ou escritas de diferentes sincronias, dependendo da disponibilidade e comparando os dados encontrados a certa variável ao longo do tempo. Por fim, nas palavras de Lucchesi e Araújo (2002) podemos ver que:

[...] nada pode assegurar que uma tendência de mudança identificada pelo linguista num determinado momento não será revertida num futuro próximo em decorrência de novos fatos que não estavam presentes no momento em que o linguista fez o seu diagnóstico. Em função desse caráter contingencial dos processos históricos, "qualquer afirmação sobre a mudança [em progresso] é evidentemente uma inferência" (LABOV, 1981, p. 177). Esse prognóstico entre mudança em curso e variação estável baseia-se na

combinação dos resultados obtidos através da correlação da variável linguística estudada com as variáveis sociais (LUCCHESI; ARAÚJO, 2002).

Com o título “Problemas”, Labov retoma questões relacionadas à mudança, analisando como ela se efetiva no sistema linguístico. O tema teria sido sistematizado por Weinreich, Labov e Herzog (1968), depois, citados por Labov em inúmeros trabalhos. São cinco os “problemas” da mudança reunidos por Labov (1972), a saber: o *problema das restrições*, o *problema da transição*, o *problema do encaixamento*, o *problema da avaliação* e o *problema da implementação*. Após a definição de cada um deles, ancorados em Weinreich, Labov e Herzog, (1968) e Labov (2008 [1972]) e, quando possível, apresentamos exemplos do nosso objeto de estudo.

O *problema das restrições* diz respeito aos condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que influenciam no processo de mudança linguística, podendo favorecê-la ou restringi-la. O isolamento geográfico é um dos fatores da conservação de marcas linguísticas, bem como o caráter “transplantado” de uma língua ou cultura. O caso do sardo é exemplar no processo de restrição geográfica, enquanto que traços do latim hispânico são tidos como conservadores (sobrevivência das dez vogais do latim clássico), conforme Ilari (2006).

O *problema da transição* refere-se ao percurso empreendido por uma estrutura na mudança linguística. Nesse caso, Labov (2008 [1972]) argumenta que é necessário traçar o maior número de estágios possíveis, já que, nesse problema, a mudança linguística evolui a partir de um estágio anterior. Estudos funcionalistas como o de Poggio (2002) tem dado conta de apresentar estágios sucessivos de gramaticalização como em *de ex>de ex de>dex de>desde>desde de; in > em; in > eno > no*.

O *problema do encaixamento* alude, como o próprio nome já diz, ao encaixamento da mudança linguística no sistema linguístico ao qual se insere. Para Labov (2008 [1972], p.193) “o principal caminho para a solução está na descoberta das correlações entre elementos do sistema linguístico e entre esses elementos e o sistema não-linguístico de comportamento social.” Vale destacar, ainda, que esse problema pode ser visto sob duas perspectivas:

- *Encaixamento na estrutura linguística*: procura detalhar a estrutura linguística em que os itens em processo de mudança se situam;
- *Encaixamento na estrutura social*: definem-se os grupos sociais cujas formas variantes se relacionam.

O *problema da avaliação*³⁰ refere-se à forma como os informantes avaliam o seu comportamento linguístico, verificando a utilização das variáveis linguísticas, e quais são as implicações disto no processo de mudança. Aqui, o papel do informante torna-se indispensável, uma vez que a consciência dos membros de uma determinada comunidade de fala é essencial no processo de mudança linguística que será analisado. A história recente do Brasil, por exemplo, refletiu a tendência à rejeição da forma “presidenta”, possível e dicionarizada, por questões de avaliação negativa de uma parcela da população³¹. Em relação à variação *em/ni*, Paes (2013), assim como já relatado na subseção 2.6, realizou um teste de avaliação com informantes, mostrando-lhes algumas músicas em que a variante *ni* aparecia nas letras. Para saber a opinião desses informantes, a autora aplicou um questionário com questões que se referem ao perfil do possível usuário da linguagem utilizada na música. Então, a estudiosa obteve respostas que classificavam essas pessoas como “sem escolaridade” ou “moradores de periferia”.

Por fim, o *problema da implementação* está ligado às causas que influenciaram na mudança linguística, buscando entender por que determinada mudança ocorreu em um dado tempo, espaço e local. Para finalizar sobre o assunto, Labov (1994) faz uma ressalva sobre o *problema da implementação*:

O problema da implementação está relacionado aos demais problemas, pois, para se entender as causas da mudança é necessário saber pontuar em que parte da estrutura social e da estrutura linguística a mudança teve origem (**problema do encaixamento**); é necessário saber como se deu a propagação da mudança para outros grupos sociais (**problema da transmissão**) e, também, é necessário saber quais são os grupos linguísticos e sociais que demonstraram maior resistência ou aceitação a essa mudança (**problema da restrição e problema da avaliação**) (LABOV, 1994, p. 3).

De forma resumida, há uma notável percepção do uso da variante *ni* em contextos em que a preposição *em* pode ocorrer, sendo que, tanto uma como a outra ocorrem simultaneamente na fala das pessoas, confirmando o seu encaixamento no sistema linguístico. O excerto (29) comprova isso:

- (29) Tem sim hoje tem que ser {INIT} bonitas, né, linda magérrima e corpo escultural, né, cabel’ nem se fala {risos} então a gente vê assim hoje num... num tem nada **ni** novela é brigas, né, eh... o pa... a filha não respeita o pai o pai não respeita o filho que mesmo que... o pai tem que respeitar o filho também sentá e conversa não

³⁰ Neste trabalho, utilizaremos dois *corpora* para análise: *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista e *corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista.

³¹<http://www.cartacapital.com.br/politica/falar-201ca-presidenta201d-e-tao-correto-quanto-201ca-presidente201d-3220.html>

hoj' é briga hoje a gente vê cenas horrorosas de sexo **ni** televisão que num precisava coloca aquil' quer dizer vai falar da família que família? Que o pai briga o fi... a filha leva namorad' pra dormir **em** casa tudo bem que eu sou careta mas eu acho um horror umas criança com quinze dezesseis ano já ir levar namorad' pra dormir **em** casa, né, a m...a mãe lá com o marido e num instante arranja ôtro homi novinho e bota dentr' de casa assim cabô o diálogo o respeito que antigamente tinha [...] (J.V.B., mulher, 54 anos, PCVC)³²

Após esta breve exposição sobre a Sociolinguística Variacionista, passamos, então, a tratar do Funcionalismo linguístico, que, também, fornece postulados para o surgimento do (Socio)funcionalismo.

3.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Nesta seção, temos como objetivo traçar um sucinto estudo sobre o Funcionalismo linguístico, para a partir dessa seção sobre o Funcionalismo e da seção anterior sobre a Sociolinguística, construirmos de forma mais clara a concepção da teoria Sociofuncionalista. Ressaltamos que, em cada teoria, estamos elegendo itens que estabeleçam um diálogo mais estreito com o nosso interesse nesse estudo.

O Funcionalismo é uma corrente linguística que entende a linguagem como instrumento de interação social e, portanto, focaliza, em seus estudos, não só a estrutura gramatical, mas também os contextos discursivos que motivam os eventos de variação e mudança na língua. Nesse ponto de vista, o surgimento do Funcionalismo está em consonância com os novos olhares sobre o “fazer científico”, que no século XX, empreenderam uma revisão e um aprofundamento teóricos a fim de responderem inquietações de alguns pesquisadores, especialmente àqueles ligados a outros ramos do saber além da Linguística (MARTELLOTA; AREAS, 2003).

Alguns dos pesquisadores que integraram o Círculo Linguístico de Praga (CLP) e formaram a Escola Linguística de Praga procuraram investigar a língua em situação real de comunicação. Certamente, influenciados por outros ramos de estudo, tais como a Literatura³³, a Estilística, a Antropologia, a Etnografia, propuseram uma visão abrangente da atuação das pesquisas sobre a Linguagem, considerando sua dinâmica, suas funções instáveis e principalmente o uso (MARTELLOTA; AREAS, 2003).

Segundo Martellota e Areas (2003), naquela época (nas décadas seguintes à publicação do *Curso de Linguística Geral*), traçar-se-iam as duas grandes correntes

³² Entrevista retirada do *corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista.

³³ A ordem da descrição que fizemos encaixa-se perfeitamente no perfil de Roman Jakobson (1896 -1982), russo, estudioso de línguas nórdicas, foi chamado por Haroldo de Campos de “o poeta da Linguística”.

delineadoras das discussões teóricas que se seguiriam: de um lado a formalista e de outro a funcionalista, às quais os estudiosos mencionados denominaram de “polos”. Segundo eles, caberia ao polo formalista dedicar-se a um tipo de análise linguística que priorizasse a forma, sendo que competia ao polo funcionalista empregar-se numa análise linguística que desse relevo à função desempenhada no ato comunicativo.

Neves (1997) recorre ao pensamento de Beaugrande para estabelecer uma diferença entre a gramática formal e a funcional, uma vez que, na modalidade formal, a gramática deixa os aspectos funcionais para serem tratados pela semântica, pragmática e estilística. No que diz respeito à modalidade funcional, pelo contrário, continua Neves (1997, p. 20), “especificações funcionais são acomodadas no esquema, de tal modo que a ‘descrição gramatical’ contenha dados amplos para auxiliar uma descrição semântica, pragmática e estilística”.

No âmbito do Funcionalismo, a língua é entendida como um instrumento de comunicação maleável, ou seja, exposta a pressões advindas de situações comunicativas diferentes que determinam a sua estrutura gramatical (MARTELOTA; AREAS, 2003). Sobre tal assunto, Neves vai afirmar que (1997):

Um bom modo de sintetizar o pensamento fundamental das teorias funcionalistas é lembrar o funcionalista Martinet (1978), que aponta como objeto da verdadeira linguística a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua, que afirma [...] que o que ‘deve constantemente guiar o linguista’ é a ‘competência comunicativa’, já que ‘toda língua se impõe [...], tanto em seu funcionamento como em sua evolução como um instrumento de comunicação da experiência’, entendendo como experiência tudo o que [o homem] sente, o que ele percebe, o que ele compreende em todos os momentos de sua vida (NEVES, 1997, p.2).

Com base nessas palavras, é possível perceber que, para os funcionalistas, a competência comunicativa é de suma importância para a construção e interpretação de expressões linguísticas, de modo que o seu uso seja de maneira eficaz.

Como pudemos observar, estudiosos perceberam que, na análise das línguas, havia a necessidade, também, de considerar as relações comunicativas que elas estabelecem entre falantes e ouvintes³⁴. É nesse sentido que surge a noção de *função*, e, conseqüente, definição da língua como um sistema funcional, voltado para alguma finalidade. “Isso significa dizer que a intenção do locutor, ao utilizar a língua passa a ser fundamental para a compreensão da sua natureza” (MARTINS, 2009, p.20).

³⁴ No início da década de 60, século passado, Martinet faria uma conferência que, posteriormente se tornaria livro, na qual ele faz um percurso histórico sobre “Realismo e Formalismo”.

Precisamos deixar claro que, conforme Neves (1997, p.17), a Escola Linguística de Praga era considerada como uma espécie de estruturalismo funcional, pois as Thèses (1929) do CLP viam a língua como um sistema funcional, cuja estrutura e função caminhavam lado a lado. Por esse ângulo, é impossível negar a valorosa herança deixada pelo Estruturalismo aos funcionalistas, já que, na realidade, essa corrente surge em meio ao Estruturalismo e tem como propósito analisar as funções internas e externas dos elementos linguísticos.

No que diz respeito à expansão do Funcionalismo norte-americano, temos como principal precursor dessa corrente Talmy Givón, que analisou vários fenômenos linguísticos, verificando os fatores discursivos que condicionavam a causa funcional das estruturas linguísticas. Segundo Neves (2004, p.15), Givón concentraria seus estudos, postulando a não-autonomia do sistema linguístico. Para ele, haveria a necessidade de unificação da sintaxe, da semântica e da pragmática, “sendo (a sintaxe a codificação dos domínios funcionais que são: a semântica, proposicional; a pragmática, discursiva)”. Além dele, outros estudiosos se dedicariam à pesquisa funcional das línguas, incluindo Thompson, Hopper, Dubois entre outros.

No que concerne aos conceitos voltados para a noção de *função*, Neves (1997, p. 5) advoga que esse termo apresenta uma variedade de empregos ao ponto de não expressar, semanticamente, todo o seu sentido quando empregado a uma teoria, Linguística Funcional. Não foi sem propósito que Martinet (1962) reuniria uma série de conferências à qual posteriormente veio a se tornar o *A Functional View of Language*, no qual o termo *funcional* só apresenta sentido quando se refere “ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros”. Em consonância com a discussão, Martellota e Areas (2003, p. 18) afirmam que definir o termo *função* não é uma tarefa simples, pois vários autores utilizam esse termo em suas respectivas áreas com características diferentes. Um exemplo disso está no aporte feito pela Teoria da Enunciação que relaciona a função às funções da linguagem nos termos em que foram enunciadas por Jakobson (1969), conforme podemos verificar no *Dicionário de Linguística da Enunciação* de Flores *et al.* (2009).

Diante disso, é possível concluir que, no âmbito do Funcionalismo, o principal objetivo é verificar a competência comunicativa dos indivíduos, de modo que as estruturas linguísticas se configurem como funções passíveis de serem observadas em seus usos.

Na subseção seguinte, tratamos dos conceitos norteadores de uma análise funcionalista, dando destaque aos que servem de base para sustentar o estudo que empreendemos.

3.2.1 Principais conceitos do Funcionalismo

A Linguística Funcional debruça-se sobre os propósitos relacionados ao emprego da língua em uso, procurando esclarecer as regularidades observadas na interação da língua em seus contextos discursivos. Assim, é por meio da pragmática da língua que são explicados fenômenos linguísticos sintáticos e semânticos (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003).

De acordo com Neves (1997, p.21), no que diz respeito às formas de interação verbal, Dik (1989) formula um modelo que nada mais é do que a interação social que a linguagem estabelece. Com isso, esse modelo constitui “uma forma de atividade cooperativa estruturada”, pois, para ter uma estrutura, precisa ser regida por regras e convenções e só será cooperativa se tiver a presença de dois ou mais participantes. Neves (1997) prossegue afirmando que:

[...] [Dik diz que] a linguística tem de ocupar-se de dois tipos de sistema de regras, as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (que governam a constituição das expressões linguísticas) e as regras pragmáticas (que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas) (NEVES, 1997, p.21).

As análises sintáticas e discursivas andam lado a lado na investigação funcionalista, pois a estrutura gramatical depende do uso da língua, sendo motivada pela situação comunicativa em um dado contexto. Diante disso, o sistema linguístico torna-se uma variável dependente, uma vez que são os usos que modelam a língua ao longo do tempo (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003).

Conforme Neves (1997), buscando explicar as regularidades dentro e entre as línguas, a gramática funcional ocupa um ponto intermediário nas extremidades que se referem à sistematicidade da estrutura linguística e a funcionalidade do uso da língua, o que quer dizer que ela, a gramática, tenta estabelecer uma relação entre esses dois extremos.

Vejamos, nas subseções que compõem essa seção os conceitos que giram em torno do processo de mudança denominado *gramaticalização*, cujos elementos “perdem a liberdade típica da criatividade contextualmente motivada do discurso e tornam-se mais fixos e mais regulares” (MARTELLOTA, 2011, p.92).

3.2.1.1 A Gramaticalização

Falar de mudança linguística no Funcionalismo requer uma relação direta com o processo da gramaticalização. Os estudos voltados para a “gramaticalização” começaram na China, no século X, disseminando-se para a Europa e América entre os séculos XVIII e XIX. No século XX, Meillet foi o precursor do termo *gramaticalização*, afirmando que isso acontece quando uma palavra considerada autônoma recebe um caráter gramatical, ou seja, uma forma gramatical tinha, em sua origem, uma forma lexical que passou por um processo de mudança por meio de um *continuum* (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Segundo os autores, após os estudos de Meillet, muitos linguistas dedicaram-se às pesquisas sobre a gramaticalização, sendo Wilhelm Von Humboldt um dos que mais se destacaram nesse âmbito ao postular que um estágio evolutivo da linguagem precedeu a estrutura gramatical das línguas, no qual somente o que fosse ideia concreta poderia ser expresso.

O sentido de *gramaticalização* não é sempre o mesmo utilizado pelos estudiosos. Traugott e Heine (1991, p.1) definem esse processo como “a interdependência da língua e da fala (*langue e parole*), entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e menos fixo”. Além disso, a *gramaticalização* é um processo linguístico, tanto diacrônico quanto sincrônico, ou seja, de natureza pancrônica³⁵ e de organização de categorias de codificação. Por outro lado, Givón (1979, p.83) mostra que a sintaxe de hoje é a pragmática de ontem, tendo como consequência um processo de “padrões discursivos como padrões gramaticais”.

Sob o mesmo ponto de vista, Gonçalves *et al.* (2007) corroboram a ideia de que definir gramaticalização não é uma tarefa simples, pois depende do fenômeno a ser estudado e quais são as demandas necessárias para a realização desse estudo. Conforme os autores, a gramaticalização pode ser entendida como *paradigma* ou como *processo*. Nas palavras dos estudiosos, podemos ver que:

A gramaticalização é considerada *paradigma* se observada num estudo da língua que se preocupe em focalizar a maneira como formas gramaticais e construções surgem e como são usadas. É considerada *processo* se se detiver na identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais [...] (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.16).

Ademais, é preciso registrar que há outras duas formas de analisar esse processo de gramaticalização: pela perspectiva *sincrônica* ou *diacrônica*, conforme mencionamos

³⁵ Pancronia é outro neologismo empregado pela Linguística. O termo é empregado como reunião dos aspectos sincrônicos e diacrônicos.

anteriormente. Do primeiro modo, a preocupação volta-se para os graus de gramaticalidade que se desenvolvem por meio de deslizamentos funcionais em um elemento linguístico, tendo sob o enfoque padrões discursivo-pragmáticos. Com relação ao segundo modo, tenta-se explicar como itens gramaticais surgem e se desenvolvem na língua. Assim, caso o estudo tenha interesse de analisar uma forma linguística por meio dessas duas perspectivas, ele será de natureza *pancrônica*. Por entendermos que necessitávamos de uma visão mais completa do fenômeno em análise, a perspectiva pancrônica foi adotada em nosso estudo, tendo em vista que, diacronicamente, fizemos um estudo da origem da preposição *em* e da variante *ni*, em gramáticas históricas e, sincronicamente, analisamos dados em tempo real a partir de entrevistas com informantes do português popular e culto de Vitória da Conquista.

Além disso, é válido acrescentar que a gramaticalização é um processo de mudança tido como um dos mais comuns que se pode observar nas línguas. Por ele, é possível perceber como novas formas e funções vão surgindo no sistema linguístico, tornando, assim, a gramática como emergente³⁶, concepção adotada por vários pesquisadores da gramaticalização (GONÇALVES *et. al*, 2007). Ademais, a gramaticalização se dá quando itens lexicais e construções sintáticas sofrem um processo de mudança linguística, passando a assumir funções gramaticais, sendo que, uma vez gramaticalizados, tornam-se mais gramaticalizados ainda (HOPPER; TRAUOGOTT, 1993; MARTELOTA, 2011). Nessa lógica, Martellota afirma que:

[...] o elemento deixa de atuar no nível representacional, característicos dos elementos que fazem referência a dados mais objetivos associados ao nosso mundo biossocial, para atuar no nível interpessoal, que engloba as expressões de valor processual, ou seja, aquelas cujas funções estão relacionadas aos processos através dos quais o falante elabora seu enunciado para um determinado ouvinte em um contexto específico de uso (MARTELOTA, 2011, p.92).

No que diz respeito aos elementos que atuam no nível interpessoal, o autor advoga que eles sinalizam os aspectos temporal e processual que o falante deseja dar ao enunciado, a forma como relaciona as informações que vierem a ser transmitidas, além da modalização que utiliza para definir uma posição em relação ao que diz. Em contrapartida, mecanismos de enfraquecimento de opiniões, marcas de pressuposição entre outros elementos que indicam um cuidado com a recepção do ouvinte fazem parte da construção do enunciado também.

³⁶ A “gramática emergente” é conhecida como fórmulas gramaticais que vão surgindo cotidianamente no discurso. Segundo Tavares (2003, p. 15), “tais fórmulas são re-arranjadas, desmanteladas e remontadas de modos diferentes a cada situação comunicativa, podendo dar origem a fórmulas inovadoras”.

Atento em possibilitar a identificação de tendências de gramaticalização na língua em uso, Hopper (1991, p. 22) define cinco princípios que possibilitam atribuir o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizado aos elementos linguísticos que estão sofrendo o processo de variação ou mudança. São eles: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização. Dos cinco princípios apontados por Hopper, encontramos, nos *corpora* em análise, dois desses princípios mais salientes, a saber: a **Estratificação** e a **Persistência**. Portanto, a seguir, apresentamos a definição desses princípios, além de trazermos exemplos comprobatórios:

Dá-se no nome de *Estratificação* à situação em que, no domínio funcional, novas formas estão emergindo e coexistindo com as formas antigas. Nessa perspectiva, pode ou não haver substituição de uma forma pela outra. Em havendo substituição, ela não acontece imediatamente, havendo coexistência por um tempo em um mesmo domínio. Vejamos o exemplo (30):

- (30) Ah! É muito especial meus irmão. Cada um mais especial do que o outro (risos) Eu tenho aqui **ni** Conquista, tenho Diva né? Que é minha irmã. Tenho Helena, tenho Lôra, Tenho, **em** São Paulo, Nira e **em** Rondônia eu tenho os dois irmãos que são homem / Nossa! Rondônia! / é Tião e Nilton. (A.A.B., mulher, 38 anos).

Segundo o princípio da Divergência (ingl. *Divergence*), uma forma lexical, que ocasiona o processo de gramaticalização, mantém-se como um elemento autônomo, preservando as suas propriedades originais, mas estando passível de sofrer novos processos de gramaticalização. Em relação ao princípio de Especialização, dentro de um domínio funcional, uma variedade de formas com diferentes matizes semânticas torna-se possível num estágio. Quando a gramaticalização acontece, a diversidade de escolhas formais reduz e o menor número de formas selecionadas admite significados mais gerais.

Em relação ao princípio da Persistência (ingl. *Persistence*), podemos dizer que ele se verifica quando alguns traços semânticos da forma-fonte são mantidos na forma gramaticalizada, - característica que pode ocasionar restrições sintáticas para o uso dessa forma. Constatamos como caso de *persistência* o fato de a forma *ni* apresentar os mesmos traços semânticos que a preposição *em*:

- (31) Ah... foi engraçado que uma coisa assim que eu quase não cheguei namorá, né, aí eu ficava mais **em** casa ou se não trabaiano então foi uma vez a gente foi lá no jardim aí começou dá as volta lá aí (W.S.O, 41 anos, masculino);

- (32) A terra do me... do pai dela fica **ni** Caetanos e a terra de meu pai im Belo Camp' (E.P.S., 26 anos, masculino).

Os excertos (31) e (32) revelam o uso tanto da preposição *em* quanto da variante *ni* fazendo alusão ao sentido locativo. No fragmento (31), o informante descreve-o como uma pessoa caseira. Para isso, utiliza a expressão “ficava mais **em** casa”, cujo elemento “casa”, espaço físico, fornece-nos informações semânticas necessárias para definirmos o valor locativo da preposição. O mesmo ocorre com a variante *ni*, cuja expressão “**ni** Caetanos”, no excerto (32), refere-se a uma localização espacial, visto que “Caetanos” é uma cidade do estado da Bahia. Diante disso, podemos concluir que, em ambos os exemplos, as preposições exercem a função locativa dentro das sentenças analisadas.

O quinto e último princípio da gramaticalização é chamado de Decategorização (ingl. *Decategorization*). Segundo tal princípio, quando formas que sofrem gramaticalização propendem a perder ou neutralizar seus marcadores morfológicos tendem a migrar de categorias cheias como nome e verbo para outras mais secundárias como adjetivos, participios e preposições, podendo assumir suas características.

Isso posto, pudemos observar que os princípios da gramaticalização apontam para um processo que deve ser visto por um *continuum* em que graus são utilizados não só para marcar o processo em curso, mas também para demarcar os estágios em que a gramaticalização ocorre. Para entendermos melhor a ideia de *continuum*, devemos recorrer à noção de categorias discretas.

A definição de categorias discretas no processo de gramaticalização pode ser estabelecida por alguns fenômenos que são desmascarados por meio da segmentação das etapas de gramaticalização. Assim, Tavares (2003, p. 63) alude às ideias de Schlesinger (1995, p.05-07), propositor de algumas dessas etapas: (i) gradação: quando certos elementos são mais prototípicos³⁷, outros menos; (ii) indistinção: as fronteiras entre as categorias não apresentam linhas divisórias claras, então, são indistintas; (iii) sobreposição parcial: elementos linguísticos podem pertencer a uma mesma categoria ao mesmo tempo, “resultando em ambiguidade no plano das interpretações e talvez dando origem a uma categorias híbrida” (SCHLESINGER 1995, p.05-07 *apud* TAVARES, 2003, p.63). Por fim, arrematando sobre o tema, a referida autora aponta que esses casos podem deixar dúvidas em relação à

³⁷O termo prototípico (forma derivada do grego protótipo, cujo sentido primevo é "modelo original") foi tomado no âmbito da Linguística como a forma primeira a entrar na língua ou ter sido a forma primeira reconhecida como tal. De tal noção linear pode decorrer o princípio de mudança temporal, em que formas são arcaizantes, ou seja, estiverem desde o princípio e perderam força de uso e neologizantes em que formas passam a figura como mais recentes. Em síntese, o prototípico é aquele que tem um caráter de entrarem primeiro na língua.

possibilidade de existência de significados e funções discretos. Citando Heine, Claudi e Hünemeyer (1991b, p.179), a autora finaliza que “novos usos de itens e de construções emergem continuamente de usos anteriores re-arranjados no discurso, através de percursos de mudança graduais do que resulta que ‘uma boa parte do comportamento linguístico acontece *entre* categorias, não *dentro*’” (TAVARES, 2003, p.63).

Diante disso, é possível afirmar a existência de elementos imbricados no funcionamento do princípio da *unidirecionalidade*, cujos aspectos mostram um caminho de abstratização dos itens linguísticos, partindo de conceitos mais concretos para os menos concretos. Além disso, a frequência faz com que um elemento seja mais propenso ao processo de abstratização semântica, ou seja, quanto mais utilizado ele for, mais ele poderá cair na habitualidade de uso, sendo que, ao apresentar um significado mais geral, esse elemento torna-se mais recorrente, aumentando suas chances de migrar para a gramática em diferentes construções (TAVARES, 2003). A fim de entendermos melhor o que foi dito, precisamos ir ao encontro de outro conceito basilar na gramaticalização: a unidirecionalidade.

Nos estudos da gramaticalização, outras noções sobre o processo de mudança são defendidas, entre elas, a *unidirecionalidade*. Paul J. Hopper e Elizabeth Closs Traugott (1993) escreveram um exaustivo capítulo sobre a hipótese da unidirecionalidade (ingl. *Unidirectionality*) com o intuito de demonstrarem como tal hipótese dialoga com princípios inerentes à gramaticalização. No referido texto, além da definição, os autores procuram dar exemplos em diversas línguas (grego, latim, inglês, russo), destacando que a mudança não tem que necessariamente ocorrer, mas se ocorre segue uma direção, segue estágios, segue uma gradação de caminho único. O papel dos linguistas seria percorrer tal caminho e explicá-lo, já que a unidirecionalidade dialoga com os princípios da gramaticalização. Em síntese, podemos, com base em Hopper e Traugot (1993, p. 95), dizer que “O pressuposto básico é que há uma relação entre duas fases A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não vice-versa”³⁸.

Vejamos um exemplo de organização esquemática da gramaticalização proposta por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991). Os autores defendem que a força motora dos processos de gramaticalização são as metáforas, uma vez que elas implicam o desenvolvimento das categorias gramaticais, cujas entidades concretas são utilizadas para expressar funções abstratas. Além disso, eles postulam que, quando conceitos mais concretos se tornam mais

³⁸ “The basic assumption is that there is a relationship between two stages A and B, such as that A occurs before B, but not vice versa”.

abstratos, algumas categorias servem para descrevê-los, propondo, assim, a noção de metáfora categorial, sendo que essas categorias podem ser organizadas na seguinte escala:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Além de apresentar a proposta de gramaticalização de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Tavares (2003) expõe duas outras de Givón e a proposta de Traugot (1982), respectivamente:

DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO

IDEACIONAL > TEXTUAL > INTERPESSOAL

Tavares (2003) tece um elucidativo comentário sobre o tema:

Como a passagem de uma etapa A para uma etapa B não é direta, mas sim gradual, havendo um estágio intermediário A-B em que os usos estão sobrepostos, os aclives não devem ser entendidos como uma linha em que os pontos focais – quaisquer níveis, categorias, estruturas e funções-significações linguísticas – representam unidades fechadas e homogêneas. Assim, sintaxe e morfologia, espaço e tempo, nível ideacional e textual não são completamente separados uns dos outros (TAVARES, 2003, p.63).

Entendemos, além disso, que, no âmbito do Funcionalismo, autores como Hopper e Traugott (1993) postulam a relação GRAMÁTICA e DISCURSO, visto que a primeira é moldada pelos falantes e suas experiências individuais, juntamente com os interlocutores. Ao defender a ideia de que são as situações reais de comunicação que motivam as mudanças sofridas pelos elementos linguísticos ao longo do tempo, assumimos, também, que essas transformações caminham em sentido unidirecional: DISCURSO > GRAMÁTICA.

Por trás do processo de gramaticalização, juntamente com o princípio da *unidirecionalidade*, processos cognitivos são evidenciados nas situações de trocas linguísticas, dentre eles: (i) extensão metafórica e (ii) extensão metonímica. Em função da necessidade dessa discussão, a seguir, apresentamos alguns postulados que norteiam as noções de *metáfora* e *metonímia*, sobre as quais dedicamo-nos a falar adiante.

O conceito de metáfora, assim como o de metonímia, utilizado no Funcionalismo, encontra respaldo na Linguística Cognitiva. De acordo com Ferrari (2014), a metáfora é

considerada, pela tradição linguística, como uma forma diferente de discurso, mas que é imprescindível no uso cotidiano da linguagem. Desse modo, a Linguística Cognitiva toma como base para a Teoria da Metáfora Conceptual o livro *Metaphors we live by*, de Lakoff e Johnson (1980), cujo conteúdo apresenta um apanhado de evidências que comprovam o uso de elementos metafóricos na linguagem, no pensamento e na ação, sendo que os autores afirmam que o sistema conceptual que nos rodeia, sem dúvidas, é de natureza metafórica³⁹. Ainda, atribuindo ao sistema conceptual uma maior importância, os estudiosos reconhecem que:

Os conceitos que governam nossos pensamentos não são somente questões do intelecto. Eles governam também nosso funcionamento cotidiano até os detalhes mais mundanos. A estrutura conceptual que compreendemos, como nós podemos contornar o mundo e como nos relacionamos com outras pessoas. Nosso sistema conceptual que desempenha o papel fundamental na definição das nossas realidades cotidianas. Se nós estamos certos em sugerir que nosso sistema conceptual é, em grande parte, metafórico [...] o que nós experienciamos e o que nós fazemos todos os dias é muito mais uma questão de metáfora⁴⁰ (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.4).

Os processos de mudança semântica que ocorrem na língua, por meio do processo de gramaticalização, são de ordem metafórica, uma vez que a metáfora está intimamente ligada aos mecanismos de *(des)semantização*, envolvendo a *abstratização* de significados lexicais ou menos gramaticais que passam a mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais. Isso está relacionado à forma como os humanos abstraem e conceituam o mundo, sendo que as coisas mais próximas são mais bem estruturadas e menos abstratas (GONÇALVES *et al.*, 2007). Além disso, os processos que envolvem a metáfora da gramaticalização são motivados pragmaticamente e dizem respeito à função na gramática. Com ela, predicções que já existem são aplicadas a novas situações através da extensão de significados, tornando-a como uma “metáfora emergente” de natureza categorial. Conforme afirmam Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), isso possibilita compreender que podemos descrever o processo de desenvolvimento das estruturas gramaticais tendo como base categorias cognitivas e usando, por exemplo, metáforas, partindo, unidirecionalmente, do

³⁹ “[...] people think they can get along perfectly well without metaphor. We have found, on the contrary, that metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 4)”.

⁴⁰ “The concepts that govern our thought are not just matters of the intellect. They also govern our everyday functioning, down to the most mundane details. Our concepts structure what we perceive, how we get around in the world, and how we relate to other people. Our conceptual system thus plays a central role in defining our everyday realities. If we are right in suggesting that our conceptual system is largely metaphorical, then the way we think, what we experience, and what we do every day is very much a matter of metaphor (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 4)”.

elemento à esquerda que se caracteriza por ser mais concreto em direção à direita, ao elemento mais abstrato.

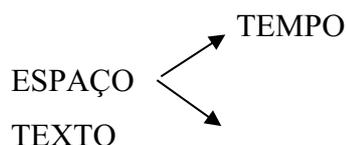
Em relação à unidirecionalidade, pesquisadores entenderam que as metáforas servem como estabelecedoras de correspondências entre um domínio-fonte e um domínio-alvo, sendo que esse percurso nunca ocorre ao contrário, ou seja, segue somente em uma direção. No que concerne ao domínio-fonte, ele tende a ser mais concreto, ao passo que o domínio alvo seria de natureza mais abstrata, sendo mais difícil de ser compreendido e retratado linguisticamente (FERRARI, 2014, p.98).

De acordo com o grau de abstração de um elemento linguístico, é possível definir o processo de desenvolvimento gramatical por meio de algumas categorias (mencionadas anteriormente quando nos referimos à *Unidirecionalidade*) que destacam a semelhança entre fontes e alvos (TAVARES, 2003). A autora advoga ainda que:

Cada uma dessas categorias inclui uma variedade de conceitos definidos perceptual e/ou linguisticamente, representando domínios de conceptualização importantes para a experiência humana. A relação entre as categorias é metafórica, sendo possível a cada uma delas conceituar a sua direita (TAVARES, 2003, p.65).

Ademais, elementos linguísticos que fazem o percurso unidirecional, às vezes, podem ocorrer em uma trajetória específica. Para isso, há um processo, composto por categorias diferentes dos outros⁴¹, chamado *espaço >discurso*, no qual são atribuídas funções de conectores textuais a elementos de valor espacial, sendo que a função de espaço se caracteriza como a mais concreta e a outra, segue para uma função textual/discursiva. Nesse caso, o elemento envolvido pode, também, apresentar um valor temporal, considerando um processo de mudança semântica, representado pela seguinte estrutura (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991):

Figura 1: Representação configurativa do esquema proposto por Heine, Claudi e Hünнемeyer, (1991).



⁴¹ (i) PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE.
 (ii) DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO
 (iii) IDEACIONAL > TEXTUAL > INTERPESSOAL

O esquema apresentado na Figura 1 demonstra como se dá uma trajetória unidirecional de mudança, corriqueira nas línguas humanas, cujos elementos de valores espaciais passam, posteriormente, a apresentar valores temporais e discursivos. O que acontece, de fato, é que a base desse processo é metafórica, sendo que o sentido espacial é mais concreto do que o sentido temporal e, consecutivamente, o sentido temporal é mais concreto do que o discursivo. Assim, a metáfora se dá, efetivamente, quando há uma associação de sentidos em termos de valores espaciais sendo utilizados para termos de valores temporais e discursivos.

Buscando relacionar o nosso objeto de estudo ao processo de unidirecionalidade, apresentamos alguns exemplos que evidenciam o uso da preposição *em* e da variante *ni* nos sentidos de Espaço > Tempo > Texto:

ESPAÇO:

- (33) ...e aí ele ia botando o cachão, quando enchia aquele cachão, quando vinha na seca, aí nos passava a dar aquele, aquela farinha ao povo que não tinha pra comer, fazia fila lá **em** casa assim, vinte, trinta, assim e cada um levava um litro de farinha (Z.S.N., 86 anos, masculino);
- (34) Depois comecei... meus irmão tinha uma barbearia lá em Zé Gonçalves me botô lá [por] reservado **nium** banco, eu comecei lá a fazer a barba dos cara lá, assim mei' *ranhano* cortando e fui... fui levando a vida até fui tomando gosto com a profissão então graça a Deus tô até hoje (E.F.O., 72 anos, masculino);

TEMPO:

- (35) Não que hoje **em** dia o... tem o própr' conselho tutelar num ta deixando, né [...] (W.S.O, 41 anos, masculino);
- (36) [ficava lá] olhano os ôto dança, não dançava {risos}...soltá... **ni** São João, soltá... soltá bombinha... soltá traque... chuvinha [...] (J.P.R.B., 80 anos, feminino);

TEXTO/PROCESSO:

- (37) Era... era muita responsabilidad' também, né, pra você chegá e tê um conheciment' daquel' pessoal que mora naquele prédio lá você entra **em** contat' com eles pa tê... sabê qual é as pessoa que podia entrá [...] (E. P.S., 26 anos, masculino);
- (38) Por enquanto. É porque a gente fala assim **ni** mod' o cansaço, né, [...] (W.S.O., 41 anos, masculino).

Os exemplos supracitados evidenciam o conceito de unidirecionalidade, quando um elemento passa por um processo de gramaticalização, saindo de um sentido mais concreto para um sentido mais abstrato. Desse modo, os exemplos (33) e (34) trazem o uso das

preposições *em/ni* em contextos locativos, uma vez que as expressões “em casa” e “ni um banco” referem-se a lugares físicos. No caso dos fragmentos (35) e (36), “hoje em dia” e “ni São João” aludem ao sentido temporal, já que estas expressões são de tempo. Por fim, os excertos (37) e (38) dizem respeito ao sentido textual, pois servem como elementos que relacionam o texto, estando as preposições, portanto, esvaziadas de sentido.

Realizado esse percurso, mostrando o processo metafórico e a sua relação com o nosso objeto de estudo, partimos, agora, para uma abordagem sobre o papel da metonímia e sua importância na explicação de fenômenos que envolvem a gramaticalização.

No âmbito da semântica cognitiva, a metonímia é caracterizada como um processo tanto linguístico quanto cognitivo, pois ela geralmente ocorre quando há um deslocamento de significados, sendo que uma palavra utilizada para estabelecer alguma entidade passa a designar outra entidade contígua. Desse modo, os processos metonímicos por contiguidade relacionam-se com a experiência e só são estabelecidos por meio da função referencial da linguagem. Além disso, o processo metonímico serve como mecanismo de entendimento para apontar mais aspectos do que estão sendo referidos, uma vez que eles não são arbitrários, em razão da relação estabelecida entre a metonímia e os pensamentos, ações e falas, elementos sistematizados, que são elucidados pelas substituições comuns de elementos definidos como “a parte pelo todo”, “o controlador pelo controlado”, “o produtor pelo produto” entre outros (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.29-30).

Dessa forma, podemos afirmar que, em suma, no processo metafórico, há a existência de dois domínios, o domínio A (com característica de ser mais concreto, considerado como fonte) e o domínio B (com característica de ser mais abstrato, considerado como alvo). Como em: *Ele é o cabeça do grupo*. O que constata literalmente o sentido de metáfora que é transportar. Se na metáfora, há a reconhecida presença de dois domínios, no processo metonímico, por sua vez, há apenas um domínio, no qual pode ser compreendido como domínio matriz e outro como subdomínio. A título de exemplos, verifiquemos: *Estou lendo Clarice Lispector* (FERRARI, 2014).

Finalizando esta discussão sobre as teorias que embasam o Sociofuncionalismo, passamos, agora, a tratar, de fato, dessa teoria linguística.

3.3 A TEORIA (SOCIO)FUNCIONALISTA

Pretendemos, nesta subseção, discutir sobre o Sociofuncionalismo⁴², expondo seu hibridismo teórico e mostrando que, assim como toda proposta de união, a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo apresentam uma série de divergências em seus postulados, que, vale ressaltar, não serão tratados por nós, pois apenas focalizaremos os pontos de congruência que os amarram, sustentando a criação do Sociofuncionalismo. Mas, se há pontos discrepantes entre as duas teorias, a junção torna-se factível? Afirmamos que sim, pois é, a partir da “conversa na diferença” (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 314), que a busca pelo conhecimento se concretiza, construindo conceitos e teorias⁴³. Inclusive, a autora ressalta que, apesar desses pontos existirem, eles podem ser inclusos nos estudos linguísticos “sem que isto seja necessário supor um mesmo projeto em comum”.

O Sociofuncionalismo surge, constituindo-se da união de ideias da Sociolinguística com o Funcionalismo, pois ambas as teorias consideram, como ponto principal para seus estudos, a heterogeneidade linguística, priorizando a língua no seu uso “concreto”. Numa tentativa de sintetizar o que seria o Sociofuncionalismo, Paiva (1998) afirma que essa teoria reconheceria que há particularidades semânticas nos fenômenos gramaticais, uma vez que eles se adaptam aos contextos discursivo-pragmáticos. Isso, de fato, acarretaria algumas restrições linguísticas. Vamos recorrer ao testemunho de Paiva (1988):

Nessa interpretação funcional da variação, ganha relevo a questão da amplitude a ser dada à expressão “dizer o mesmo”. Restringindo o termo equivalência a valor de verdade, é possível postular a existência de variações morfossintáticas e, ao mesmo tempo, depreender as restrições funcionais de alternância entre elas, respeitando, assim, o imperativo de distintividade entre as formas. Ainda que equivalentes em um nível estritamente referencial, formas diferentes desempenham tarefas comunicativas distintas, garantindo, assim, a sua individualidade (PAIVA, 1998, p. 92).

A teoria sociofuncionalista se definiu, de fato, no Brasil, no final dos anos 80, quando estudiosos do Funcionalismo linguístico, da década de 80, que se dedicavam à

⁴² O termo Sociofuncionalismo mantém o status de neologismo, ainda não sendo registrado no VOLP; no entanto, como ele pode ocorrer nos casos de neologia, mas destacamos o termo (negrito, itálico), por configurar-se um termo técnico ou um uso metalinguístico.

⁴³ A trajetória da evolução do pensamento científico revela períodos de eferescência. No século XIX, por exemplo, havia a busca de desvendar as leis que regiam o universo, tal qual a postulação das leis glóticas a exemplo das biológicas e físicas. Por outro lado, no século XX, o fulcro científico concentrou-se na revisão das teorias, no aprofundamento, no preenchimento de lacunas. Nas últimas décadas do milênio, para dar conta de muitas perguntas ainda não respondidas, houve a premência de buscar a conjunção de ideias ou postulados teóricos, são exemplos disso ainda a Socieconomia e a Ecolinguística. Para maior aprofundamento, sugerimos a leitura de “Explicações científicas: introdução à Filosofia das Ciências” (HEGENBERG, 1976).

gramaticalização e, ao mesmo tempo, estudiosos da Sociolinguística Variacionista postulada por Labov, na década de 80, unificaram seus estudos, nascendo de um grupo de estudos denominado PEUL/RJ (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua). Nesse âmbito de pesquisa, o objetivo era unificar conceitos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo norte-americano e analisar caminhos de uso variável que refletisse o processo comunicativo (NEVES, 1999).

Essa nova proposta de análise serve para a explicação de muitos fenômenos que ocorrem na língua, buscando articular elementos convergentes em direção as duas teorias considerando a língua real em uso. Ambas as teorias de *per si* e em conjunto têm como objeto de estudo a variabilidade como traço inerente às línguas naturais. Nessa lógica, o testemunho de Bybee (2010) é imprescindível, segundo avalia Tavares (2013) já que a pesquisadora norte-americana afirma que a variação linguística é o ponto crucial da junção (ou intersecção) entre os dois aportes teóricos.

Em 2000, Naro e Braga (2000), ao trabalharem, também, com a proposta de união das teorias, afirmavam que a Sociolinguística Variacionista laboviana, a partir da década de 1970 surge com um novo olhar para a variação, não só reconhecendo-a, mas assumindo que ela é inerente ao sistema linguístico e obedece a regularidades. Após aquela época, também, surge a gramaticalização com a ideia de renovação dos estudos linguísticos, apresentando conceitos diferentes para a análise linguística, mas preocupando com a variação.

Inicialmente, ambos os pesquisadores reconhecem a eficácia da união entre as duas teorias e procuram responder conjuntamente a seguinte questão controversa: em que medida a Sociolinguística Variacionista serviria para alguns estudos se eles tenderem a caminhar mais para uma análise funcionalista? Naro e Braga (2000) sustentavam que a variação que se desdobra do princípio da estratificação é passível de ser analisada a partir da metodologia quantitativa. Em contrapartida, a variação que se refere ao princípio de divergência é mais delicada. “É provável, porém, que nos estágios iniciais do processo de mudança as duas formas/estruturas tenham tido o mesmo sentido, condição para a aplicação da reanálise⁴⁴”. (NARO; BRAGA, 2000, p. 133).

No entanto, referindo-se às divergências existentes entre os dois processos, os autores ainda ressaltam a necessidade de perceber se elas são essenciais ou não, visto que o processo

⁴⁴Para explicar os mecanismos de mudança linguístico-cognitivo considerados pelo Sociofuncionalismo são utilizados recursos teóricos como a reanálise, a analogia, a metáfora, a metonímia, entre outros, pois funcionam nos percursos da gramaticalização e unidirecionalidade; porém, ressaltamos que trabalharemos, apenas, com a metáfora e a metonímia, pois foram os processos considerados como mais relevantes para o nosso estudo.

de variação reclama uma equivalência no nível semântico/denotativo entre as variantes, já a gramaticalização versa sobre o surgimento de novas formas de expressão.

Em 2003, Tavares reúne outros pontos nos quais as teorias em processo de união convergem, indo muito além da questão da variação, observando, por exemplo, que tanto a Sociolinguística quanto o Funcionalismo consideram para seus estudos a língua em uso, de natureza heterogênea. Nesse caso, o mais importante seria analisar como os falantes utilizam a linguagem em situações reais de comunicação, levando em conta o processo de interação. Inclusive, é a partir disso que a mudança linguística entendida como um processo contínuo e gradual torna-se possível de ser percebida e, posteriormente, analisada, pois fatores linguísticos e sociais interferem no processo de variação e mudança.

Outra questão que a teoria sociofuncionalista considera como relevante para seus estudos e também julgamos como imprescindível para essa pesquisa é a análise de natureza pancrônica. A partir dela, aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos são investigados, pois entendemos que eles só existam quando utilizados em um contexto discursivo o qual agregue os usos atuais e os históricos. Não nos é estranho o fato de que a língua apresenta uma “aparente estabilidade” (PAIVA; DUARTE, 2003). Nesse sentido, ambas as teorias investigam os estágios sucessivos da mudança, compreendendo que as mudanças no passado podem nos ensinar como se efetivam as mudanças futuras.

Ademais, do ponto de vista metodológico, o Sociofuncionalismo aduz a necessidade de quantificar, estatisticamente, as ocorrências, sendo que, para que isso se efetive, elas devem manter certa recorrência⁴⁵ na língua. Certamente, o processo de variação-mudança decorre da relação entre língua e sociedade, isto é, falantes de diferentes idade, gênero e escolaridade utilizam a língua de forma diferente, podendo influenciar o surgimento de formas inovadoras que se disseminam nos âmbitos linguístico e social. Destarte, no que diz respeito à relação existente entre variação e mudança, uma transcorre da outra, uma vez que, estudando a variação, “analisa-se uma etapa de mudança em que convergem os percursos de gramaticalização seguidos por cada (sic) uma das formas envolvidas” (TAVARES, 2013). No estudo da gramaticalização, a estratificação/variação é investigada ao longo do tempo, confirmando a proposta de estudo pancrônico. Logo, variação e mudança são campos propícios para a investigação da Sociolinguística e do Funcionalismo, bem como do Sociofuncionalismo.

⁴⁵ Segundo a Estatística, ao observarmos as repetições de dado fenômeno podemos controlar o número de ocorrências e como base nele estabelecer a probabilidade, o que no âmbito das Ciências Biológicas e Sociais convencionou-se denominar de “Inferência Estatística” (MAGALHÃES; LIMA, 2005).

Além disso, o Sociofuncionalismo trabalha com a hipótese de estratificação/variação, a primeira forma considerada pelo Funcionalismo e a segunda pela Sociolinguística. Apesar de serem categorizadas de maneira diferente, o processo é o mesmo e, nele, são consideradas diferentes formas convivam em um mesmo domínio funcional, cujo processo de gramaticalização influencia para que o item chegue ao domínio em questão. Essas camadas, na Sociolinguística, apresentam formas diferentes (variantes) e a mesma função. No Funcionalismo, apresentam a mesma forma com funções (categorias e/ou sentidos) diferenciados). Caso a estratificação/variação ocorra de maneira estável, não há evidências de mudança em curso, e sim de variação estável.

Outro ponto marcante da junção das duas teorias (Variacionista e Funcionalista) reside na utilização de *corpora*. Para Tavares (2003), no que concerne aos dados coletados, eles podem ser retirados de *corpora* diversos, inclusive da entrevista sociolinguística, que, por sinal, ressalta a autora, é uma excelente fonte de dados, pois fornece uma grande quantidade de elementos passíveis de serem analisados. Se, por acaso, os dados forem classificados como ambíguos, eles serão excluídos das análises quantitativas, mas não são descartados. Serão considerados para uma investigação do percurso da trajetória de mudança⁴⁶.

Diante disso, o Sociofuncionalismo caracteriza-se como uma área flexível, cujos pontos de ancoragem entre a Sociolinguística e o Funcionalismo vão sendo feitos a depender da necessidade teórica do estudo, amparado nesta nova proposta. É por conta desta flexibilidade que o Sociofuncionalismo está sempre se reinterpretando, reconstruindo-se e reconstituindo-se diante das discussões, absorvendo experiências das conversas que surgem sobre as duas teorias. “Trata-se de bate-papos que estão em progresso, isto é, o estágio em que se encontra(m) atualmente o(s) casamento(s) não é o de teoria(s) ou linha(s) de pesquisa já construída(s), fechada(s), com preceitos teórico-metodológicos totalmente definidos, mas sim o do processo de comunicação” (TAVARES, 2003, p.126). Realizado esse percurso teórico a fim de situar a análise que realizaremos, na sequência, apresentaremos o aparato metodológico que norteou a nossa pesquisa.

⁴⁶ Quando ocorrem dados ambíguos “entre um fator e outro de cada grupo de fatores não são excluídos da análise, e sim alocados em um ou outro dos fatores, de acordo com determinados critérios; prevê-se, porém, certa margem de erro” (TAVARES, 2013).

4 METODOLOGIA

Nesta seção, trazemos os percursos metodológicos trilhados na pesquisa com base nos postulados da Sociolinguística Variacionista. Assim, serão expostos o perfil da comunidade linguística observada, a seleção dos informantes, as variáveis linguísticas e extralinguísticas e os dados coletados. Inicialmente, apresentamos uma breve justificativa do uso da teoria da variação por nós adotada.

Em 1981, a renomada revista *Language* trazia um extenso artigo de autoria de Anthony Julius Naro, no qual o pesquisador apresentava suas inquietações sobre a mensuração quantitativa de dados e apontava uma das formas mais viáveis de tentar perceber como as estatísticas poderiam influenciar a compreensão da mudança em tempo aparente. Assim, *The social and structural dimensions of syntactic change* representaria, em sua época, uma tendência que marcaria a Sociolinguística chamada de “Quantitativa”.

Em relação ao suporte quantitativo ou estatístico, devemos pontuar que não é uma prerrogativa da Sociolinguística nem do Sociofuncionalismo. Quantificar, mensurar estatisticamente tornou-se, na segunda metade do século XX, uma tarefa atrelada ao fazer linguístico, de acordo com as necessidades explicativas de cada corrente de pensamento dentro da Linguística. No entanto, uma corrente dentro da Sociolinguística adotou o aporte estatístico o que lhe rendeu a denominação de “Quantitativa” em oposição, muitas vezes, à Interacional ou Qualitativa. O foco principal da Teoria da Variação (Sociolinguística Quantitativa) é saber o quanto que fatores linguísticos e extralinguísticos contribuem para a realização de variantes que estão em competição na língua. Nessa perspectiva, o modelo de análise proposto por Labov começava a investigar, quantitativamente, aspectos linguísticos relacionados a aspectos sociais, cujo propósito seria levar o pesquisador a sistematizar a variação linguística na esfera da pesquisa (TARALLO, 2007).

Segundo Tarallo (2007), no processo de análise de uma pesquisa quantitativa, no âmbito da Sociolinguística, os seguintes pontos devem ser realizados:

- 1) um levantamento exaustivo de dados da língua falada, para fins de análise, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade;
- 2) descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que constituem;
- 3) análise dos possíveis fatores condicionadores (linguísticos e não linguísticos) que favorecem o uso de uma variante sobre a(s) outra(s);
- 4) encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade: em que nível linguístico e social da comunidade a variável pode ser colocada;
- 5) projeção histórica da variável no sistema linguístico da comunidade (TARALLO, 2007, p.11).

Após seguir esse modelo de análise quantitativa, o fenômeno em variação observado pode ser sistematizado. É a partir daí que se obtém uma definição das regras variáveis condicionadas pelos fatos linguísticos e extralinguísticos.

No que diz respeito ao modo como os dados devem ser coletados, Labov (2008 [1972]) ressalta que a maneira mais confiável de aquisição dos dados é por meio da entrevista gravada que, de preferência, ocorra de forma espontânea, pois, assim, ela será menos monitorada. Para que a monitoração não se torne um problema na entrevista, o autor aconselha que o falante seja observado em seu âmbito social natural, uma vez que ele pode se sentir mais à vontade neste ambiente. A seguir, descrevemos a comunidade linguística observada.

4.1 A COMUNIDADE LINGUÍSTICA: VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

A cidade de Vitória da Conquista está localizada em uma região onde muitos povos indígenas, como Mogoió, Ymboré e Pataxó, habitaram. As aldeias que faziam parte deste território se espalharam por uma longa faixa, conhecida como o Sertão da Ressaca⁴⁷. O processo de colonização contra este povo foi intenso, pois os colonizadores queriam, a todo custo, expulsar os aborígenes destas terras e tomá-las como posse. Após todo o período de luta, pouco restou da cultura e tradição indígena no Sertão da Ressaca.

No que concerne à língua dos grupos indígenas que habitavam a região, Silva e Sousa (2013) afirmam que o sistema linguístico era constituído pelas línguas Kamacã (dialeto Mongoyó), Aymoré e Pataxó. Tanto os índios quanto os negros africanos, os afrodescendentes e os brancos europeus influenciaram na construção sociocultural e linguística da cidade.

Hoje, Vitória da Conquista conta com uma população de 306.866 habitantes, espalhados por um território com área de 3.405,580 km², segundo dados do IBGE. Apresentando como data de fundação 19 de Maio de 1840, Vitória da Conquista tem como uma das principais características a mobilidade e expansão comercial, sendo classificada como um dos mais importantes centros comerciais do sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais. Isso implica registrar que essa cidade atende a uma população de pouco mais de dois milhões de pessoas, advindas de cidades e regiões circunvizinhas. Porém, o que se podia perceber, até a década de 1940, era que a atividade econômica predominante na região era a

⁴⁷“O nome Sertão da Ressaca pode ser derivado tanto do fenômeno de invasão das águas dos rios sobre o sertão, semelhante ao fenômeno marinho, como da palavra ressaca, que corresponde à funda baía de mato baixo circundada por serras” (PMVC, 2016).

pecuária que, posteriormente, com a abertura da estrada Rio-Bahia (atual BR 116) e a estrada Ilhéus-Lapa, abriu espaço para a atividade comercial (PMVC, 2016).

Em 1783, essa cidade era conhecida como Arraial da Conquista, sendo que, em 1840, ela subiu de nível, passando a ser considerada como uma Vila, chamando-se Vila da Vitória. Por conta deste crescimento, ela separou do município de Caetité tido, até então, como sede de Vitória. Assim, foi em 1891 que Vitória passou a ser uma cidade conhecida como Conquista e, subsequentemente, com a Lei Estadual nº. 141, recebeu o nome definitivo de Vitória da Conquista (AMORIM, 2015).

Figura 2: Localização da cidade de Vitória da Conquista no mapa da Bahia.



4.2 A COLETA DOS DADOS

Os *corpora* utilizados nessa pesquisa são constituídos por 24 (vinte e quatro) entrevistas, sendo 12 (doze) do *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*corpus* PPVC) e 12 (doze) do *corpus* do Português Culto de Vitória da Conquista (*corpus* PCVC), ambos organizados pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo – Janus/CNPq. No que se refere à amostra utilizada, os informantes foram estratificados da seguinte maneira: (i) sexo (masculino/feminino), (ii) faixa etária (Faixa I: 15 a 35 anos; Faixa II: 36 a 49 anos; Faixa III: 50 anos ou mais) e grau de escolaridade (Popular: sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização; Culto: 11 anos ou mais de escolarização).

Os dados encontrados na amostra foram codificados e submetidos ao programa *GoldVarbX*. Vale ressaltar que a teoria sociofuncionalista considera o modelo quantitativo de

análise como melhor método para o julgamento dos dados, com base nos pressupostos da Teoria Variacionista.

Seguem os quadros (1) e (2) com a estratificação da amostra dos *corpora* PPVC e PCVC:

Quadro 1: Informantes do Português Popular de Vitória da Conquista - BA.

Informantes	Faixa Etária	Sexo
1. E.P.S	1	M
2. J.S.R	1	M
3. G.N.B	1	F
4. S.S.C	1	F
5. S.A.A	2	M
6. W.S.O	2	M
7. A.A.B	2	F
8. M.J.P.S	2	F
9. Z.S.N	3	M
10. J.A.P	3	M

Quadro 2: Informantes do Português Culto de Vitória da Conquista - BA.

Informantes	Faixa Etária	Sexo
1. P.U.G.B	1	M
2. J.L.S	1	M
3. M.M.M	1	F
4. C.B.S	1	F
5. H.F.D.S	2	M
6. R.F.V	2	M
7. A.C.M.G	2	F
8. A.S.A	2	F
9. D.A.O	3	M
10. J.B.D.F	3	M

No tópico seguinte, mostramos como os nossos *corpora* foram constituídos.

4.3 AS ENTREVISTAS

No processo de constituição dos *corpora*, seguiu-se o guia da tradição Sociolinguística sobre a coleta de dados através da fala espontânea do falante. As entrevistas foram feitas por um tempo de mais ou menos 60 minutos e transcritas com base na chave de transcrição preparada pelo professor Dante Lucchesi, atuando no Projeto Vertentes.

Para a execução da entrevista, utilizou-se um roteiro de perguntas (ver anexo 1) pré-estabelecido, sendo que essas perguntas instigavam o informante a elaborar respostas subjetivas sobre assuntos diversos, relacionados, ou não, a suas vidas. Neste caso, o entrevistador não pode interferir diretamente nas falas do informante, a não ser que ele perceba uma certa disposição do falante ao responder determinada pergunta. Diante de tal situação, o entrevistador tem a liberdade de modificar o roteiro de perguntas, tendo em vista que o propósito maior não é o de atender as respostas às perguntas, mas, sim, o de conseguir a fala espontânea dos informantes.

4.4 A VARIÁVEL DEPENDENTE

A variável dependente tomada como objeto de estudo nessa pesquisa consiste em dois itens linguísticos: a preposição *em* e a variante *ni* em um processo de coocorrência na fala dos conquistenses, configurando como uma variável binária. Como o processo de variação não se dá de forma livre, sendo regido por regras, consideramos algumas variáveis independentes (linguísticas e extralinguísticas) que influenciam na possibilidade de o falante utilizar um ou outro elemento. Como hipótese para esta variável, postulamos que, por ser a variante padrão do Português Brasileiro, a preposição *em* tende a ser a mais utilizada pelos falantes conquistenses.

4.5 AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Neste momento, versaremos sobre os aspectos linguísticos e extralinguísticos que podem condicionar a variação das preposições *em* e *ni*. Apresentamos, de início, as variáveis independentes linguísticas (estruturais). Depois, dedicamo-nos à discussão das variáveis independentes extralinguísticas (sociais).

4.5.1 As variáveis linguísticas

Para a análise⁴⁸ dos dados, controlamos as seguintes variáveis linguísticas: i) *funções da unidirecionalidade*; ii) *definitude do SN* eiii) *natureza sintática do SN*, que serão descritas a seguir.

4.5.1.1 Funções da Unidirecionalidade

Com base na hipótese da Unidirecionalidade, proposta pelos estudos da gramaticalização, os itens linguísticos *em* e *ni* apresentam uma tendência de abstratização semântica no que diz respeito ao nível significativo da preposição, a princípio, classificada apenas como locativa (FERRARI, 1997). Nesse sentido, os elementos que antes funcionavam, primordialmente, como preposições locativas, hoje, tendem a ser utilizados fazendo menção a Tempo e Texto, nas funções temporal e textual-discursiva respectivamente. Destarte, delimitamos como fatores de análise as seguintes subcategorias:

- Espaço;
- Tempo;
- Texto/Processo

Nessa perspectiva, pressupomos que os falantes do português popular e culto de Vitória da Conquista utilizam esses elementos fazendo menção a ESPAÇO >TEMPO > TEXTO/PROCESSO, apresentando, o uso da preposição *em* com o valor locativo, uma tendência a ser mais recorrente na fala desses indivíduos, pois este item é considerado como a forma canônica da norma padrão, sendo, portanto, utilizado, habitualmente, na função também canônica, ou seja, a locativa. Em contrapartida, a variante *ni* propende a ser mais utilizada nos sentidos temporal e textual-discursivo.

4.5.1.2 Definitude do SN

Em uma análise da variante *ni* no português dos Tongas, Baxter e Lopes (2006) notaram que ela estaria relacionada à definitude do SN, sendo que este elemento seria definido ou indefinido. Além disso, sugeriram que, ao analisar o item com base nessa variável, o pesquisador deveria verificar se a noção de *definido* estaria especificada ou não.

⁴⁸ Optamos, em detrimento de uma disposição metodológica, por apresentar os exemplos na seção de Análise e discussão dos dados.

Desse modo, definimos as seguintes subcategorias para a análise com a hipótese de que os contextos definidos favorecem o uso da preposição *em*, ao passo que o *ni* seria favorecido por contextos indefinidos:

- Definido (+ específico);
- Definido (- específico);
- Indefinido.

4.5.1.3 Natureza sintática do SN

Por não terem uma clareza quanto à definição, as preposições podem ser, comumente, confundidas com as conjunções. Para Perini (2006), as preposições têm, em geral, a função de modificar as classes gramaticais, sendo, então, um *reclassificador*. Nas gramáticas normativas, a preposição *em* pode ser introdutora de objeto indireto, complemento adverbial e adjunto adnominal. Dessa maneira, limitamos como para análise os seguintes fatores:

- Objeto Indireto;
- Complemento Adverbial;
- Adjunto Adnominal.

Diante disso, lançamos a hipótese de tanto a preposição *em* quanto a variante *ni* ocupariam estes lugares sintáticos na fala dos conquistenses.

4.5.2 As variáveis sociais

Em uma pesquisa, ao analisarmos os fatores sociais em uma variação linguística, buscamos identificar as influências que isso implica na língua, visto que entendemos a língua como um elemento heterogêneo e se desenvolve em uma cultura que, por sinal, é repleta de valores sociais.

Como variáveis sociais, controlamos os seguintes fatores para a análise: i) *sexo do informante*; ii) *faixa etária* e iii) *nível de escolaridade*. Passemos, então, a conhecê-las no âmbito de nosso estudo.

4.5.2.1 O sexo do informante

A pergunta que nos motiva a analisar a preposição *em* e a variante *ni* com base no sexo do informante é a seguinte: de que forma o sexo do informante pode influenciar no uso de fenômenos linguísticos variáveis? Tentaremos respondê-la em nossas análises.

De acordo com Paiva (2015), as principais diferenças linguísticas entre homens e mulheres podem ser encontradas no nível lexical. Por conta dos estereótipos que existem, a autora afirma que, nos países ocidentais, costuma haver um vocabulário específico para homens e mulheres e, ademais, quando uma mulher utiliza um vocabulário típico do ambiente masculino, é possível ouvir expressões como “não fica bem para uma garota falar assim”. Nas palavras da autora,

A análise da dimensão social da variação e da mudança linguística não pode ignorar, no entanto, que a maior ou menor ocorrência de certas variantes, principalmente daquelas que envolvem o binômio forma padrão/forma não padrão e o processo de implementação de mudanças estejam associadas ao gênero/sexo do falante e à forma de construção social dos papéis femininos e masculinos (PAIVA, 2015, p.34).

De acordo com as hipóteses clássicas, as mulheres tendiam a utilizar mais as formas prestigiadas, pois costumavam ficar mais dentro de casa, cuidando dos afazeres domésticos, e sendo, de forma mais destacada, a responsável, no espaço da casa na educação dos filhos. Em oposição a isso, os homens, que viajavam mais e tinham mais contato com outros grupos de indivíduos, apresentavam uma característica de fala mais inovadora.

Hoje, é possível notar uma diferença, uma vez que as mulheres não se limitam a ficar apenas cuidando da casa e procuram mercado de trabalho que seja diferente disso. A nossa hipótese, então, é de que há uma diferença sensível entre a fala dos homens e das mulheres, mas, ainda assim, as mulheres tendem a utilizar mais as formas de prestígio, no nosso caso, a preposição *em*.

4.5.2.2 A faixa etária

Ao analisar o desempenho linguístico por meio da faixa etária, o pesquisador pode perceber o nível de variação/mudança linguística que há na comunidade de fala que está sendo observada. Desse modo, se um elemento linguístico for considerado como inovador, a tendência é que os mais jovens utilizem-no em relação aos mais velhos.

Para esta questão, pressupomos que a faixa 1 tende a utilizar mais a preposição *em*, uma vez que ela é reconhecida pela norma padrão, e os jovens buscam uma forma de falar mais próxima da que se adequa ao mercado de trabalho.

4.5.2.3 O nível de escolaridade

É importante analisar a preposição *em* e a variante *ni* no nível de escolaridade, pois, quanto maior for o tempo de escolarização do indivíduo, a forma padrão, preposição *em*, tende a ser mais utilizada do que a variante *ni*.

Uma vez que nossa análise se concentra em dados do Português Culto e Popular, no nosso caso, definimos, como *popular*, informantes cujo letramento não tenha ocorrido ou com até cinco anos de escolarização. No que se refere ao português culto, consideramos como cultos os falantes com mais de 11 de escolaridade.

O *ni*, ainda, é uma variante estigmatizada, pois não se vê, nas gramáticas tradicionais, nenhuma menção a este item linguístico. Faraco (2008), em uma opinião sobre a categoria “norma culta”, afirma que isso nada mais é que uma tentativa de dominação de uma sociedade, pois o que era para ser considerado como uma variedade linguística torna-se uma imposição de uma norma padrão, demonstrando os diferentes conflitos histórico-sociais existentes na sociedade brasileira. Diante disso, a nossa hipótese para essa variável é que o uso da variante *ni* se concentra mais na fala dos informantes do português popular de Vitória da Conquista e, de maneira oposta, os falantes do português culto tendem a utilizar mais a preposição *em*.

Após a descrição do nosso objeto, da metodologia utilizada na pesquisa, e das variáveis linguísticas (estruturais) e extralinguísticas (sociais) controladas para a análise, passamos, na próxima seção, a apresentar os resultados da pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, expomos a análise e discussão dos dados obtidos na amostra recortada dos *corpora* Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC) e do Português Culto de Vitória da Conquista (PCVC). Após uma rodada geral dos dados no *GoldvarbX*, não houve a presença de nenhum *knockout* nos resultados; logo, não precisamos reestruturar nenhum grupo de fator. Então, com essa rodada, obtivemos os resultados percentuais e os pesos relativos necessários à análise que agora empreendemos, cujo nível de significância foi 0.003.

Na rodada geral, o Programa selecionou os seguintes grupos de fatores por ordem de significância:

- 1) Nível de escolaridade;
- 2) Funções da Unidirecionalidade;
- 3) Definitude do SN;
- 4) Faixa etária.

Como podemos perceber, foram selecionadas duas variáveis linguísticas e duas sociais. Para as variáveis que não foram selecionadas, exibiremos os resultados, mas nos aprofundaremos mais na análise das variáveis selecionadas.

5.1 RESULTADOS RELACIONADOS À VARIÁVEL DEPENDENTE NOS CORPORA

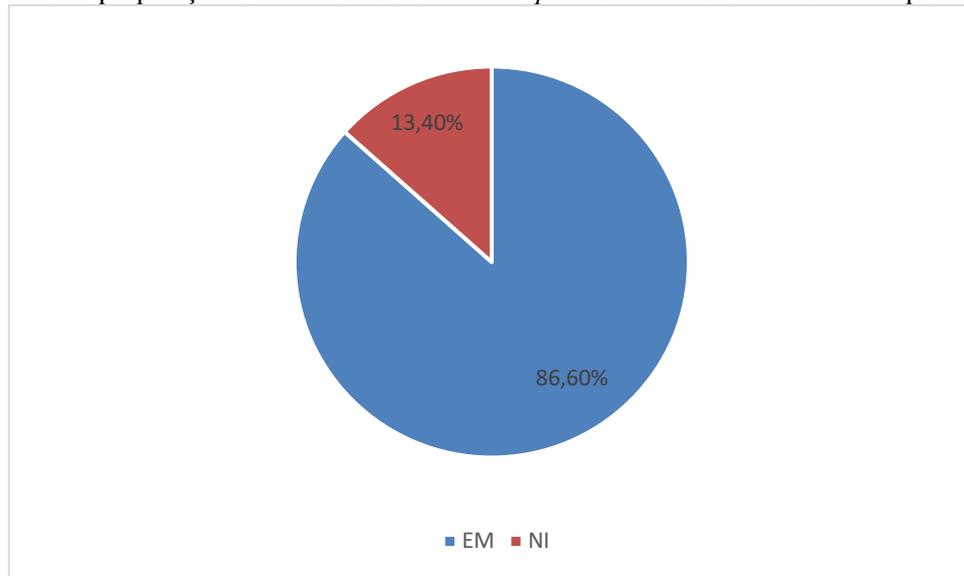
A primeira análise está relacionada aos resultados obtidos dos *corpora* pesquisados, nesse caso, o *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista e o *corpus* Português Culto de Vitória da Conquista. Os dados finalizam um total de 999 ocorrências, sendo 13,4% referindo-se ao uso do *ni* e 86,6% ao da preposição *em*, conforme descrito na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: A preposição *em* e a variante *ni* nos *corpora* PCVC e PPVC em dados percentuais

VARIANTES	TOTAL	%
EM	865/999	86,6%
NI	134/999	13,4%

Nessa variação da preposição *em* e da variante *ni*, percebemos que a preposição ainda é mais frequente que a forma variante, pois observamos que os dados do *ni* são poucos em relação aos da preposição *em*. Expomos o gráfico com a distribuição dessas variantes.

Gráfico 1: A preposição *em* e a variante *ni* nos *corpora* PCVC e PPVC em dados percentuais



No gráfico 1, notamos que a proporção da variação do *em*, encontrada nos dados, é bem maior do que o *ni*. Inferimos que, como a preposição é a forma canônica e reconhecida pela norma padrão, ela se sobressai na amostra analisada. Diante das ocorrências, podemos afirmar que a presença do *ni* indica que ele assume, em algumas situações, o lugar do *em*, como veremos na análise das outras variáveis linguísticas.

Alguns estudos no âmbito da Sociolinguística mostraram resultados parecidos com este, a saber:

- (i) Paes (2013) estudou a variante *ni* em um *corpus* constituído por 18 (dezoito) entrevistas feitas com informantes mulheres, naturais de Vitória da Conquista–BA. Nos resultados desta pesquisa, obtiveram-se os percentuais de 95% de ocorrências da preposição *em* e de 5% da variante *ni*.
- (ii) Souza (2015), ao estudar o vernáculo da comunidade de Matinha, zona rural de Feira de Santana–BA e o português popular e culto do centro urbano também de Feira de Santana, procurou mostrar algumas explicações para o *ni* no desempenho linguístico destes falantes. Desta forma, ao obter os dados da preposição *em* e da variante *ni* nesses *corpora*, notou que 98% das ocorrências referiam-se ao *em*, enquanto que apenas 2% diziam respeito ao *ni*.

Ao compararmos estas pesquisas com a nossa, depreendemos que os valores foram discrepantes sim (86,6%: EM; 13,4%: NI), mas não tanto quanto os das pesquisas de Paes (2013) e Souza (2015).

Na subseção 3.2.1.1, vimos que Hopper (1991), ao postular os cinco princípios da gramaticalização, pretendeu averiguar um grau de “mais” ou “menos” gramaticalizado às

formas linguísticas. Dessa forma, o nosso objeto de estudo se enquadra nos princípios de *estratificação e persistência*. Intencionamos mostrar que ambos os itens em análise, primeiramente, com base na *estratificação*, coexistem em um mesmo âmbito linguístico. Apesar de a preposição *em* aparecer com mais frequência nos dados, é possível encontrar o uso dela com a variante *ni* na fala de um mesmo informante e, mais ainda, em um mesmo turno conversacional. Vejamos o exemplo (39):

(39) Assim... tipo assim depois que eu... que eu passei a frequentá a igreja evangélica aí os hino na bíblia sempre fala... fala muito de... de você obedecê aí eu aprendi muita coisa assim **em** termo de obedecê... de você obedecê e tê sua vitória [tipo] assim aí fica marcado essas coisa que você aprendeu na bíblia fica **ni** sua mente assim (G.N.B., mulher, 24 anos).

Observamos, nesse excerto (39), o uso da preposição *em* e da variante *ni* pelo mesmo informante e em um mesmo turno conversacional. Em relação à preposição *em*, constatamos que ela foi utilizada com a função textual, uma vez que está esvaziada de carga semântica, funcionando na elaboração textual da fala. Já no que concerne ao *ni*, o seu uso se deu com a função locativa, pois os elementos que o entornam, neste contexto, evidenciam aspectos de sentido locativo da fala do informante (*ficar*: permanecer em algum lugar; *sua mente*: local).

Após esta análise, apresentamos outros dois exemplos que evidenciam o princípio da *persistência*: Observemos, então, os exemplos (40) e (41):

(40) Eu *tenho* uma irm'.... dua'... eu *tem* uma que mora lá e foi *ôta* pra lá agora... tem duas no caso, que mora **em** São Paulo (S.A.A., homem, 37 anos);

(41) Não. Eu acho qui até qui é barat0 as coisa0 aqui. P0a viver aqui **ni** Conquista é bom de viver, sobre esse negoc0o finance0ro é bom. O prob0ema é o trabalho que, nem sempre, a pessoa dá o qui você merece ganhar, entendeu? [...] (S.S.C., mulher, 34 anos).

Retomando o que foi exposto na subseção 3.2.1.1, o princípio da *persistência* consiste na permanência de alguns traços semânticos na forma gramaticalizada. Sendo assim, ao fazermos a análise dos excertos (40) e (41), constatamos que ambos os itens, o *em* e o *ni*, foram utilizados fazendo menção ao sentido locativo. No trecho (40), o informante fala sobre alguém que mora em um local, nesse caso, em São Paulo. Isso posto, a expressão “em São Paulo” configura-se como complemento circunstancial⁴⁹ do verbo “morar” ou, uma vez que ele, quanto à transitividade verbal, é classificado como intransitivo.

⁴⁹ Said Ali (1964) reconhece a dificuldade em relacionar esse tipo de objeto indireto a outros casos semelhantes que corresponderiam ao dativo, portanto, para resolver a questão emprega a forma “objeto indireto circunstancial” (SAID ALI, 1964, p. 164-165)

Em relação ao fragmento (41), a variante *ni*, também, faz alusão ao sentido locativo, dado que, da mesma forma que no excerto (40), a expressão “*ni Conquista*”, um local, exerce a função sintática de complemento circunstancial, pois, da mesma forma que o verbo “*morar*”, o verbo “*viver*” é classificado como intransitivo.

Avançando na discussão, com o intuito de entendermos o processo de variação no uso da preposição *em* e da variante *ni* nos *corpora* PPVC e PCVC, expomos os resultados das análises a partir das variáveis linguísticas selecionadas pelo *GoldvarbX*.

5.2 RESULTADO DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Conforme exposto, as variáveis linguísticas selecionadas pelo programa *GoldVarbX* foram as seguintes: i) *Funções da Unidirecionalidade* e ii) *Definitude do SN*.

5.2.1 Funções da Unidirecionalidade

A primeira variável linguística selecionada foi *Funções da Unidirecionalidade*. Segue a tabela 2 com os resultados:

Tabela 2: Variável *Funções da Unidirecionalidade* nos *corpora* PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo

Fatores	EM			NI		
	Nº	%	P.R.	Nº	%	P.R.
Espaço	469/568	82,6	0,380	99/568	17,4	0,620
Tempo	175/182	96,2	0,833	7/182	3,8	0,167
Texto/Processo	221/249	88,8	0,485	28/249	11,2	0,515

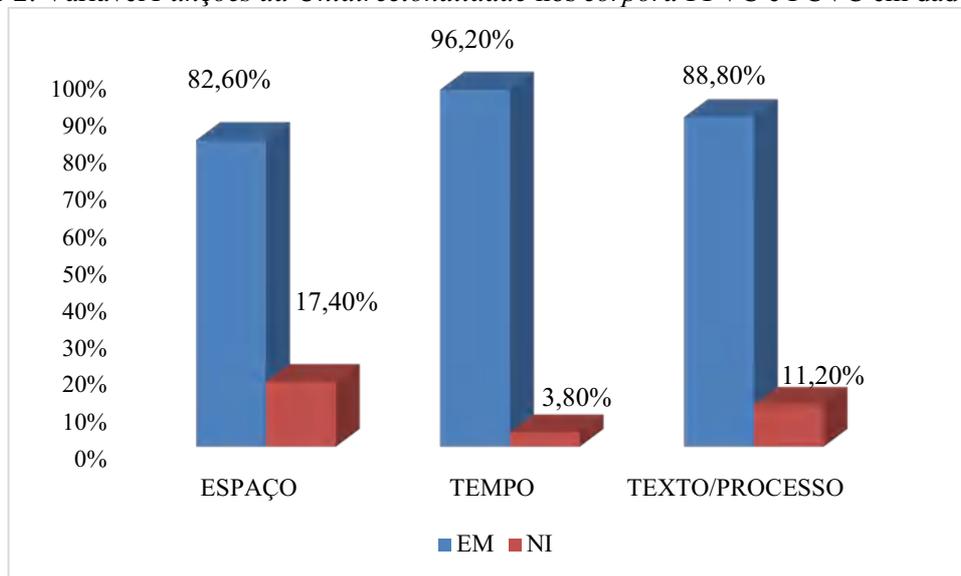
Para essa variável, definimos os seguintes fatores de análise: *Espaço*, *Tempo* e *Texto/Processo*. O fator *Espaço* teve um total de 469/568 ocorrências da preposição *em* e 99/568 da variante *ni*, totalizando uma frequência de 82,6% e 17,4%, respectivamente. Ainda que a preposição *em* seja a forma canônica e, conseqüentemente, a mais utilizada pelos informantes conquistenses, percebemos que o sentido *locativo* favorece o uso do *ni*, apresentando o peso relativo de 0.620.

Concernente aos outros fatores da análise, constatamos que, no sentido temporal, o *em* apresentou um total de ocorrências 175/182, enquanto que o *ni* obteve 7/182 dos dados analisados. Isso posto, em frequência, totalizou 96,2% de *em* e 3,8% de *ni*. Então, houve uma

diferença considerável no uso dos itens, referindo-se a *tempo*, sendo que, tendo o peso relativo de 0.833, esse sentido favoreceu mais o uso da preposição *em* do que da variante.

Por fim, nos contextos relacionados ao fator *texto/processo*, a preposição *em*, assim como no fator acima, foi a mais frequente nos dados analisados, totalizando a quantidade de 221/249 das ocorrências encontradas, isto é, 88,8% em percentual. Por outro lado, a variante *ni* foi encontrada em, apenas, 28/249 ocorrências, tendo uma frequência de 11,2%. Assim sendo, com o peso relativo de 0.515, o uso da variante *ni* foi mais favorecido no sentido em questão. A seguir, mostramos o gráfico (2) para melhor visualizarmos a proporção:

Gráfico 2: Variável *Funções da Unidirecionalidade* nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais



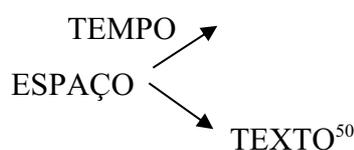
Após essa análise, podemos afirmar que a nossa hipótese não foi comprovada, uma vez que a variante *ni* foi mais aplicável em contextos que designam as ideias de lugar e texto/processo. Já no que diz respeito à preposição *em*, ela é mais utilizada em situações cujo sentido é voltado para tempo. Percebemos, diante disso, que a variação *em/ni* se encaixa em mais um dos princípios postulados por Hopper (1991), sendo ele a *especialização*. Retomando, esse princípio está relacionado a variedades linguísticas que, dentro de um domínio funcional, especializa-se mais em determinada função. Como vimos, enquanto o *ni* é mais utilizado em contextos locativos e textuais, a preposição *em* é mais empregada quando as situações denotam uma carga semântica mais temporal.

As pesquisas de Paes (2013) e Souza (2015) apresentam alguns elementos diferentes do que ocorreu no nosso estudo, ora em função do tipo de variável escolhida, ora em função

dos valores encontrados. Vale ressaltar que os fatores de análise destes estudiosos não são idênticos aos que estabelecemos para esta pesquisa:

- (i) No estudo de Paes (2013), a variável que se assemelha à do nosso estudo foi denominada como “Valor semântico do sintagma preposicional e o condicionamento do NI”. Além disso, a autora definiu os seguintes fatores para análise: *ser vivo*; *tempo*; *lugar abstrato ou virtual*; *lugar concreto*; *outras circunstâncias*; *outro*; *instrumento*; *nome abstrato* e *partes do corpo*. Diante disso, como resultado, a estudiosa afirma que os sintagmas com valor semântico de *ser vivo* e *tempo* são os que mais favorecem o uso do *ni*, tendo cada um o peso relativo de 0.97 e 0.72, respectivamente.
- (ii) Na pesquisa realizada por Souza (2015), cuja variável recebe a nomenclatura “Traço semântico do SN”, percebemos que os fatores foram classificados como dois: *lugar* e *não-lugar*. Isso posto, os resultados apresentados pelo autor foram descritos da seguinte maneira: o fator *lugar* (.60) favoreceu o uso do *ni* em sintagmas com esse valor semântico.

Os sentidos postulados por nós remetem-nos ao processo de *unidirecionalidade* já discutido na seção 3.2.1.1. Recuperando o que foi dito, nesse elemento, estão envolvidos aspectos relacionados à cognição, ao contexto sociocultural e comunicativo do falante, pois estes fatores implicam o processo de variação e mudança linguística (MARTELOTA, 2003). Além disso, as metáforas são grandes propulsoras dos mecanismos de desenvolvimento de categorias gramaticais, sendo que essas categorias, uma vez influenciada pelo processo de gramaticalização, tendem a se abstratizarem. Isso ocorre quando elementos linguísticos que apresentam funções concretas passam a desencadear os seus usos em funções mais abstratas, como é o caso da preposição *em* e da variante *ni* ao seguirem a seguinte escala unidirecional (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991):



⁵⁰ Como já foi relatado na seção 2.2, Mattos e Silva (1989) também fazia esta classificação para a preposição *em*, inclusive, apresentando até alguns exemplos.

Então, tomando como base o processo unidirecional, percebemos que, tanto a preposição *em* quanto a variante *ni* apresentam os três sentidos mencionados. Em sequência, apresentamos alguns excertos de fala, cuja ocorrência do *em* e do *ni* esteja presente, evidenciando o uso desses itens nos sentidos *locativo*, *temporal* e *textual*. Vejamos:

- (42) **Locativo (EM):** eu acho muito legal *morá* aqui **em** Conquista porque eu gosto de cidade pequena eu gosto do clima daqui é... as pessoas que eu conheço são legais... tipo, é bom *passá* na rua e conhecê todo mundo, *conhecê* os locais e como a cidade não é tão grande aí tem como fazê isso, é bem aconchegante (P.U.G.B., homem, 20 anos);
- (43) **Locativo (NI):** bom... eu, essas perguntas me pegam muito porque sei lá, eu [num] vou **ni** hospital, odeio hospital, não conheço ninguém que trabalha e a gente sabe das coisas assim, ne?! [...] (P.U.G.B., homem, 20 anos);
- (44) **Temporal (EM):** aí a gente conversava muito brig... brincava, fazia as coisas lá de irmão, né?! Besteira... mas hoje **em** dia nem brigá a gente briga mais, porque, sei lá, não tem tempo pra isso [P.U.G.B. – M – PCVC – FAIXA 1] (P.U.G.B., homem, 20 anos);
- (45) **Temporal (NI):** [...] *faltano* um mês pra ele completá dezoito ano e fica de maior, ele *num* responsável pelo aquilo que ele fez, ele é de menor, ele matô duas pessoas, dois ser humano e vinte [e] quatro hora depois ele ‘tava solto [em] liberdade pra podê matá mais dois ou dez ou vinte né, então eu mudava a lei do país, se eu... se eu tenho a capacidade de pensá em matá, eu tenho a capacidade de pensá em... em respondê [pelo] aquele ato que eu cometi, então a lei do país tinha que sê mudada, eu creio que... eu lembro de coisa que eu... todas as coisa que eu fiz **ni** minha infância eu lembro de, *num* lembro assim de cinco ano, mas de... de dez ano assim *vamo* supô [...] (D.A.O., homem, 51 anos);
- (46) **Textual - discursivo (EM):** foi eu e uma amiga minha, Leilane, a gente junto, sei lá, a gente tava sentado sem *fazê* nada falei: “Leila, vamos *montá* uma peça?” ela “bora” aí a gente começou a *pesquisá*, aí a gente pegou uma peça que eu escrevi um “inventário de um sonho” transformamos **em** um musical a gente adicionou umas músicas a ela, pegamos o saltimbancos que é uma peça de Chico Buarque aí resolvemos montar essas duas, aí a gente conseguiu uma pauta no teatro naquela época era mais fácil, aí foi lá e a gente abriu, uma pessoa começou a falar com outra, aí acabou que vieram umas quarenta pessoas, pra essa oficina de teatro, aí com o passar do tempo foi diminuindo... diminuindo... aí a gente teve que *mudá* de *lugá* por conta da pauta do teatro... e a gente ensaiava à tarde, na época. Aí, agora, agora não, a gente começou a ensaiar à noite, por conta das aulas (P.U.G.B., homem, 20 anos);
- (47) **Textual (NI):** cê querer se amostrá pra ninguém mas você vai crescer **ni** espírito em graça, né (J.V.B., mulher, 54 anos).

Nos exemplos (42) e (43), os sintagmas “em Conquista” e “ni hospital” possuem alguns aspectos que caracterizam os lugares a que o informante faz referência. Por

exemplo, Vitória da Conquista é uma cidade e hospital é um local onde pessoas enfermas costumam ir..

É possível perceber, nos fragmentos (44) e (45), que ambos os itens, *em* e *ni*, fazem parte de sintagmas com sentidos temporais. Então, “hoje em dia” e “ni minha infância” aludem a uma ideia de período, visto que o primeiro sintagma se configura como uma expressão adverbial de tempo, e o segundo nos fornece a informação de um momento em que determinado fato na vida do informante ocorreu. Enfim, os trechos (46) e (47), com os sintagmas “transformamos em um musical” e “crescer ni espírito” trazem uma carga semântica esvaziada de sentido, funcionando, portanto, como elementos que possibilitam a relação textual.

Com base na análise feita, vimos que, tanto a preposição *em* quanto a variante *ni* são utilizadas em contextos locativos, temporais e textual-discursivos. Além disso, temos, ainda, um processo de abstratização do sentido, indo do sentido locativo, postulado por nós como o mais concreto, para o textual, portanto, o mais abstrato. Ressaltamos, assim, que ambos os itens passam por essa abstratização, pois funcionam nos dois contextos.

Na próxima subseção, analisaremos a variação do *em* e do *ni* com base na variável *Definitude do SN*.

5.2.2 Definitude do SN

O segundo grupo selecionado teve como fatores o sintagma *definido* [+específico], *definido* [-específico] e *indefinido*. O sintagma com característica de *definido* [+específico] apresentou 280/315 (88,9%) casos da preposição *em* e 35/315 (11,1%) da variante *ni*. No que se refere ao sintagma *definido* [-específico], os resultados foram 270/314 (86%) ocorrências sobre a preposição *em* e 44/314 (14%) ocorrências sobre o *ni*. Então, o *em* foi mais frequente, ao passo que o *ni* foi menos frequente. Por fim, em sintagmas com valor *indefinido*, os resultados voltados para o *em* foram 315/370 (85,1%) ocorrências, com uma frequência de 85,1%, enquanto que o *ni* apresentou um total de 55/370 (14,9%), conforme a tabela 3:

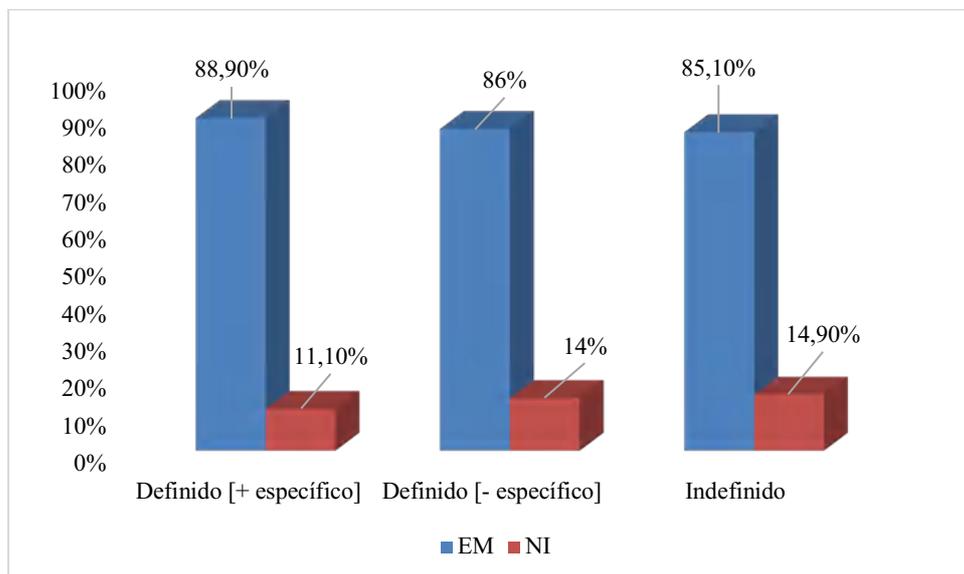
Tabela 3: Variável *Definitude do SN* nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo.

Fatores	EM			NI		
	Nº	%	P.R.	Nº	%	P.R.
Definido [+específico]	280/315	88,9	0,591	35/315	11,1	0,409
Definido [-específico]	270/314	86	0,607	44/314	14	0,393
Indefinido	315/370	85,1	0,336	55/370	14,9	0,664

Ainda com base nos resultados, em referência ao fator *definido* [+específico], por ele apresentar o peso relativo de 0.591 para o *em*, notamos que a preposição *em* tem maior tendência de aparecer nesses contextos do que a variante *ni*, porém, o valor não foi tão discrepante, já que o *ni* apresentou um peso relativo de 0.409. O mesmo caso ocorre com o fator *definido* [-específico], mas com uma diferença mais notável. Nesse caso específico, o peso relativo da preposição *em* foi de 0.607 (*ni*: 0.393), evidenciando que a preposição é favorecida nos sintagmas *definido* [-específico]. Em relação ao fator *indefinido*, com o peso relativo de 0.664, os contextos de sintagmas indefinidos favorecem o uso do *ni* ao invés de ser a preposição *em*. Então, chegamos à conclusão de que, quanto mais definido for o sintagma, menor será a probabilidade de uso do *ni*. Uma possível explicação para isso seria devido ao fato de os artigos definidos serem bastante utilizados pelos falantes, então, eles tendem a utilizar o *em* em junção com os artigos definidos *a* e *o*, resultando em *na* e *no*; porém, não há uma aglutinação específica para a forma *ni*.

O gráfico 3 reflete os resultados por nós coligidos.

Gráfico 3: Variável *Definitude do SN* nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais



Em outros estudos sobre o *ni*, encontramos a análise dessa variável nos textos de Baxter e Lopes (2006) e Souza (2015):

- i) Ao estudar o português dos Tongas, Baxter e Lopes (2006) mostraram que os pesos relativos do fator *definitude do SN* foram neutros, mas houve um sensível favorecimento para a utilização do *ni* em sintagmas mais definidos. Segundo os autores, isso pode ter ocorrido pelo fato de os falantes das faixas II e III serem, ainda, bilíngues e não terem adotado o artigo definido na estrutura gramatical internalizada. Inclusive, foram esses autores que recomendaram a análise de fatores, que evidenciassem o grau de definitude dos sintagmas nominais, como *indefinido*, *definido* [+específico] e *definido* [-específico].
- ii) Souza (2015) apresentou resultados parecidos com os nossos, uma vez que, na pesquisa do referido autor, o sintagma *indefinido* favoreceu o uso da variante *ni*, com o peso relativo de 0.70, sendo que os outros sintagmas, *definido* [+específico] e *definido* [-específico], obtiveram os pesos relativos de 0.30 e 0.53, respectivamente.

Vejamos, agora, algumas ocorrências que evidenciam o uso do *em* e do *ni* em contexto *definido* [+específico], *definido* [-específico] e *indefinido*:

- (48) **Definido [+específico] (EM):** [...] aí eu gastava quinze dias de fortaleza pra'qui, quinze dias daqui pra são Paulo, e a gente muitas vez fazendo **em** trinta dia, de Fortaleza pra São Paulo, aqui eu chegava com quinze dias de viagem de viagem, e cuidava do carro [...] (Z.S.N., homem, 86 anos);
- (49) **Definido [+específico] (NI):** [...] faltano um mês pra ele completá dezoito ano e fica de maior, ele num responsável pelo aquilo que ele fez, ele é de menor, ele matô duas pessoas, dois ser humano e vinte [e] quatro hora depois ele 'tava solto [em] liberdade pra podê matá mais dois ou dez ou vinte né, então eu mudava a lei do país, se eu... se eu tenho a capacidade de pensá em matá, eu tenho a capacidade de pensá em... em respondê [pelo] aquele ato que eu cometi, então a lei do país tinha que sê mudada, eu creio que... eu lembro de coisa que eu... todas as coisa que eu fiz **ni** minha infância eu lembro de, num lembro assim de cinco ano, mas de... de dez ano assim vamo supô assim um homem a responsabilidade que... que eu tinha que eu lembro até hoje, de nove ano em diante eu [já] a responsabilidade que meu pai passava pra mim, [...] (D.A.O., homem, 51 anos);
- (50) **Definido [-específico] (EM):** Não, são todos iguais assim... no caso... no caso tem umas prima minha mas que mora **em** São Paulo por causa do sotaque, né? de São Paulo mais... aqui mesmo aqui não... Conquista não (G.N.B., mulher, 24 anos);

- (51) **Definido [-específico] (NI):** Ah, eu... pra mim... eu ‘tive numa situação que eu... eu me lembro, né? Que eu pedi... socorro urgente foi a Jesus Cristo... pra ele me tirá daquele lamaçal que eu vivia, né? ‘que eu nunca fui assim... no tempo que eu... que eu num era crente eu nunca fiquei assim **ni** bebedêra, mas de vez em quando surgia, né? [...] (J.A.P., homem, 79 anos);
- (52) **Indefinido (EM):** assim, além de dá aula e *atuá* eu não me vejo **em** outro lugá, assim por enquanto tava tentando *arrumá* emprego e em escritório, algum assim, só que eu vejo que num é uma coisa pra mim, eu tenho vontade de dá aula, de expressar o que acho, de *aprendê* e de *passá* o que eu aprendi (P.U.G.B., homem, 20 anos);
- (53) **Indefinido (NI):** Assim, quando eu tô *viajano* não... foco mais *naonde* que eu vô {risos} só mermo quando eu ‘tô aqui...que eu... vô **nialgum** lugá assim que eu gosto, aí... eu sinto falta depois, mas ‘*tano* fora não (S.A.A., homem, 37 anos);

Nos exemplos (48) e (49), depreendemos que os informantes utilizam os sintagmas “em trinta dias” e “ni minha infância”, respectivamente, com uma ideia mais precisa. Em (48), o informante narra sobre um período de sua vida, em que ele viajava para trabalhar. Durante esse período, ele especifica o tempo em que ficou viajando de Fortaleza para São Paulo, isto é, trinta dias. No caso de (49), o informante afirma que se lembra de todas as coisas que fez na sua infância. Nessa situação, o pronome possessivo “minha” acrescenta ao termo “infância” um grau de especificidade, uma vez que a infância relatada não é a de outra pessoa, e sim a da própria informante.

Em (50) e (51), observamos que, apesar de os indivíduos definirem o que estão dizendo através dos sintagmas “em São Paulo” e “ni bebedeira”, não há uma especificidade nos ambientes mencionados. O sintagma “em São Paulo”, exemplo (50), por ser uma cidade, é considerado como definido [-específico] por Ferrari (1997), pois, de acordo com a autora, isso configura um caso de metonímia, uma vez que, quando um falante afirma que mora em São Paulo, na verdade, ele mora em algum lugar de São Paulo, ou seja, não especifica qual local é esse. Já no caso do exemplo (51), cujo sintagma é “ni bebedeira” mostra que o falante definiu o ambiente abstrato em que não gosta de estar, mas não elenca elementos suficientes para especificar esse ambiente, nesse caso, deixou mais generalizado. Isso posto, podemos concluir que os ambientes citados pelos informantes carregam um grau definidos, mas não específico.

Ao contrário dos exemplos anteriores, em (52) e (53), temos evidências de sintagmas indefinidos que, apesar desse contexto ter favorecido o uso do *ni*, encontramos, também, exemplos da preposição *em*. Assim, o fragmento (52) apresenta o sintagma “em outro lugar”, constituído pelo pronome indefinido “outro”. No excerto (53), temos o sintagma “ni algum lugar” que, similarmente, tem a presença do pronome indefinido “algum”. Diante disso,

afirmamos que, quando o sintagma apresenta palavras de sentido genérico e indefinido, a sua indefinição é comprovada.

Apesar de a variável linguística *Natureza sintática do SN* não ter sido selecionada pelo programa, optamos por apresentar os dados referentes a essa variável, uma vez que, segundo Guy e Zilles (2007), não podemos, simplesmente, descartar os resultados considerados como não significativos pelo *GoldvarbX*.

5.3 RESULTADO DA VARIÁVEL LINGUÍSTICA NÃO SELECIONADA

A variável *Natureza sintática do SN* não foi selecionada como estatisticamente relevante pelo programa *GoldvarbX*. A seguir, apresentamos os resultados percentuais dessa variável.

5.3.1 Natureza sintática do SN

A tabela 4 mostra os resultados da variável linguística que não foi selecionada como estatisticamente relevante pelo programa:

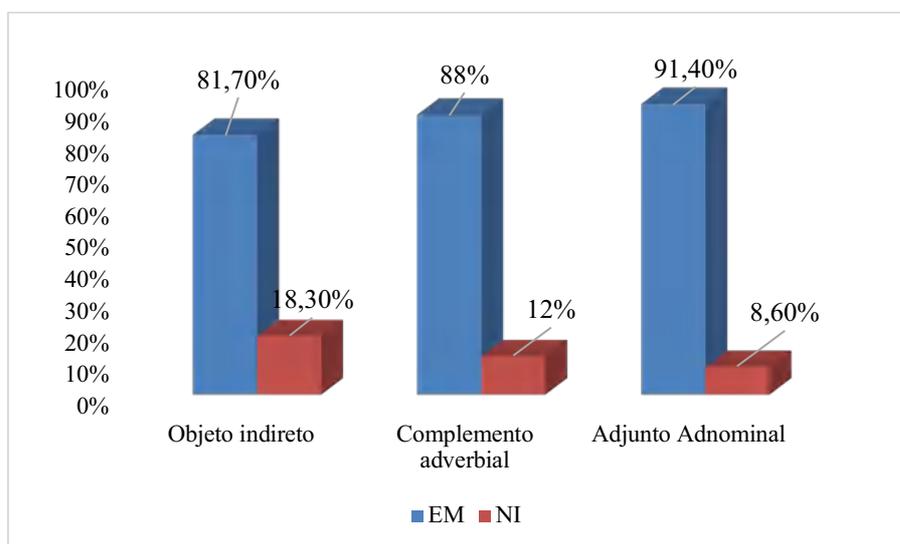
Tabela 4: Variável *Natureza sintática do SN* em dados percentuais

Fatores	Nº/EM	%	Nº/NI	%
Objeto Indireto	210/257	81,7	47/257	18,3
Complemento Adverbial	499/567	88	68/567	12
Adjunto Adnominal	85/93	91,4	8/93	8,6

Na variável *Natureza sintática do SN*, notamos que, no fator *Objeto direto*, a preposição *em* foi mais produtiva, totalizando 210/257 casos, com uma frequência de 81,7%. Por outro lado, a variante *ni* foi realizada em 47/257 ocorrências, representando 18,3% dos dados analisados. Em relação ao fator *Complemento adverbial*, houve 499/567 usos do *em*, correspondendo a 88% das ocorrências, sendo que, referindo-se ao *ni*, os dados totalizaram 68/567 ocorrências, com um percentual de 12%. Em contextos associados ao fator *Adjunto adnominal*, a preposição *em* ocorreu, mais uma vez, com maior frequência, atingindo 85/93 dados e 91,4%. A variante *ni* totalizou 8/93 ocorrências, tendo uma frequência de 8,6%. Os resultados mostrados na tabela 4 comprovam a nossa hipótese de que tanto a preposição *em*

quanto a variante *ni* ocupam os lugares sintáticos descritos na variável em destaque nos *corpora* de Vitória da Conquista. Segue o gráfico 4 com a proporção desses dados:

Gráfico 4: Variável *Natureza sintática do SN* nos *corpora* PPVC e PCVC em termos percentuais



5.4 RESULTADO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

Na próxima subseção, apresentamos o resultado da análise dos dados, levando em consideração as variáveis extralinguísticas (sociais) selecionadas e não selecionadas pelo programa, a saber: i) *Faixa Etária*, ii) *Nível de escolaridade* e iii) *Sexo do informante*.

5.4.1 Faixa Etária

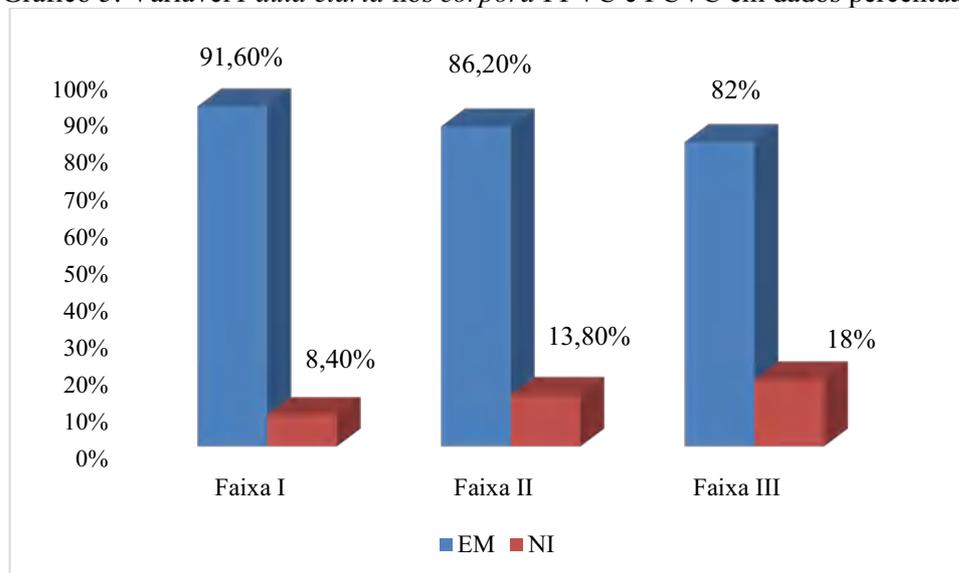
Analisar a variável *Faixa etária* é muito pertinente, dado que é por meio dela que percebemos se os jovens tendem a utilizar a forma padrão *em* ou a variante *ni*. Detalhamos os resultados dessa variável na tabela 5:

Tabela 5: Variável *Faixa etária* nos *corpora* PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo

Fatores	EM			NI		
	Nº	%	P.R.	Nº	%	P.R.
Faixa I	284/310	91,6	0,615	26/310	8,4	0,385
Faixa II	330/383	86,2	0,500	53/383	13,8	0,500
Faixa III	251/306	82	0,383	55/306	18	0,617

Pelos resultados, notamos que a tendência, da primeira faixa, é um favorecimento do uso da preposição *em*, pois, neste fator, o elemento *em* apresentou um peso relativo de 0.615, num total de 284/310 ocorrências, com frequência de 91,6% dos dados. Já na faixa II, o uso da forma canônica, com frequência de 86,2% e da variante (13,8%) se mostrou neutro, uma vez que o peso relativo para ambos os itens foi de 0.500. Foi na faixa III que os resultados se mostraram diferentes do que ocorreu com as duas outras. Não obstante o *em* ter tido uma maior produtividade (82%) na última faixa, o peso relativo de 0.617 demonstra o favorecimento no emprego do *ni* na fala dos informantes conquistenses. Visualizamos melhor esses resultados a partir da frequência apresentada no gráfico 5:

Gráfico 5: Variável *Faixa etária* nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais



Segundo Lucchesi (2012), quando as primeiras faixas etárias apresentam uma maior tendência no uso da variante padrão, há indícios de que isso configure um processo de variação estável, de acordo com os postulados vigentes na abordagem de *tempo aparente*. Segundo Lucchesi (2012), o falante, ao entrar no mercado de trabalho, sofre pressões sociais, o que o leva a alterar o seu comportamento linguístico em direção às variantes de maior prestígio social. Ao se aposentar, as pressões sociais são reduzidas, ocasionando a redução do monitoramento linguístico feito por ele. Enfim, como resultado disso, o jovem tende a se aproximar do uso das variantes linguísticas, que são prestigiadas pela norma padrão. Diante desse fato, a hipótese foi comprovada pelo fato de a preposição *em* ter apresentado uma

frequência maior na faixa I (91,6%) e, conforme a faixa vai aumentando a idade, o uso dessa formadecai sensivelmente (Faixa II: 86,2%; faixa III: 82%).

Nos trabalhos de Paes (2013) e Souza (2015), encontramos resultados que corroboram o que foi apresentado na nossa pesquisa:

- i) O resultado apresentado por Paes (2013) em relação a essa variável social mostrou que, na fala dos informantes conquistenses, a faixa etária III foi a que mais favoreceu o uso da variante *ni* (peso relativo .94), seguida da faixa I (0.47) e, por último, a faixa II (0.14). Diante disso, a autora postula que o fato de os informantes da faixa II apresentarem um declínio em relação ao uso do *ni* pode ter sido influenciado pelo estabelecimento deles no mercado de trabalho. E, concluindo, por a faixa III ter apresentado uma tendência para a utilização do *ni*, a estudiosa explica que esse resultado pode dar indícios de que houve a prevalência da variante em outra fase do português de Vitória da Conquista.
- ii) Souza (2015) exibiu os resultados encontrados em duas faixas etárias de informantes do português popular de Feira de Santana: faixa I e faixa II. Segundo o autor, a faixa II, cujos informantes são caracterizados por serem mais velhos, favoreceu o emprego do *ni*, com um peso relativo de 0.67, ao passo que a faixa I apresentou um peso relativo de 0.36. Ao contrário de Paes (2013), que atribui o baixo uso do *ni* em faixas mais jovens ao mercado de trabalho, Souza (2015) advoga que, no caso da pesquisa dele, o fato de a faixa I ter utilizado o *ni* em menor número de vezes deve-se à influência que os ambientes sociais exercem sobre a vida desses indivíduos, por exemplo, igrejas, associações etc. ou, até mesmo, a influência das escolas.

Na próxima subseção, analisaremos os resultados da variável *nível de escolaridade*, também, selecionada como estatisticamente relevante pelo *GoldvarbX*.

5.4.2 Nível de escolaridade

Nesta pesquisa, analisar o nível de escolaridade do falante permite verificar como o falante popular e culto se comportam linguisticamente em relação ao uso das variantes *em* e *ni*. Passemos, então, à exibição dos dados na tabela 6:

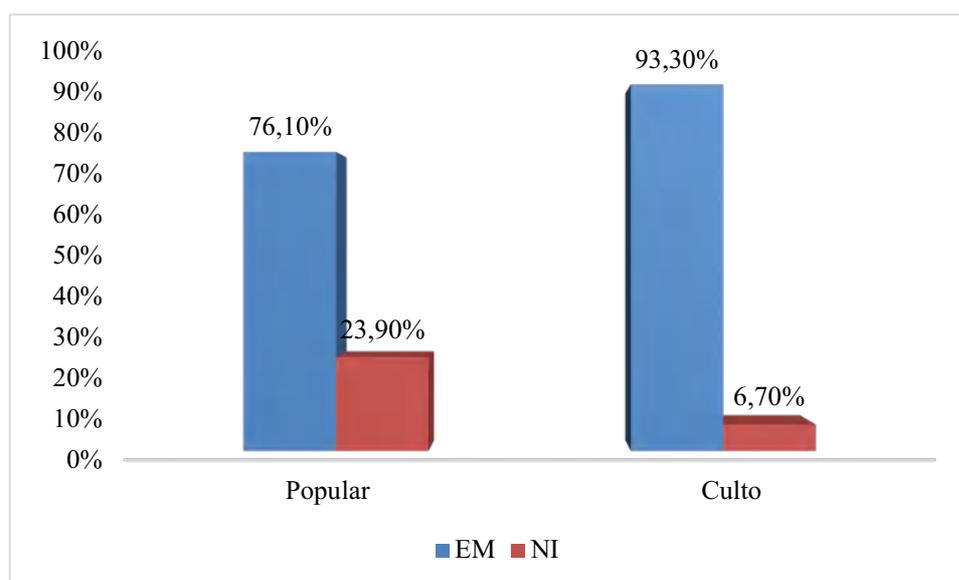
Tabela 6: Variável *Nível de escolaridade* nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais e peso relativo

Fatores	EM			NI		
	Nº	%	P.R.	Nº	%	P.R.
Popular	296/389	76,1	0.275	93/389	23,9	0.725
Culto	569/610	93,3	0.650	41/610	6,7	0.350

O *nível de escolaridade* foi a segunda variável social escolhida pelo programa estatístico. Os fatores desse grupo, conforme descrito, anteriormente, na subseção 4.5.2.3 foram *popular* e *culito*, de acordo com os níveis de escolaridade dos entrevistados. Diante disso, segundo os valores mostrados na tabela 6, os informantes do PPVC apresentaram 296/389 ocorrências de *em* (76,1%) e 93/389 de *ni* (23,9%). Já os que possuíam acima de 11 anos de escolarização tiveram um total de 569/610 dados da preposição *em* (93,3%) e 41/610 da variante *ni* (6,7%).

O fator *popular* apresentou um peso relativo de 0.725 para o *ni*, deixando evidente o favorecimento do uso do item nesse fator. Em contrapartida, o português *culito* favoreceu o uso do *em*, com o peso relativo de 0.650. Os resultados desse grupo são relevantes para confirmar a hipótese inicial de que os falantes do português popular tendem a utilizar mais a variante *ni* ao invés da preposição *em*. Segue o gráfico 6 com os valores percentuais dos dados:

Gráfico 6: Variável *Nível de escolaridade* nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais



Acreditamos que os falantes do português popular utilizam mais a variante *ni* devido à ausência de escolaridade, uma vez que é no universo escolar que ocorrem as mudanças no modo de falar do indivíduo. A escola é responsável por monitorar e retificar qualquer uso que foge à norma padrão da língua. Segundo Votre (2007, p.52), “a escola move campanhas em prol da pureza do idioma, na variante padrão, e atua constante na luta contra *barbarismos*, *solecismos* e *estrangeirismos* [...]”.

Nos estudos de Paes (2013) e Souza (2015), essa variável não foi selecionada, mas os referidos autores optaram por apresentar os percentuais obtidos:

- i) Paes (2013), em sua pesquisa, definiu os seguintes fatores para a variável *nível de escolaridade*: i) *nível fundamental*; ii) *nível médio* e iii) *nível superior*. Então, como resultados, a variável *ni* foi mais frequente na fala dos informantes de nível fundamental (7%) e nível médio (5%). Os falantes com nível superior tiveram 2% de realizações do *ni*, o que, segundo a autora, pode evidenciar que os usuários desse nível monitoram mais a fala de acordo com a inserção deles no meio acadêmico.
- ii) Souza (2015) delimita os fatores da variável *escolaridade* como i) *Analfabeto*, ii) *séries iniciais* e iii) *ensino superior*. Portanto, como resultados, o autor afirma que a maior ocorrência de *ni* se deu nos informantes analfabetos, sendo que, nos fatores *séries iniciais* e *ensino superior*, a frequência da variante foi a mesma, ou seja, 2% dos dados encontrados. Diante disso, o estudioso afirma ter confirmado a hipótese anterior de que o *ni* ocorreria mais na fala de indivíduos analfabetos e, conforme o nível de estudo iria aumentando, o uso dessa variante diminuiria.

5.5 RESULTADO DA VARIÁVEL SOCIAL NÃO SELECIONADA

Apresentamos, na subseção que segue, os resultados da variável *sexo do informante*, que não foi selecionada pelo *GoldvarbX*.

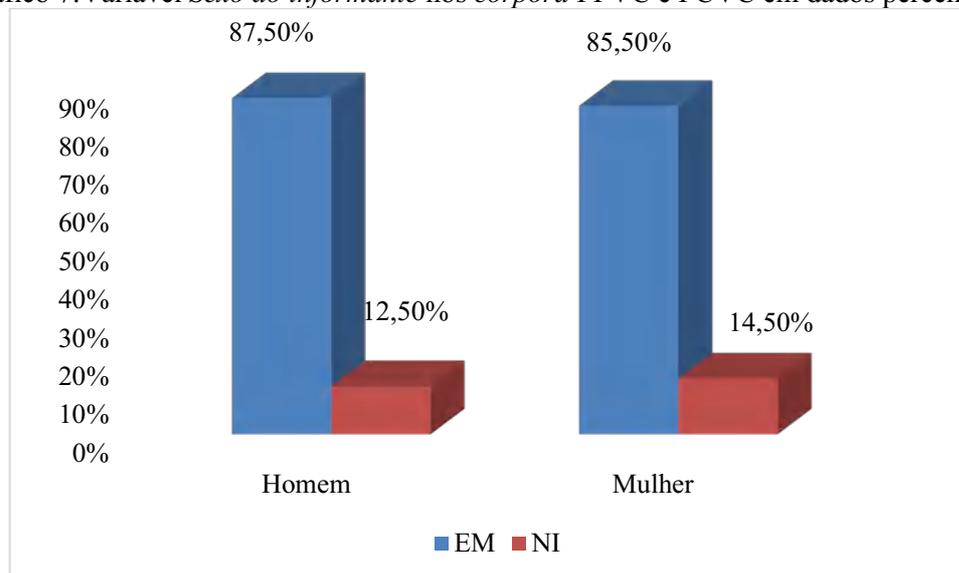
5.5.1 Sexo do informante

Apesar de a variável *sexo do informante* não ter sido selecionada pelo programa *GoldvarbX*, achamos pertinente apresentar os resultados percentuais deste grupo, conforme descritos na tabela 7:

Tabela 7: Variável *sexo dos informantes nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais*

Fatores	EM		NI	
	Nº	%	Nº	%
Homem	476/544	87,5	68/544	12,5
Mulher	389/455	85,5	66/455	14,5

Os resultados dessa análise mostraram que os homens utilizaram mais a preposição *em* em relação a variante *ni*, tendo como valores percentuais 87,5% e 12,5%, respectivamente. No caso das mulheres, o mesmo fato ocorreu, porém, houve um sensível aumento no uso do *ni*, sendo que, no caso do *em*, a frequência foi de 85,5%, quanto que o *ni* obteve o valor percentual de 14,5%. Diante do resultado exposto, a hipótese de que as mulheres tendiam a utilizar mais a forma de prestígio não foi comprovada, uma vez que, em relação à preposição *em*, os homens foram os que mais utilizaram-na, mesmo que a diferença tenha sido mínima. Exibimos esses valores no gráfico 7:

Gráfico 7: Variável *Sexo do informante nos corpora PPVC e PCVC em dados percentuais.*

Os dados revelam que, em termos gerais, os homens estão mais frequentes no uso da forma canônica, a preposição *em*. Embora alguns estudos tenham apontado para um caráter normativo na fala das mulheres, Silva (2005)⁵¹ pondera que há necessidade de se estudar o

⁵¹ “Wolfram (1969) aponta para uma tendência de valorização da norma. Chambers (1997, p. 132), citando estudos realizados por Maccoby e Jacklin em 1974, por Deno em 1982 e por Halpern em 1986, afirma que ao longo dos anos as mulheres têm demonstrado larga vantagem em testes de aptidão linguística que envolvam desde a soletração até a compreensão de textos”.

papel da mulher na estrutura de cada sociedade. Nesse sentido, os comportamentos femininos dependem mais do entorno social do que um comportamento biológico geral.

Diante do exposto, podemos afirmar que os dados de nossa pesquisa revelam que a variante mais prestigiada, nesse caso, o *em*, se mostrou mais frequentes em todas as faixas etárias. No português popular, os valores de *em* e *ni* foram sensivelmente discrepantes em relação ao português culto. Isso evidencia que os falantes do português popular tendem a utilizar a variante *ni* com uma maior frequência, ao passo que, no português culto, por conta do nível de escolaridade ser maior, os indivíduos se políam mais para que a variante padrão seja predominante em suas falas. Por fim, no sexo do informante, os dados relacionados à preposição *em* foram mais frequentes, tanto na fala do homem quanto da mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nessa pesquisa confirmam a nossa hipótese inicial de que a preposição *em* e a variante *ni* estão passando por um processo de variação/estratificação com base nos postulados (sócio)funcionalistas. Para respaldarmos esse estudo, fizemos uma análise das preposições ao longo do tempo por meio de textos que tratam sobre a Língua Portuguesa em períodos mais remotos. Porém, pouco encontramos sobre o *ni* nestes textos, uma vez que ele não é enquadrado na norma padrão da Língua Portuguesa. Além disso, trouxemos um pouco do que seria o (Socio)funcionalismo, nova corrente teórica que vem surgindo com base nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo linguístico.

Com base nos resultados das análises, pudemos perceber que a preposição *em* é a mais frequente na fala dos informantes conquistenses, resultando em um total de 86,6% dos dados, ao passo que o *ni* ocorreu em 13,4% das ocorrências encontradas. Diante disso, não podemos afirmar que esses itens estejam passando por um processo de mudança linguística, pois os valores do *em* e do *ni* apresentam uma diferença considerável.

Vimos, então, que a variação *em/ni* ocorre em sentidos Locativos, Temporais e Discursivos, uma vez que, dentre esses casos, os contextos locativos e textuais são os que mais favorecem o uso do *ni*, com pesos relativos de 0,620 e 0,515, respectivamente, ao passo que o sentido temporal favorece o uso da preposição *em* (0,833), revelando que a nossa hipótese inicial de que o sentido locativo seria o mais favorecedor do uso do *em* na fala dos conquistenses não foi confirmada.

No que se refere ao emprego do *em* e do *ni* em relação ao grau de definitude do sintagma nominal, notamos que, em contextos indefinidos (0,664), há uma propensão maior de o falante utilizar a variante ao invés da preposição. Com base na análise anterior e nesta última, exposta agora, pudemos perceber que há uma tendência de abstratização e indefinição do *ni*.

Voltando para a influência das variáveis sociais na variação *em/ni*, percebemos que a nossa hipótese, em relação à faixa etária, foi comprovada, pois postulamos, inicialmente, que os jovens (Faixa I) tendem a utilizar mais a preposição *em* por ela ser a forma prestigiada. Diante dos resultados, notamos que a preposição, em relação à variante, apresentou maior frequência na faixa I (91,6%).

Em relação ao nível de escolaridade dos informantes, confirmamos a nossa hipótese inicial de que os falantes do português popular propendem a utilizar mais a variante *ni*(0,725);

no caso do português culto, o favorecimento de uso foi da preposição *em* (0.649). Percebemos, então, a partir desses resultados, que, quanto mais acesso o falante tiver à escola, maior será a chance de ele utilizar a preposição *em*, pois o ensino de Língua Portuguesa, no que se refere à gramática, volta-se para a norma padrão, sem se aprofundar nos usos cotidianos na língua.

Ao investigarmos a variação *em/ni*, depreendemos que ela está ultrapassando os limites da fala, dado que já a encontramos em contextos escritos, mas que se aproximam da oralidade, como em mídias sociais. Então, concluímos que os estudos dessa variação não se encerram aqui, posto que é necessário se enveredar por outros caminhos, outros contextos para que algumas respostas sejam elucidadas.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhembi. 1955.
- AMORIM, Vânia Raquel Santos. **A gramaticalização do subjuntivo: um estudo do Português Popular**. 150p. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Campus Vitória da Conquista. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ARAÚJO, Jean Marcel de Oliveira. A formação sócio-histórica do português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. **Caderno de Letras da UFF – Dossiê: difusão da língua portuguesa**, nº39, p.95-116, 2009.
- BAXTER, ALAN; LOPES, Norma da S.. NI no dialeto português dos Tongas de São Tomé (África). In: IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2006, Goiânia. IV Encontro da Associação de Estudos Crioulos e Similares: **Caderno de Resumos**. Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2006. v. único. p. 27-28.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed.revista, ampliada e atualizada conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- CALDAS, Gilberto. **Como traduzir e empregar o latim forense**. São Paulo: Ed. Direito 1978.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. De Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.
- COUTO, Hildo Honório. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELLOTA, M. E. (Org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Faperj : DP&A, 2003.
- DARMASTETER, Arsène. **Cours de Grammaire Historique de la langue française**. Paris: Delagrave, 1924.

DAUZAT, Andre, DUBOIS, Jean, MITTERAND, Paul. **Dictionnaire Ethimologyque et historyque de la langue française**. Paris: Larousse, 1993.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. 3. ed. Lisboa, Clássica, 1954.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, A. **Dictionnaire etymologique de la langue latine**. 3 éd. Paris: Klincksieck, 1951.

FERRARI, L. V. **Variação Lingüística e Redes Sociais no Morro dos Caboclos**. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1994.

FERRARI, L. V. Variação e cognição: o caso das preposições locativas em e ni no português do Brasil. **Revista da ANPOLL**, nº3, p. 121-133, 1997.

FERRARI, L. V. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2014.

FERRAZ, Luiz. 1979. **The Creole of São Tomé**. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

FISCHER, John. Influências sociais na escolha de variantes linguísticas. Trad. Elba Ioli Souto. In: FONSECA, Maria Stella; NEVES, Moema. **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1999.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, Talmy. **Syntax and semantics and syntax**, New York: Academic Press, v. 12, p. 81-112, 1979.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; CARVALHO, Cristina dos Santos. **Introdução à Gramaticalização**. Sebastião Carlos Leite Gonçalves; Maria Célia Lima-Hernandes; Vânia Cristina Casseb-Galvão (org). São Paulo: Parábola editorial, 2007.

GUY, Gregory R; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEGENBERG, Leonidas. **Etapas da Investigação Científica**. São Paulo: EDUSP, 1976.
HEINE, Ulrike Claudi & Friederike Hünemeyer. 1991a. **Grammaticalization: a Conceptual Framework**. Chicago: University of Chicago Press.

HOLM, John. **An introduction to pidgins and creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOPPER, Paul J. 1991. On some principles of grammaticization. In: Elizabeth C. Traugott & Bernd Heine (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Vol.1: Focus on Theoretical and Methodological Issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 17-35.

HOPPER, Paul J. & Elizabeth Traugott. 1993. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press.

ILARI, Rodolfo et al. **A preposição**. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena Moura. (Org.) Gramática do Português Culto Falado no Brasil - Vol. II. Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Unicamp, 2008.

KERLOUÉGAN, F; CONSO, D. ; BOUET , P. **Initiation au système de la langue latine**. Paris: Université, 1975

LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicag: The University of Chicago Press, 1980.

LINDSAY, W. M. **A short historical latin grammar**. 2.ed. Oxford: Claredon, 1936.

LUCCHESI, Dante; ARAÚJO, Silvana. **A teoria da Variação Linguística**. Disponível em <http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica> (acesso: 08 de Maio de 2016)

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dantes; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 1989.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística**. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarise Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1988

MARTELLOTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELLOTA, Mário Eduardo. (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTELLOTA, Mário Eduardo. **Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 31-41, 2008.

MEIRA, Gilberto Almeida. **Estudo comparativo entre as normas popular e culta do português de Vitória da Conquista: concordância nominal de número.** 140p. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Linguística. *Campus* Vitória da Conquista. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

MOIGNET, G. **Système de la langue française.** Paris: Klincksieck, 1981.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOTA, Othoniel. **O meu idioma.** São Paulo: Editora Nacional, 1937.

NAMIUTI, Cristiane. Negação sentencial na diacronia do português: variação com estabilidade. **Revista Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p.193-239, jul./dez., 2008.

NARO, Anthony. **The social and structural dimensions of a syntactic change.** *Language*, v.57, n.1, p.63-98, 1981.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. **Sobre as origens do português popular do Brasil.** *DELTA*, São Paulo, v.9, p.437-454, 1993. Número especial.

NARO, Anthony. A influência de variáveis escalares na concordância verbal. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, n.3, p.17-34, 1999.

NARO, A.; BRAGA, M. L. (2000). A interface sociolingüística/gramaticalização. **Gragoatá**, n.9, Niterói. p.125-134.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura, 1999. Estudos funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A.** 15/Especial:71-104.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma introdução ao Funcionalismo. In: **Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino.** João Pessoa: Ideia, 2004

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de Gramática Histórica.** Lisboa: Clássica, 1945.

PAES, Maria Bethania Gomes. **A Preposição NI em Vitória da Conquista: usos e avaliação do falante.** 99 p. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Campus I. Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, 2013.

PAIVA, Maria da Conceição A. 1998. Variação e especificidades funcionais no domínio da causalidade. **Revista de Estudos da Linguagem** 7/2:89-108.

PAIVA, Maria da Conceição A. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PERINI, Mário A. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola, 2006.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos**. v. 1. São Paulo: EDUSP, 1977.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Uma história de delimitações teóricas: 30 anos de semântica no Brasil. **D.E.L.T.A.** v.15, n. especial, São Paulo, 1999.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista**. Salvador: Edufba, 2002.

POTTIER, Bernard. **Linguística general: teoría y descripción**. Vers. Esp. De María Victoria Catalina. Msdrid: Gredos, 1977.

POTTIER, Bernard; AUDUBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. **Estruturas linguísticas do português**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

RAGON, Emile. **Gramática Latina**. São Paulo: FTD, 1949.

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**, Rio de Janeiro: Renascença, 1993.

RAVIZZA, João. **Gramática Latina**. Niterói/RJ: Saleciana, 1940.

RUBIO, Lisandro. **Introducción a la sintaxis estructural del latín**. Barcelona: Ariel, 1981.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Tradução de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SAID ALI, M. **Gramática secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SAPIR, Edward. **A linguagem**. Trad. Joaquim Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva: 1980 [1921].

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novissimo diccionario latino-portuguez**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1896.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia**. Tese de doutorado: Salvador, 2005.

SILVA, Jorge Augusto Alves da; SOUSA, Valéria Viana. Pelo “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português popular do Brasil. **Tabuleiro das letras**, Bahia, v.6, p.1-16, junho 2013.

SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: presença, 1988a [1957].

SOUSA, Valéria Viana. **Os (Des)caminhos do você: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome você**. Tese de doutorado: João Pessoa, 2008.

SOUZA, Emerson Santos de. **A preposição ‘ni’ no continuum rural-urbano de Comunidades Baianas**. 142 p. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1982a.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de e, aí, daí, e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo funcionalista**. Tese (doutorado)- UFSC, Florianópolis, 2003.

TAVARES, Maria Alice. **Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística**. ed. Esp. ABRALIN/SE, Ano VIII, v. 17, p.27-48, 2013.

TRAUGOTT, Elizabeth C. & Bernd Heine. 1991. Introduction. In: Elizabeth C. Traugott & Bernd Heine (eds.). **Approaches to Grammaticalization**. V.1: Focus on Theoretical and Methodological Issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 1-14.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations a theory of language change. In: LEHMANN, W.; Y. (Eds.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de perguntas para a entrevista

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL
Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo
&
Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

Abaixo, seguem sugestões de perguntas, topicalizadas por tema, que podem ser feitas na entrevista com o informante selecionado através do Perfil Social. É importante que: (1) sejam realizadas previamente a leitura e a seleção das perguntas; e que (2), quando necessário e desejado, as perguntas sejam reformuladas pelo entrevistador.

Infância:

1. Como foi a sua infância?
2. Você se lembra de alguma história interessante que tenha acontecido com você na sua infância? Ou você se lembra de alguma história interessante na sua infância com você, com sua família ou com alguém conhecido?
3. Como eram as brincadeiras na sua infância?
4. O que você acha das brincadeiras de sua época em relação às brincadeiras de hoje?
5. Na sua opinião, as crianças sempre se divertem independentemente do tipo de brinquedo, sempre se adaptam? Ou as crianças eram mais felizes antes que hoje ou o contrário disso são mais felizes hoje, porque têm mais recursos, do que antes?
6. No Brasil e na própria região onde moramos, há crianças que trabalham desde cedo. Você conhece alguém nessa situação?
7. O que você acha disso?

Localidade - bairro/ rua 143

1. Você sempre morou nesse bairro?
2. Você acha bom morar aqui? Por quê?
3. Você tem vontade de morar em outro lugar? Qual? Por quê?
4. Como é que é morar nesse bairro? É movimentado ou tranquilo? Você preferiria que fosse como?
5. E a vizinhança? Como ela é?

Localidade – cidade

1. O que você acha de morar em Vitória da Conquista? Por quê?
2. Você falou que gosta (ou que não gosta) de Micareta/ Carnaval. O que você costuma fazer nesse período?
3. Você falou que gosta (ou que não gosta) de São João. O que você costuma fazer nesse período?
4. Você tem vontade de morar em outro lugar? Qual? Por quê?
5. O que você acha do clima daqui? Você gosta ou não? Por quê?
6. E os conquistenses? O que você acha das pessoas que moram aqui?
7. Quando você viaja e passa um tempo fora, quando volta tem saudades de quê? Por quê?

Profissão:

1. Você trabalha em quê?
2. O que você faz no seu trabalho? Conte a sua rotina, um dia de trabalho.
3. É essa sua profissão?
4. Você tem vontade de trabalhar em outra coisa ou em outro lugar? Por quê?
5. Como foi a experiência para você do primeiro emprego?
6. Se fosse para você escolher hoje uma profissão, qual você escolheria? Por quê?
7. Você se lembra de algum fato interessante ocorrido no seu trabalho?

Escola:

1. Onde você estuda? Tem quanto tempo que estuda lá?
2. Quais foram os motivos que impediram/ que dificultaram que você estudasse?
3. Você gosta da escola? Por quê?
4. Você teve vontade de estudar?
5. Você acha o estudo interessante e importante? Por quê?
6. O que você acha da educação em Conquista?
7. Você vê diferença na educação de hoje e na educação de antes? Em que são diferentes?
8. Você se lembra de alguma história interessante que aconteceu na escola?

9. Qual é a disciplina que você mais gosta? Por quê?
10. Se você pudesse retirar uma disciplina da escola, qual você retiraria? Por quê?
11. Você pensa em fazer vestibular? Para quê?
12. Quais os motivos que contribuíram para você escolher esse curso?
13. O que você mais gosta (ou mais gostava) na escola?

Família:

1. Como é a sua família? Você tem quantos irmãos?
2. Como é que são seus pais? Fale um pouco sobre eles.
3. Como é que são seus irmãos? Onde moram? O que fazem?
4. Vocês passavam muito tempo juntos na infância? O que vocês faziam juntos?
5. Lembra de alguma história interessante vivida com a sua família na infância?
6. Lembra de alguma história interessante vivida com a sua família?
7. Lembra de alguma viagem? Conte.
8. Você tem filhos? Como é o seu relacionamento com eles?
9. O que você acha que faz por eles que seus pais não fizeram com você?
10. Você é casado (a), tem namorado (a)? Como vocês se conheceram?

Lazer:

1. O que você costuma fazer em Conquista nos finais de semana? Você costuma sair? Para onde?
2. O que costuma fazer nesse lugar?
3. Você disse que gosta de cinema/ novela. Tem algum (a) filme/novela em especial que tenha marcado você? Que você goste mais? Qual?
4. Conte um pouco a história dele (a).
5. O que você acha das opções de lazer em Conquista?
6. O que você acha que poderia melhorar?
7. Qual é a sua diversão preferida?
8. Qual é o estilo de música que você mais gosta? Por quê?
9. O que você acha dessas músicas atuais?
10. Qual é a sua religião? Fale um pouco a respeito dela.
11. Com relação à religiosidade, a sua família também pensa com você?
12. Costuma ler livros? Lembra de algum que tenha lido? Conte a história.

Pessoais:

1. Estudar e trabalhar para você são difíceis de conciliar? Por quê?
2. O que você acha da sua forma de falar? Por quê?

3. Você mudaria alguma coisa no seu jeito de falar?
4. Você acha que todos os brasileiros falam da mesma forma? Por quê?
5. Você conhece alguém que fala diferente de você? Como é essa diferença?
6. Você já teve alguma doença mais séria? Qual foi?
7. Você já esteve diante evento de morte de uma pessoa querida? Como foi?
8. Como você se sentiu?
9. Você já fez algo que se arrependeu depois? Conte.
10. O que mais magoa você?
11. Você tem algum sonho? Conte.
12. Se tivesse um cargo tipo presidente da república o que faria de imediato? Por quê?
13. O que você gostaria de ver publicado na manchete de um jornal?
14. Você gosta de novelas? Quantas costuma assistir diariamente? Qual é a que mais gosta na atualidade? Por quê?
15. Ao ler revistas, o que procura nas mesmas? Qual é o seu maior interesse nas revistas?
16. E futebol? Qual é o seu time? Gosta de assistir aos jogos pela televisão ou rádios? Por quê?
17. Costuma ir a estádios?
18. Como é assistir a um jogo em um estádio?
19. Costuma viajar nas férias?
20. Há algum lugar específico que sempre vai ou escolhe lugares diferentes?
21. O que você procura fazer quando viaja? Geralmente, qual é o motivo que o faz viajar: férias, ver amigos, visitar parentes, trabalhar, participar de eventos?
22. E esse São João? O que você fez nesse São João?
23. Tem planos para as próximas férias? Quais?